

Coleção Seminário Brasileiro de História da Historiografia



CONTRIBUIÇÕES À HISTÓRIA INTELECTUAL DO BRASIL REPUBLICANO

Alexandre de Sá Avelar
Daniel Barbosa Andrade Faria
Mateus Henrique de Faria Pereira
(organizadores)



EDITORA UFOP

Contribuições à história intelectual do Brasil republicano

Alexandre de Sá Avelar
Daniel Barbosa Andrade Faria
Mateus Henrique de Faria Pereira
(organizadores)



2012



Reitor | João Luiz Martins
Vice-Reitor | Antenor Rodrigues Barbosa Junior



Diretor-Presidente | Gustavo Henrique Bianco de Souza
Assessor Especial | Alvimar Ambrósio

CONSELHO EDITORIAL

Adalgimar Gomes Gonçalves
André Barros Cota
Elza Conceição de Oliveira Sebastião
Fábio Faversoni
Gilbert Cardoso Bouyer
Gilson Ianinni
Gustavo Henrique Bianco de Souza
Carla Mercês da Rocha Jatobá Ferreira
Hildeberto Caldas de Sousa
Leonardo Barbosa Godefroid
Rinaldo Cardoso dos Santos



Coordenador | Valdei Lopes de Araújo
Vice-Coordenadora | Cláudia Maria das Graças Chaves
Editor geral | Fábio Duarte Joly

Núcleo Editorial | Núcleo de Estudos em História da
Historiografia e Modernidade

Editora | Helena Miranda Mollo

CONSELHO EDITORIAL

Luisa Rauter Pereira (UFOP)
Valdei Lopes de Araújo (UFOP)
Helena Miranda Mollo (UFOP)
Temístocles Cezar (UFRGS)
Lucia Paschoal Guimarães (UERJ)

© EDUFOP – PPGHIS-UFOP

Projeto Gráfico

ACI - UFOP

Editoreção Eletrônica

Fábio Duarte Joly

FICHA CATALOGRÁFICA

Contribuições à história intelectual do Brasil Republicano / Alexandre de Sá Avelar, Daniel Barbosa Andrade Faria, Mateus Henrique de Faria Pereira (Orgs.) – Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

177 p. (Coleção Seminário Brasileiro de História da Historiografia)

ISBN: 978-85-288-0299-3

1. República – História - Brasil. 2. Intelectuais - Brasil
I. Avelar, Alexandre de Sá II. Faria, Daniel Barbosa Andrade
III. Pereira, Mateus Henrique de Faria IV. Título

CDU: 94 (81)

Catologação: bibichs@sisbin.ufop.br

Todos os direitos reservados à

Editora UFOP

<http://www.ufop.br> e-mail : editora@ufop.br

Tel.: 31 3559-1463 Telefax.: 31 3559-1255

Centro de Vivência | Sala 03 | Campus Morro do Cruzeiro

35400.000 | Ouro Preto | MG

Coleção Seminário Brasileiro de História da Historiografia

A coleção *Seminário Brasileiro de História da Historiografia* vem à luz com seus primeiros títulos, frutos de cinco de seus Simpósios Temáticos acontecidos durante o evento em 2011, o 5SNHH, cujo tema foi a Biografia e História Intelectual.

O leitor terá acesso a contribuições que vão das perquirições sobre a história do tempo presente, a história da historiografia religiosa, historiografia da América, historiografia brasileira no Oitocentos e as interfaces entre a história da historiografia e a história das ciências.

Agradecemos a todos os organizadores dos volumes e principalmente aos autores, que responderam prontamente ao desafio de rever seus textos após as discussões durante os dias passados em Mariana.

O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) e o Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade convidam o leitor a continuar o trabalho de todos aqui presentes nesses cinco livros, e multiplicá-lo.

Desejamos a todos uma boa leitura e esperamos revê-los em mais uma edição do Seminário Brasileiro de História da Historiografia.

Os editores

Sumário

Apresentação.....	11
Introdução - História Intelectual do Brasil República: desafios contemporâneos.....	12
Alexandre de Sá Avelar, Daniel Barbosa Andrade Faria Mateus Henrique de Faria Pereira	
Interpretações do Brasil, marxismo e coleções brasileiras: quando a ausência diz muito (1931-1959).....	27
Fábio Franzini	
Drama social e história: memória política e historiografia da década de 1930.....	39
Marcelo Santos de Abreu	
Assimetria das transformações: Nise da Silveira (notas de pesquisa).....	50
Ana Paula Palamartchuk	
Os intelectuais e a revista <i>Atlântico</i>.....	69
Gisella de Amorim Serrano	
O sertão e a Amazônia: de Oliveira Vianna a Foot Hardman.....	101
Alexandre Pacheco & Robson Mendonça Pereira	
Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda ao pé de página de <i>Casa-Grande & Senzala</i>.....	112
Vanessa Carnielo Ramos	

1964 nos textos do Bruxo Golbery.....124

Ana Maria Koch

Os caminhos de um cineasta.....133

Paulo Roberto de Azevedo Maia

**Escritos autobiográficos e escrita da história: historiografia e relatos
sobre o período militar brasileiro.....**140

Telma Dias Fernandes

**Atuação do IHGB do Rio de Janeiro no cenário cultural republicano:
Ditadura civil-militar, 1969-1972.....**153

Jessica Suzano Luzes

Historiografia dos intelectuais no Brasil Contemporâneo.....165

Ana Marília Carneiro

Apresentação

Este livro reúne os trabalhos apresentados no Simpósio Temático “História da historiografia e história intelectual do Brasil e do mundo contemporâneo” durante o V Seminário Nacional de História da Historiografia, realizado, na cidade de Mariana, em 2011, pelo Núcleo de Estudos de História da Historiografia e Modernidade (NEHM) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Agradecemos aos autores que confiaram seus textos para este empreendimento, aos colegas do Núcleo, aos colegas da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), aos demais colaboradores para a realização do livro, em especial, Helena Miranda Mollo, Fábio Joly e Izaac Erder. Agradecemos também à Fapemig, à Capes e ao CNPq pelo apoio sempre necessário.

Introdução - História Intelectual do Brasil República: desafios contemporâneos

Alexandre de Sá Avelar*

Daniel Barbosa Andrade Faria**

Mateus Henrique de Faria Pereira***

Uma das questões mais difíceis no que se refere à história da historiografia e à história das ideias é a relação entre contextos/experiências e textos/discursos. A dificuldade da questão é, por um lado, teórica; nela temos que lidar com conceitos aparentemente simples, mas complexos, como os de “realidade histórica”, “experiência”, “linguagem” etc. Por outro lado, há ainda a dificuldade narrativa propriamente dita. Mesmo que bem preparado conceitualmente, um historiador pode tropeçar no momento em que for construir seu relato, dando conta das interações sutis entre discursos, textos, ideias e contextos históricos.

Tais advertências nos aproximam da proposição de Paul Ricoeur, que entendemos como um postulado geral para a história intelectual, qual seja: “Se a vida social não possui uma estrutura simbólica, não é possível compreender como vivemos, como fazemos coisas e projetamos essas atividades em ideias, não há como compreender de que modo a realidade possa chegar a ser uma ideia, nem como a vida real possa produzir ilusões”.¹ Tendo em vista essas questões, nosso objetivo nessa breve introdução é refletir sobre os

* Alexandre de Sá Avelar, Doutor, Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, UFU.

** Daniel Barbosa Andrade Faria, Doutor, Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília, UNB.

*** Mateus Henrique de Faria Pereira, Doutor, Professor no Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP.

¹ RICOEUR, Paul. **Ideología y utopia**. Buenos Aires: Gedisa, 1991, p.51.

desafios que estão colocados aos praticantes da história intelectual do período republicano de nossa história.

I

As práticas da história intelectual nos dias de hoje denotam uma ausência de modelos teóricos e conceitos bem definidos que indiquem caminhos seguros para a interpretação de seus objetos – panorama que, de resto, não difere do conjunto mais amplo da historiografia. As posições dos historiadores têm oscilado entre a percepção de que se trata de um estado provisório da disciplina histórica – a ser posteriormente superado por uma nova síntese – e a celebração das possibilidades abertas com a chegada do tempo das “heresias ecléticas”.² Por enquanto, os esforços mais promissores têm buscado redimensionar o papel dos textos, evitando as respostas mais simplificadoras para o seu estatuto de “documentos históricos”. Os textos, usados como fontes para a história intelectual, de acordo com as abordagens mais densas, são compreendidos como pertencentes a gêneros fronteirícios em constante diálogo entre si (textos literários, filosóficos, científicos, historiográficos etc) e também como eventos históricos em si mesmos ou então deflagradores de outros eventos.³

Ao pesquisador que se dedicar à inquirição teórica da história intelectual praticada no Brasil, alguns desafios se lançam quase de imediato. Superamos a tradição de pesquisa que enfatizava as ideias e os seus autores colocados em uma relação de quase transparência entre discursos e contextos tidos como previamente explicativos? Aqui, o risco – quase nunca evitado – era, e talvez ainda seja, o estabelecimento de uma dialética do reflexo, em que as produções do intelecto seriam mecanicamente derivadas da “realidade social” que lhes daria forma e sentido. Esta concepção estreita ocupou, por muito tempo, campos diversificados, abrangendo Direito, Ciência Política, Sociologia e Filosofia. Em uma versão um pouco mais sofisticada, tem-se o agrupamento dos textos – e de seus autores – em certas correntes de pensamento, geralmente designadas pelas clássicas categorias do liberalismo, socialismo, positivismo, marxismo etc. Cada uma

² BACKZO, Bronislaw. **Los imaginários sociales**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.

³ LACAPRA, Dominick. Intellectual History and its ways. **The American Historical Review**, v.97, n.2. p. 430-431.

destas correntes teria, portanto, seus próprios pensadores, temas, métodos e teorias. Em que pese a importância de toda classificação, muitas vezes ela passa a funcionar como um catálogo que, ao invés de auxiliar o estudioso a compreender determinada obra e autor, conduz a uma interpretação empobrecida e pouco problematizadora.

As fragilidades deste tipo de história intelectual – ainda largamente praticada – se dimensionam especialmente pela pouca atenção conferida às questões relativas ao texto, sua linguagem e recepção. Disto emerge, mais amplamente, a determinação da autoria e a contextualização social como fatores principais da interpretação. A figura do autor, erigida como matriz explicativa da obra, leva a uma busca infrutífera da recuperação das intenções primárias e mesmo psíquicas que fundamentariam a criação de determinado texto ou a tentativa da reconstrução de um mundo mental supostamente imanente à escrita, ou seja, “todo o conjunto de princípios linguísticos, convenções simbólicas e suposições ideológicas nos quais o autor viveu e pensou”.⁴ Não se trata aqui de retomar os debates sobre a “morte do autor”, sobretudo em sua versão mais superficial: aquela que diz que nada se pode aprender com o estudo da figura autoral. Trata-se, isto sim, de entender como esta mesma figura é construída, social e historicamente, e em que medida ela se confunde com a da autoridade interpretativa da obra. Ou seja: em que medida e sob quais circunstâncias certos grupos sociais vivem a expectativa de que o autor tem a “última palavra” sobre o texto.

Quanto à questão contextual, estabelecer os quadros de referência dos debates nos quais certos discursos pretendem ou pretenderam intervir é, sem dúvida, fonte de uma salutar precaução contra o anacronismo – em sua forma mais banal de naturalização das condições de um certo presente e projeção dessas sobre outro passado. Dentro desta perspectiva de reflexão sobre a história intelectual, a obra de Febvre sobre o problema da incredulidade no século XVI tornou-se uma referência para o historiador interessado em realizar o trabalho de recuperação das convenções e ambiências a partir das quais as intenções autorais poderiam ser decodificadas.⁵ Febvre acreditava que a cultura literária do Renascimento não dispunha de um universo linguístico em que seria possível a

⁴ HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da Literatura. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: UNICAMP – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p.21.

⁵ FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

expressão de um pensamento livre das influências do cristianismo. A criação estaria, portanto, limitada à manipulação de um sistema linguístico prévio que estabeleceria um horizonte de problemas e valores inescapáveis. Dentro deste pressuposto, se este sistema fosse recuperado, os historiadores teriam acesso ao repertório de significados possíveis aos leitores e autores situados em um determinado contexto, inscrevendo-os na história.⁶

II

Não por acaso, essas questões acima aludidas têm sido intensamente debatidas, em outras latitudes e contextos, ensejando as reflexões dos maiores responsáveis pela vitalidade teórica do campo da história intelectual. Autores, de resto tão diferentes entre si, como Koselleck, Quentin Skinner e LaCapra, dedicam boa parte de suas obras à abordagem teórico/metodológica relativa ao problema do contexto.⁷ Cada um deles tem um impacto específico na produção de história das ideias no Brasil. Se a quantidade de citações for um critério mais ou menos válido (mais ou menos porque citar um autor não é o mesmo que incorporar, de fato, seus conceitos), Koselleck é aquele que, de longe, tem uma presença mais marcante no Brasil. Quentin Skinner viria em segundo lugar.

Porém, mais importante do que fazer uma mensuração (aqui meramente impressionista) sobre o impacto de suas obras, é aqui apresentar brevemente como cada um deles propõe uma leitura mais sutil para a relação entre texto e contexto. Mais sutil, destaque-se, comparando com uma abordagem que considera o texto como reflexo de um contexto bem demarcado, geralmente, entendido como um cruzamento entre situação social e cronologia. Essa abordagem parece pressupor que a história social estaria mais próxima do solo da história, da “realidade”, e que os discursos, os livros, os textos seriam reações ou, algumas vezes, meras reproduções desse “real”. É esse tipo de pressuposto que pode fazer com que se acredite que a história social é *mais histórica* do que a história das ideias.

⁶ POCOCK, J. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006; LACAPRA, Dominick. **Rethinking Intellectual History**: texts, contexts, language. Londres: Cornell University Press, 1983; SKINNER, Quentin. **Fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Como cada um dos autores citados pensa sobre o assunto? Koselleck reorganiza a discussão. Teríamos não tanto uma relação entre texto e contexto quanto entre conceitos e experiência; não haveria, ainda, uma forma de causalidade mecânica, que conduzisse uma experiência determinada a um conceito em particular. Os conceitos funcionariam mais como respostas, produções de sentido destinadas a orientar os agentes da história diante de uma experiência. Mas, além disso, os conceitos criariam horizontes, interferindo na experiência. Não se trata aqui de uma relação dialética, mas de algo mais complexo: uma rede bastante sutil de interações entre diferentes níveis da realidade. Assim, a título de exemplo, a experiência social da aceleração do tempo foi assimilada, entre outras possibilidades, pelo conceito moderno de História. Este, por sua vez, instaurou um horizonte de expectativas relativo ao futuro, que orientou e orienta os agentes históricos em suas escolhas.

Skinner tem a mesma atenção que Koselleck no que se refere ao vocabulário, mas seu trabalho tem perspectiva diversa. O que os aproxima é a ideia de que um vocabulário, uma rede conceitual, não é um mero ornamento para a ação; pelo contrário, trata-se de algo que constitui, num determinado momento, o que é pensado como possível ou impossível, o que deve ser feito ou evitado. Por outro lado, Skinner é mais preocupado com o aspecto conflituoso da história das ideias. Se Koselleck desenha horizontes compartilhados, Skinner fala mais sobre debates, polêmicas, conflitos. As ideias não seriam, assim, uma tentativa de organizar experiências, mas armas forjadas para a intervenção num conflito. O vocabulário seria como que o conjunto de regras que criam um terreno para os embates da história: portanto, o vocabulário como um contexto pragmático. Um exemplo: Skinner entende que, para se compreender além do “significado pretendido”, é necessário pensar o “modo de recepção” do mesmo texto.

Dos três, LaCapra é o mais textualista. Embora ele não recuse completamente a ideia de contexto, em seus trabalhos este parece reduzido a um mínimo e quase toda atenção é voltada para outro aspecto: o da intertextualidade. Segundo essa percepção, um texto é uma montagem, uma aglomeração de textos, conceitos, os mais diversos. O trabalho do historiador seria, no caso, delinear essa mescla, mostrar como, em sua tessitura interna, um texto dialoga com outros, abrindo-se para a história.

Não é o caso, aqui, de optarmos por uma dessas três alternativas – tampouco defendemos um ecletismo frouxo. Do ponto de vista dessa apresentação, o mais

importante é observar como diante das teorizações aqui brevemente comentadas, a imagem do contexto como “realidade social” prévia e dos discursos como reflexos, mecânicos ou dialéticos, dessa dita realidade soa bastante ingênua. Em primeiro lugar, pela complexidade própria a um texto; em segundo, pela complexidade da relação entre o texto e aquilo que lhe é exterior. Sob este aspecto, cabe a indagação do que se deve considerar como o contexto a ser reconstruído. Certamente, deveríamos falar em instituições, tradições literárias e religiosas e, ainda, outras fontes culturais. Não poderíamos passar ao largo das pressões econômicas e sociais. Lacapra nos lembra, deste modo, de uma multiplicidade de contextos, “cada um devendo conter não somente outros escritores e leitores contemporâneos, mas também as tradições encobertas e até mesmo os impulsos em parte reprimidos os quais não se conformam às convenções que prevalecem numa comunidade qualquer”.⁸

Nesse sentido, podemos dizer que há recusas do uso do contexto no sentido retórico, argumentativo e interpretativo na medida em que esses e outros autores, como Jacques Revel, nos levam a pensar que não “existiria um contexto unificado, homogêneo, dentro do qual e em função do qual os autores determinariam suas escolhas”. Portanto, “o que é proposto, ao contrário, é construir a pluralidade dos contextos que são necessários à compreensão dos comportamentos observados”.⁹ Revel destaca ainda que o uso *retórico* da noção de contexto é muitas vezes apresentado no início de um estudo para produzir um efeito de realidade em torno do objeto estudado; ao passo que o uso *argumentativo* possibilitava ao pesquisador enquadrar uma realidade particular em um lugar dentro de determinadas condições gerais; por fim, o uso *interpretativo* pretendia extrair do contexto as razões gerais que explicavam situações particulares. O autor propõe inverter o procedimento habitual que consistia de partir de um contexto geral para situar e interpretar o texto. Toda essa discussão pode nos indicar caminhos menos ingênuos no que se refere às relações entre texto, contexto, conceito e linguagem.

⁸ Apud HARLAN, David. Op.cit., p. 38.

⁹ REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____ (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FVG, 1998, p. 27-28.

III

Tendo em vista a potência dessas reflexões, é desejável repensar os conceitos, as periodizações e os problemas que têm orientado as pesquisas sobre o período republicano? Em outras palavras, seria possível escrever uma história contemporânea desse momento histórico? Uma história que construa uma relação com o próprio tempo, criando uma espécie de adesão, mas ao mesmo tempo, tomando distâncias, “mais precisamente, essa relação *com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo*. (...). Perceber no escuro do presente essa luz que procura nos alcançar e não pode fazê-lo, isso significa ser contemporâneo”.¹⁰

Como se sabe, periodizar é tomar partido sobre o que muda e quando, porém, muitas vezes, um recorte temporal tem apenas eficácia didática e institucional engessando a compreensão de certas complexidades.¹¹ Nesse sentido, como ir para além dos atuais marcos que têm conduzido a maior parte dos estudos sobre os anos que se iniciam em 1889 e chegam até os nossos dias; ou, se quisermos em outros termos, dos diversos contextos dos séculos XX e XXI brasileiros?

Podemos dizer que a historiografia produzida neste século contribuiu com êxito para problematizar e superar questões que singularizam as subperiodizações do período republicano, com exceção do período após 1985 onde há uma escassez de trabalhos.¹² Mas, são raros, por exemplo, os trabalhos que se arriscam em análises estruturais e de longa duração; além disso, nos falta uma maior relação com outras espacialidades. Por vezes, a história do Brasil é narrada como se ela não estivesse conectada com outras

¹⁰ Sobre esse ponto ver, em especial, AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009. (p. 59 e 65). Grifo no original.

¹¹ Ver, em especial, POMIAN, Krzysztof. Periodização. **Enciclopédia Einaudi**, volume 29, Tempo/temporalidade. Imprensa Nacional, 1993, p. 164-213.

¹² Ver, por exemplo, FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2001; CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 4 v.; LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil**. Uma interpretação. São Paulo: SENAC, 2008. Dois dossiês recentes organizados pela revista *Tempo* mostram a vitalidade, mas também os limites, dos estudos de alguns dos sub-períodos do Brasil república. FERREIRA, Jorge. 1945-1964: A experiência democrática no Brasil. Apresentação. **Tempo**. Vol.14, n.28, 2010, p. 11-18; GOMES, Ângela de Castro e ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. Apresentação. **Tempo**. Vol.13, n.26, 2009, p. 1-14.

realidades nacionais em suas semelhanças e diferenças.¹³ Poderíamos mesmo nos perguntar que tipo de pressuposto reside em definições, nem sempre explicitadas, sobre o que demarcaria, afinal de contas, uma “historiografia brasileira”. Seria esta a historiografia feita por historiadores brasileiros? E os historiadores estrangeiros que têm contribuições significativas à história do Brasil? Ou, então, a “historiografia brasileira” seria aquela que tem o Brasil como objeto de reflexão, conteúdo? Neste caso, historiadores brasileiros que discutem temas internacionais seriam participantes de que tradição historiográfica? Seu lugar seria o limbo?¹⁴ Ou, por fim, a “historiografia brasileira” seria aquela escrita em língua nacional? Neste caso, um livro traduzido para o português passaria a fazer parte desta historiografia?

Um exemplo de enfrentamento das limitações criadas por fronteiras geográficas está nas recentes discussões sobre a Comissão da Verdade que, de algum modo, “conecta” a história do Brasil à da África do Sul e de outros países da América Latina. De algum modo, em um passado recente nesses lugares buscou-se algum tipo de resposta política para a seguinte pergunta: é possível perdoar/anistiar os agentes de Estado que torturaram e/ou sequestraram (criando a sinistra figura do desaparecido), a partir de ordens diretas e/ou indiretas dos “responsáveis” de um regime autoritário?¹⁵ O quanto estas experiências outras dizem a respeito das nossas próprias experiências com um passado que parece se recusar a passar? As “conexões” entre temporalidades e espacialidades diversas são mais raras ainda, mas necessárias.¹⁶

O medo do anacronismo e o mito de “comparar o comparável” tanto da nossa “história em si”, quanto de “outras histórias” talvez possam ser elementos que expliquem o

¹³ Para uma tímida tentativa de problematização desse quadro, ver, por exemplo, FICO, Carlos *et al.* **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

¹⁴ Exemplo: um dos melhores livros de história das ideias surgido no Brasil em tempos mais recentes soa quase “exótico” em sua temática – o que, talvez, explique sua pouca repercussão: Sonia Lacerda. **As metamorfoses de Homero**. História e Antropologia na Crítica Setecentista da Poesia Épica. Brasília: EdUnB, 2003.

¹⁵ LEFRANC, Sandrine. **Politiques du pardon**. Paris: PUF, 2002. Ver também, entre outros, TELES, Edson L. A. Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010; ROUQUIÉ, Alain. *À l'ombre des dictatures*: la démocratie en Amérique Latine. Paris: Albin Michel, 2010; SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. **O legado de violações dos direitos humanos no cone sul**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

¹⁶ A esse respeito ver o texto de José Otávio Nogueira neste livro.

atual quadro.¹⁷ Nessa direção, um desafio atual é compreender as aproximações (bem como os distanciamentos) entre as duas experiências autoritárias e as três experiências democráticas, bem como relativizar a dicotomia autoritarismo e democracia, fazendo emergir novas possibilidades de análise e relativizando antigas certezas cronológicas e conceituais.

IV

Ao reunirmos ensaios de distintas matrizes conceituais e teóricas – e confessamos nossa predileção por esta seleção eclética – forçoso torna-se estabelecer critérios que possam servir de guia para o leitor. Entre o arsenal de temas que fertilizaram nossa história intelectual, o debate sobre a *democracia e nação* nos parece aquele capaz de concatenar os textos aqui escolhidos. Repensar e resignificar esses conceitos centrais pode ser uma chave para enfrentarmos alguns dos desafios contemporâneos da história intelectual.

Ao que tudo indica, a historiografia brasileira (ao menos nas notas de rodapé) abandonou a visão ingênua do contextualismo puro. Contudo, alguns temas insistentemente repetidos, e tomados como pressupostos dão a entender que ainda estamos diante de grandes desafios, como já nos referimos. Vamos nos deter, mesmo que rapidamente, em dois exemplos: a imagem da república atrasada até 1930 e a questão de redemocratização pós 1985.

Toda uma discussão historiográfica já mostra como, em meio aos embates políticos das décadas de 1920 e 1930, foi se cristalizando a imagem da república oligárquica, atrasada – e, por conseguinte, da nação incompleta – cujos intelectuais seriam incapazes de pensar por si próprios, sendo meros repetidores, “importadores de ideias”.¹⁸ O modernismo, com o marco de 1922, seria o momento em que esse mal teria sido ou resolvido ou enfrentado. A partir de uma luta política, cristalizou-se uma concepção sobre o estado da sociedade (concepção, esta, bastante questionável, dados os seus

¹⁷ Sobre a utilidade do anacronismo para o historiador, ver LORAUX, Nicole. O elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992 e RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON. Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011.

¹⁸ BRESCIANI, Maria Stela. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2005.

pressupostos sobre a existência de uma linha evolutiva da civilização moderna, na qual o Brasil estaria *atrasado*) que ainda hoje rebate na história das ideias do período. É um pressuposto, bastante disseminado por sinal, o de que os escritores do período eram alienados cosmopolitas. Não é difícil notar que há aqui aquela mesma visão ingênua em relação ao contexto como matriz explicativa para a história das ideias: uma sociedade com baixos índices de urbanização só poderia gerar uma elite intelectual importadora de modelos, formas de pensamento e visões de mundo.

Ficamos ainda mais perplexos quando notamos, neste caso, de que contexto se trata. Lembrando-nos que o contexto histórico é, ele também, construído historiograficamente, o que geralmente se vê com o atributo de “realidade nacional” é um tecido de ideias e imagens composto pela tradição dos lugares-comuns presentes nas mais diversas “interpretações do Brasil” para as quais, segundo Stella Bresciani, participam as ideias de que a natureza dos trópicos é adversa à civilização, de que a população brasileira tem características sociais, culturais e psicológicas contrárias à imagem da maturidade política cidadã atribuída ao liberalismo, de que as elites intelectuais do país limitaram-se a importar modelos teóricos e ideias europeias, sendo portanto incapazes de enxergar a “realidade nacional”. Monta-se assim um quadro de carências constitutivas da história brasileira, as quais teriam como dimensão afetiva o ressentimento com relação ao país que insistiria em “não dar certo”. Aos lugares-comuns e ao ressentimento soma-se ainda a autoproclamada tarefa dos intelectuais como aqueles que deveriam indicar o caminho a seguirmos, apontando falhas e vícios de formação do país e desvelando as possibilidades da realidade encoberta.

Projetados sobre a Primeira República, tais lugares-comuns constituem as imagens de uma época de intelectuais cosmopolitas e alienados (geralmente pressupondo-se que o cosmopolitismo é, em si mesmo, sintoma de alienação) – os quais seriam meros frutos de uma realidade social, ela também, atrasada. Ideia de atraso que pressupõe a existência de um único tempo universal e homogêneo, uma escala evolutiva determinada – pois somente assim, alguém poderia dizer que um país ou uma nação estaria “à frente” de outro. Pressupõe, ainda, uma imagem idealizada desses países que encarnariam a civilização no que ela teria de mais avançado. E, por fim, do ponto de vista metodológico, aposta que as ideias estão ou deveriam estar confinadas a contextos territoriais nacionais, indo de encontro a tudo o que se diz atualmente sobre

circulação e interação de discursos e tomando, como dado apriorístico, o recorte do Estado-Nação como realidade histórica fundamental.

Quanto à redemocratização, uma estratégia muito eficaz, forjada nos debates sobre a anistia, foi a de construir a imagem de uma ruptura radical com a ditadura de 1964: a ditadura ficou no passado. Em 1985, o Brasil teria se tornado, repentinamente, outro. Deste modo, seja como “feridas do passado” – e que, como tais, ali deveriam permanecer – no discurso dos militares que recentemente se mostraram contrários à abertura dos arquivos, seja como “memória” de um passado distante, uma vez que estaríamos numa *outra era* democrática, uma determinada presença do passado brotou de estratégias políticas bem específicas e criou a imagem de uma ruptura na experiência social e política brasileira. O autoritarismo aparece, então, como algo bem delimitado, historicamente: em tempos que nos parecem cada vez mais distantes.

Podemos perceber o impacto dessa imagem na questão do esquecimento a que foram relegados os pensadores ditos autoritários brasileiros, como se eles fossem uma *anomalia* em nossa tradição de pensamento. Cite-se, novamente, o caso do modernismo em que os autores considerados “autoritários” ou “de direita” passaram a ser estudados (quando eram) como desviantes, infiltrados e mesmo “falsos modernistas”. É como se o autoritarismo emergisse como algo estranho, alheio e mesmo adverso às tradições intelectuais brasileiras. Outro exemplo é a exaltação recorrente à figura pública de Getúlio Vargas e sua política cultural, de patrimônio etc – geralmente, nos termos que ele mesmo e seus assessores propagandistas inventaram (figura paternal, apaixonado pela brasilidade e protetor do povo esquecido pelas elites insensíveis).

O caso da ditadura militar é um pouco diverso, porque, quanto a esta, todos reconhecem o caráter autoritário; aqui o esquecimento (ou, dizendo melhor, silenciamento) adotou outras estratégias: a imagem de que todos foram vítimas ou resistiram, e de que o autoritarismo brotou de dentro das corporações militares contra a vontade da sociedade (muito usado por jornalistas que se declaram paladinos da democracia), a ideia de que se trata de um passado ultrapassado, quase pré-histórico, como se não existisse mais tortura, e o problema dos desaparecidos estivesse superado.

Em suas *Seis propostas para o próximo milênio*, Italo Calvino,¹⁹ afirma que o espelho retrovisor criou a possibilidade inédita de enxergarmos o que está atrás, fora de nosso campo natural de visão. Sendo que, justamente, a invisibilidade do que ficou para trás seria uma das matrizes da experiência do pânico: a sensação, comum em pesadelos, de estarmos sendo perseguidos por um desconhecido que apressa seus passos no mesmo ritmo que nós – e, por outro lado, o alívio sentido quando passamos por uma porta e a fechamos rapidamente. Não somente pela segurança do abrigo, mas porque fechando a porta tiramos o que nos persegue do nosso campo de visão. Como sempre, Calvino fez uma observação repleta de acuidade. Mas, produziu uma visão um tanto idílica do espelho retrovisor ao não notar um problema deste artefato: o famoso ponto cego, o ponto de invisibilidade que parece se dever a uma impossibilidade física e não apenas um problema de melhor ou pior *design* (porque a única forma de vermos todo o campo que ficou para trás seria recorrendo a um espelho que encobrisse todo nosso campo de visão. Mas, então, não poderíamos ver o que se passa à nossa frente). A pergunta que nos vem é: ao falarmos tanto sobre a ditadura militar, não poderíamos ter também alguns pontos cegos? Quantas seriam e quais as durações das múltiplas formas de autoritarismo e pensamento autoritário no Brasil? É de se notar que os regimes de exceção não se autodescrevem como autoritários: ocultam-se em termos como “democracia social”, “estado de exceção rumo à normalidade”, “propagação da democracia pelo mundo”, “sacrifício desinteressado e apolítico de parte de profissionais da ordem social”, “forma de evitar o ressurgimento de conflitos e revanchismos” etc. Estamos longe de algo fixado e bem definido.

Que tipo de implicação isso tem para a história intelectual? Podemos destacar duas. A primeira é o pressuposto de que a cultura autêntica, ou algo como “a verdadeira tradição intelectual brasileira” é a da resistência democrática. Não haveria um humanismo ditatorial. Mas também não se explica porque houve tanto investimento dos órgãos oficiais em cultura e porque intelectuais e artistas renomados participaram de ações estatais. Não é o caso aqui de negar a existência e o valor de ações de resistência cultural, mas apenas de questionar a naturalidade pressuposta para o campo da cultura e das ideias como automaticamente não-autoritários. A segunda implicação retoma o assunto

¹⁹ CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o novo milênio**: lições americanas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

do “contexto histórico”. Citemos, apenas a título de exemplo, o romance *Quatro-olhos* de Renato Pompeu.²⁰ Ele foi publicado em 1976 e tem em sua trama relações evidentes com a ditadura. O protagonista é alguém que enlouquece devido ao ambiente sufocante da perseguição. Este romance pode ser lido como uma alegoria da ditadura? Sem dúvida. Mas, além disso, ele pode ter outros sentidos. Mesmo nos atendo à questão da perseguição e do autoritarismo, outras contextualizações possíveis, perfazendo outras durações e periodizações, poderiam dar ao romance outras dimensões históricas. Não necessariamente delimitadas à década de 1970. Isto porque um texto, em sua complexidade, dialoga com várias historicidades, sobrepostas, misturadas, conflitantes. Nada impede um historiador de tratar o romance de Renato Pompeu como um documento sobre a ditadura. Mas, por outro lado, nada assegura o pressuposto de que essa seja a única e mesmo a mais desejável leitura histórica do livro.

Ao final, poderíamos recuperar um debate que muitos davam por esgotado: o das ideias e os seus lugares. Mas não o faremos, nos termos de Roberto Schwarz e Maria Sylvia Carvalho Franco, a partir da avaliação da adequação ou inadequação dos discursos à nossa “realidade” – aqui invariavelmente delimitada pelo modo de produção. Pensemos em outros lugares para as ideias, outras possibilidades de escrita, outros *locus* de enunciação. A ampliação dos contatos com a crítica literária – campo já bastante pródigo no exercício crítico dos textos eruditos – oferece um caminho de abertura para novas reflexões e problematizações.²¹ Outra chave de leitura que pode produzir estimulantes resultados é dada pelo recurso à retórica, especialmente a partir dos estudos sobre as formas de elocução do discurso e dos instrumentos de persuasão, sobremaneira fornecidos pelos usos diversificados dos tropos.²² A história política renovada, sobretudo no que toca às análises sobre os intelectuais, amplia o campo de compreensão dos processos de constituição autoral.²³ Estes campos abertos – e pelos quais os textos aqui reunidos transitam – formatam diversificadas estratégias de enfrentamento a pelo menos três

²⁰ Renato Pompeu. **Quatro-Olhos**. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1976.

²¹ Para David Harlan: “O retorno da literatura mergulhou os estudos históricos numa profunda crise epistemológica, questionando nossa crença num passado fixo e determinável, comprometendo a possibilidade de representação histórica e abalando nossa habilidade de nos localizarmos no tempo”. Ver HARLAN, David. Op.cit., p.16.

²² CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, n.1, 2000, p.145.

²³ SIRINELLI, Jean François. **Intellectuels et passions françaises**. Paris: Fayard, 1990.

desafios lançados pela crítica pós-estruturalista: a desconfiança em relação ao sentido fixo e determinado da narrativa histórica; a convicção de que a linguagem é um sistema autônomo de transformações não intencionais; e as incertezas quanto às capacidades representacionais. Os impulsos mais recentes da profissão historiadora parecem nos sinalizar em direção a uma história intelectual menos limitada a uma apreciação intrínseca das obras e dos processos ideológicos e que possa falar não apenas sobre o nosso passado, mas sobre o nosso presente.

Interpretações do Brasil, marxismo e coleções brasileiras: quando a ausência diz muito (1931-1959)

Fábio Franzini*

Na história da historiografia brasileira, tanto o marxismo quanto as chamadas “coleções brasileiras” ocupam lugar de destaque, graças às obras que produziram, no caso do primeiro, e publicaram, no caso das segundas. No entanto, ambos formam um curioso binômio quando tomados em conjunto: embora sejam frutos da mesma época e estivessem, de certa forma, imbuídos de propósitos semelhantes, suas ações correm em paralelo, sem jamais se tocarem. Mais precisamente, as análises e interpretações da história e da realidade brasileiras formuladas sob o referencial da teoria marxista nunca encontraram lugar nos prestigiosos conjuntos de volumes publicados pelos grandes selos do país entre as décadas de 1930 e 1950 – a Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional, e a Coleção Documentos Brasileiros, da Livraria José Olympio Editora.

Tal desencontro poderia, a princípio, ser atribuído às tensões político-ideológicas do período, e com certa razão; como Rodrigo Patto Sá Motta bem o demonstra (PATTO SÁ MOTTA, 2006: 136, *passim*), particularmente após 1935 os livros considerados “subversivos” – isto é, associados de alguma maneira ao comunismo – também se tornaram vítimas do aparato repressivo estatal, preocupado, como sempre, com a “manutenção da ordem”. Para além desse pano de fundo, contudo, há que se lembrar outros fatores candentes e em direta associação à época, como o interesse crescente pela compreensão da realidade e da formação brasileiras, a expansão do mercado do livro e as demandas e vicissitudes a ela associadas, tudo isso dentro de um sistema intelectual um tanto limitado. Um cenário bem mais multifacetado e complexo, cujo exame pode lançar

* Fábio Franzini, Doutor, Professor da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP.

luz significativa sobre os caminhos da historiografia nacional na primeira metade do século XX e as formas de circulação do saber por ela produzido.

Ainda que seja difícil definir com precisão o momento específico em que esse cenário toma forma, é certo que na passagem dos anos 1920 para 1930 ele já está bem delineado em seus contornos básicos.¹ Com a revolução de 1930, o presente em ebulição e as incertezas do futuro impuseram, entre outras coisas, a exigência pelo aprofundamento e pela sistematização das reflexões que se desenvolviam havia algum tempo; como escreveria um dos grandes intelectuais da época, Afonso Arinos de Melo Franco, assistia-se então ao “contato cada vez mais estreito da inteligência com a realidade”, algo que propiciava a “recuperação do Brasil pelo seu próprio pensamento” (FRANCO, 1938: 121-122).

Junto aos intérpretes da realidade, também os editores ganharam papel fundamental nesse processo: primeiro, por se multiplicarem em todos os pontos do país (ainda que as principais empresas se concentrassem no Rio de Janeiro, por razões óbvias) a exercer a imprescindível tarefa de converter manuscritos em impressos; depois, por acreditarem, tal como Monteiro Lobato na década anterior, que “um país se faz com homens e livros”, empenhando-se em por a nação em sintonia consigo mesmo e com o mundo por meio da publicação de nossos novos autores, em diferentes gêneros, e de traduções de títulos clássicos e contemporâneos; finalmente, por criarem produtos diferenciados, como as coleções, que, ao reunirem obras dotadas de certa especificidade temática,² acabaram por se converter em “um dos espaços privilegiados para a veiculação do pensamento da época”, segundo Heloisa Pontes (PONTES, 2001: 449).

Logo, não é por acaso que a primeira grande difusão do marxismo no Brasil e o surgimento das “brasilianas” ocorrem praticamente ao mesmo tempo. Conforme Edgard Carone (CARONE, 2004: 63), após 1930 acontece “a multiplicação espantosa de livros marxistas e de editoras voltadas exclusivamente a esta linha de pensamento, ou de outras que publicam esse gênero, por ser de venda garantida”. Editoras como Pax, Cultura Brasileira, Calvino, Unitas, Caramuru, Nosso Livro, Alba, Editorial Trabalho e tantas outras, em geral pequenas e efêmeras, dedicaram-se aos clássicos do marxismo (em geral

¹ A este respeito, ver: FRANZINI, 2010.

² Sobre a particularidade editorial das coleções, ver: TOLEDO, 2001: 4-8.

traduzidos do francês), à literatura “de esquerda” (Gorki, Tolstoi, John Reed etc.) e, em menor proporção, a trabalhos originais de autores brasileiros, como Raul Maia e Almachio Diniz; além disso, Carone observa – e Motta (PATTO SÁ MOTTA, 2006: 137) confirma – que, junto aos tratados teóricos e aos romances, “pela primeira vez são publicadas obras de viagens à Rússia, de autoria de estrangeiros e de brasileiros”, que despertavam interesse a ponto de “o livro *Rússia*, de Maurício de Medeiros, ating[ir] em poucos meses seis edições consecutivas. Verdadeiro sucesso em um país onde as edições oscilam entre 2 mil e 3 mil exemplares e duram anos para se esgotarem” (*Idem*: 64).

Enquanto isso, a Companhia Editora Nacional lança, em 1931, a série que, pelo seu sucesso, se tornaria sinônimo de uma “biblioteca metafórica do país” (SORÁ, s/d: 11): a Coleção Brasileira. Dirigida pelo respeitado educador Fernando de Azevedo, ela tinha por objetivo reunir “ensaios sobre a formação histórica e social do Brasil, estudos de figuras e de problemas nacionais (geográficos, etnológicos, políticos, econômicos, militares etc.), reedições de obras raras de notório interesse e traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros”, configurando-se, dessa forma, como “a mais vasta e a mais completa coleção e sistematização que se tentou até hoje de estudos brasileiros” (ANUÁRIO, 1938: 303). Na prática, tal perspectiva levou à publicação de autores nacionais e estrangeiros, alguns bem conhecidos, outros novos e trabalhos tanto originais quanto reeditados; uma miscelânea, mas da qual se sobressaía um traço marcante: o apelo à história. Desde o livro inaugural, *Figuras do Império e outros ensaios*, de Batista Pereira, a sucessão dos volumes revelava que “descobrir o Brasil aos brasileiros” equivalia a promover o encontro do presente com o passado, fosse sob a forma de biografias e ensaios político-sociais, fosse sob a forma de relatos históricos e obras de caráter historiográfico.³

Cinco anos depois, sob clara inspiração da Brasileira, o editor José Olympio também dá início à sua própria série dedicada ao “descobrimento do Brasil”, a Coleção Documentos Brasileiros. Tendo à frente Gilberto Freyre, àquela altura já consagrado por *Casa-grande & senzala* (1933), o espírito do projeto foi apresentado com precisão no prefácio, assinado pelo próprio Freyre, ao seu primeiro volume, *Raízes do Brasil*, do jovem crítico e professor Sérgio Buarque de Holanda:

³ Para o detalhamento das características da Coleção Brasileira e de seu projeto editorial, ver: DUTRA, 2006.

A série que hoje se inicia com o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, vem trazer ao movimento intelectual que agita o nosso país, à ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventário à biografia; desde o documento em estado quase bruto à interpretação sociológica em forma de ensaio.

O característico mais saliente dos trabalhos a ser [sic] publicados nesta coleção será a objetividade. Animando-a, o jovem editor José Olympio mais uma vez se revela bem de sua geração e do seu tempo. Ao interesse pela divulgação do novo romance brasileiro ele junta agora o interesse pela divulgação do documento virgem e do estudo documentado que fixe, interprete ou esclareça aspectos significativos da nossa formação ou da nossa atualidade. Não podia ser mais oportuna nem mais feliz a sua iniciativa (FREYRE, 1936a: V).

Como se depreende do texto de Freyre, a essência da nova coleção revelava-se em seu comprometimento com aquilo que trazia já no próprio nome e várias vezes repetido no texto de apresentação: o documento. Desencavado do passado ou produzido no presente, em “estado quase bruto” ou analisado de forma criteriosa, ele estaria na base dos trabalhos a serem publicados, como dito praticamente a cada parágrafo. O propósito era, parece claro, a afirmação de um conhecimento *verdadeiro* sobre o Brasil, do conhecimento do Brasil real, fundamentado não em reconstruções ou especulações e sim em interpretações comprováveis a seu respeito. Numa palavra, tratava-se de afirmar o conhecimento científico sobre o Brasil, elaborado por especialistas que davam “vida” aos documentos para juntá-los “à história social do brasileiro” (*Idem*: VII).

Não é difícil perceber, assim, que o marxismo também poderia ser considerado parte daquela “ânsia de introspecção social” que, segundo Freyre, caracterizava então a “nova inteligência brasileira”. A repercussão do livro de estreia de Caio Prado Junior, *Evolução política do Brasil. Ensaio de interpretação materialista da história brasileira*, bem o demonstra: ainda em 1933, pouco depois do seu aparecimento, um breve comentário de Adhemar Vidal (VIDAL, 1933: 211) nas páginas do *Boletim de Ariel* o qualificava como uma obra “apressada” e a exigir revisão, “tantas as falhas injustificáveis”, mas que representava, “assim mesmo como está, um nobre esforço mental: bem escrito e, sobretudo, muito interessante”. Menos de um ano depois, na mesma revista, uma resenha de página e meia,

assinada por Raul Karacik, principiava por notar “a sede de leitura” que vinha “empolgando o Brasil” após a “Revolução de Outubro de 1930”, apresentando a sua visão particular do significado desse verdadeiro despertar:

Nunca se leu tanto entre nós. Aí estão as casas editoras a se multiplicarem e a lançarem incessantemente em tradução as principais obras dos mais notáveis escritores destes últimos anos. Stefan Zweig, Emil Ludwig, Maurois, Freud, Havelock Ellis, Gladkov, Ilya Ehrenburg etc. vão se tornando familiares do público que lê.

Os temas políticos e sociais, entretanto, são os que têm caído mais no nosso agrado, principalmente as obras de Marx e Engels e seus maiores discípulos, e as que versam sobre a Revolução Russa e suas consequências. As edições em português das obras de Marx, Engels, Plekhánov, Lênin, Trotski, Bukhárin, Max Beer... têm se sucedido (KARACIK, 1934: 158).

Para Karacik, o interesse pela literatura marxista devia-se, “evidentemente”, à própria revolução de 30, a qual, “se não foi uma revolução profunda, que modificasse as relações sociais, arrastou uma grande massa, interessando a toda população, trazendo à superfície uma vasta messe de problemas que passavam antes despercebidos da maioria”. Como estes problemas “não podiam deixar de suscitar nos meios intelectuais a atenção para eles”, os “intelectuais honestos, despidos de preconceitos” acabavam por direcionar suas preferências para “sociólogos, economistas e historiadores materialistas, sobretudo da ala esquerda” [sic], donde o aparecimento de escritores por eles influenciados e de edições “de obras abordando o ‘caso’ brasileiro”. Todas essas considerações, dizia o articulista, “vieram a pelo ao concluirmos a leitura do livro do sr. Caio Prado Junior, da aristocrática família paulista – A [sic] *Evolução Política do Brasil*”, autor que demonstrava ser “um perfeito possuidor do método dialético-materialista, que maneja com desenvoltura” (*Idem*: 158).

Após por em relevo os aspectos estruturantes do livro – a lógica da colonização, os conflitos de interesses entre colônia e metrópole, a transferência da Corte e a independência, as turbulências da Regência, o escravismo e o abolicionismo –, Karacik concluía seu texto aconselhando “a leitura desta magnífica obra, que, como já dissemos, com o *Mauá* de Castro Rebelo, constitui um dos raros ensaios sérios de interpretação

materialista da história tentados no Brasil" (*Idem*: 159). Arguta percepção, pois, de acordo com Edgard Carone (CARONE, 2004: 170-171), enquanto *Mauá*, aparecido em 1932, pode ser considerado "o primeiro livro marxista brasileiro", *Evolução política do Brasil* era "o ponto alto" de uma tendência muito recente entre nós, dentro da qual ambos se apresentavam ainda como os únicos trabalhos sobre assuntos históricos, dado que "a maior parte da literatura marxista [aqui] publicada trata[va] de temas atuais".

Nada disso, contudo, tornaria nem a *Brasiliana*, nem a *Documentos Brasileiros*, sensíveis a autores comprometidos com a interpretação materialista da história, como já foi dito. Se, no caso da primeira, ainda seria possível apontar o conservadorismo do editor Octalles Marcondes Ferreira como um impeditivo, o mesmo não pode se aplicar a José Olympio. De postura liberal, ele era um dos principais fomentadores do novo e crítico romance social que surgia à época no país, e mais adiante ainda daria guarida profissional a autores assumidamente de esquerda perseguidos pela ditadura do Estado Novo, como Graciliano Ramos e Jorge Amado.

Ademais, a crescente tensão política entre 1935 e 1937 e, depois, a institucionalização da censura fizeram-no sofrer bastante – assim como outros editores e autores – com a violência contra a livre manifestação do pensamento, que retaliava tanto os romances tidos por "comunistas" que publicava quanto as suas edições de livros integralistas, os quais defendiam "o tipo errado de fascismo", na expressão de Laurence Hallewell (HALLEWELL, 2004: 456); ainda assim, não cederia às pressões e manteria firme a linha da "Casa", chegando até a lançar o ensaio autobiográfico de Trotski, *Minha vida*, em 1943.

As orientações teóricas dos diretores de cada coleção também devem ser consideradas no exame dessa ausência. Fernando de Azevedo não somente não desconhecia Marx como até o cita positivamente em alguns textos, mas estava longe de ser um marxista (cf. TOTTI, 2008); já para seu sucessor a partir de 1957, o historiador Américo Jacobina Lacombe, este era um diálogo impossível – na década de 1960, por exemplo, ele seria crítico ferrenho da coleção *História Nova do Brasil*, escrita por um grupo de historiadores do ISEB, Nelson Werneck Sodré à frente, justamente por conta de sua ideologia materialista (cf. LOURENÇO, 2008: 395-396). Assim, o máximo a que a série da

Nacional chega é à publicação de alguns poucos títulos de tom histórico-sociológico mais crítico,⁴ os quais se diluem em meio ao predomínio de obras ainda inspiradas pelo pensamento oitocentista. É importante notar, contudo, que após o Estado Novo e o fortalecimento do grupo católico junto ao Ministério da Educação e Saúde, o prestígio de Fernando de Azevedo foi duramente abalado, algo que teve reflexos diretos sobre as coleções que dirigia na Nacional, como a *Atualidades Pedagógicas* e a *Brasileira*; esta, como mostra Maria Rita de Almeida Toledo (TOLEDO, 2001: 206), “transforma-se em uma espécie de moeda de troca da Companhia Editora Nacional. Muitos títulos são publicados para evitar represálias contra a editora, passando por cima das propostas editoriais das quais a coleção nasceu”.

Quanto a *Documentos Brasileiros*, a reticência de Gilberto Freyre ao materialismo histórico-dialético se explicitara já às páginas iniciais da primeira edição de *Casa-grande & senzala*, nas quais, logo após anunciar que o ensaio assentava-se sobre o “critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura”, ele dizia:

Por menos inclinados que sejamos ao materialismo histórico, tantas vezes exagerado nas suas generalizações – principalmente em trabalhos de sectários e fanáticos –, temos de admitir influência considerável, embora nem sempre preponderante, da técnica da produção econômica sobre a estrutura das sociedades; na caracterização da sua fisionomia moral. É uma influência sujeita à reação de outras, porém poderosa como nenhuma na capacidade de aristocratizar ou de democratizar as sociedades; de desenvolver tendências para a poligamia ou a monogamia; para a estratificação ou a mobilidade (FREYRE, 1936b: XI).

Como a sequência do texto demonstrava, esse reconhecimento um tanto envergonhado não significava uma capitulação. Servia, ao contrário, para consolidar a interpretação sociocultural que propunha, vinculada a Franz Boas, citado para lembrar que, “admitida a possibilidade da eugenia eliminar os elementos indesejáveis de uma

⁴ Por exemplo: *À margem da história do Brasil*, de Vicente Licínio Cardoso (1933), *A escravidão africana no Brasil*, de Evaristo de Moraes (1933), *A primeira revolução social brasileira*, de Afonso Ruy (1942).

sociedade, a seleção eugênica deixaria de suprimir as condições sociais responsáveis pelos proletariados miseráveis – gente doente e mal nutrida; e, persistindo tais condições sociais, de novo se formariam os mesmos proletariados” (*Idem*: XI). Mesmo que na página seguinte expressasse, em nota de rodapé, a sua concordância com “vários pontos” do trabalho de Caio Prado, o referencial com que trabalhava era outro, bem distante de Marx e Engels. Uma distância cultivada com zelo e, não raro, ironia em seus trabalhos seguintes, a começar de *Sobrados e mucambos* (1936), em cujo prefácio afirmava ser “ridículo” se declarar satisfeito “com interpretações marxistas ou explicações behavioristas ou paretistas; com puras descrições semelhantes às da história natural de comunidades botânicas ou animais” acerca do passado humano, para o qual deveria “deixar-se espaço para a dúvida e até para o mistério” (FREYRE, 1985: LI).

Ao deixar a direção da coleção, em 1937, Freyre é substituído por Octavio Tarquínio de Sousa, historiador dedicado ao estudo do Império e, em especial, à biografia de suas figuras-chave. Se tal predileção necessariamente implicava algumas diferenças ante a interpretação materialista da história, estas, no entanto, não o colocavam em franca oposição ao marxismo, até porque seu propósito era o de entender o homem em si mesmo e em relação com seu meio e seu momento. Deste modo, como constatou Márcia de Almeida Gonçalves (GONÇALVES, 2009: 300) ao analisar a introdução à *História dos fundadores do Império do Brasil*, em que o próprio Marx é discutido por Tarquínio, para ele “a luta de classes não implicava a negação da interferência de grandes personalidades, dotadas de qualidades morais e intelectuais, no desenvolvimento das sociedades”. Mesmo assim, essa aparente maior tolerância ao marxismo não foi suficiente para abrir a coleção à esquerda, ainda que, aos olhos de hoje, se pudesse contra argumentar com o exemplo da presença nada desprezível de Nelson Werneck Sodré em meio ao seu variegado conjunto: com quatro títulos nela publicados entre 1940 e 1958, Sodré era um autor superado em número apenas pelos próprios Gilberto Freyre, com treze, e Octavio Tarquínio, com cinco.

Nesse cenário, entretanto, Sodré – que já havia publicado um livro também na Brasileira, *Panorama do segundo Império* (1939) – significa uma perigosa armadilha e um exemplo emblemático. Uma perigosa armadilha porque, em primeiro lugar, sua inserção na Documentos Brasileiros devia-se, ao menos na origem, a José Olympio, que lhe assegurara pessoalmente a publicação da *História da literatura brasileira*, seu primeiro título na editora, em 1940; depois, porque ele, diferentemente de Caio Prado Junior, não

“nasce” um historiador marxista: para ficarmos apenas nos livros que lançou pela coleção, a citada *História da literatura brasileira, Oeste* (1941) e *Formação da sociedade brasileira* (1944), o que se percebe é um intelectual eclético, ainda não totalmente alinhado ao marxismo.

Segundo Paulo Ribeiro da Cunha (DA CUNHA, 2002: 89-93, *passim*), nesta “primeira fase” de sua carreira como escritor dedicado ao estudo da formação e da realidade nacionais, compreendida entre os anos trinta e quarenta, Sodré combinava fundamentos da análise materialista a referências e influências de vária ordem, como Azevedo Amaral, Vilfredo Pareto, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo, entre muitos outros. Mais importante, ele o fazia de modo consciente, pragmático, como se pode perceber logo no primeiro parágrafo da introdução à *Formação da sociedade brasileira*:

Escrevendo esta *Formação da Sociedade Brasileira* não tive outra intenção que a de oferecer ao leitor comum, dentro das possibilidades de um levantamento tão sumário, uma visão de conjunto de como viveu o nosso povo até os dias que precederam a crise de 1929. Para tal me valeram os mestres, os que fizeram, antes de mim e melhor do que eu, a descrição do processo do desenvolvimento brasileiro. Vali-me desses mestres com frequência, e não há, pois, coisas originais nestas páginas. Original será, se quiserem, a maneira como reuni, de cada um, aquilo que me pareceu a respeito desta ou daquela passagem o mais apropriado (SODRÉ, 1944: 5).

Embora dissesse, na sequência, considerar que, “entre os fatores que presidem a evolução das sociedades, o econômico te[nha] uma importância superior”, acreditando ser isso “ciência adquirida”, notava também ter reservado lugar “no balanço das forças” aos “demais fatores culturais”, bem como a uma “preponderância acentuada, uma insistência repetida, na interpretação da dinâmica social”. Com escopo tão amplo, os “mestres” a que recorrera reconstituíam toda a espinha dorsal da historiografia brasileira até então, de Southey a Caio Prado, passando por Varnhagen, Capistrano, Euclides da Cunha, João Ribeiro, Oliveira Vianna, Taunay, Alcântara Machado, Gilberto Freyre...

Ao mesmo tempo, o caso de Sodré é emblemático porque a interpretação da história e da sociedade brasileiras por ele realizada, embora indubitavelmente crítica, era até esse momento pautada por uma série de mediações, que diluíam a sua radicalidade e

a tornavam “palatável” para a Coleção Documentos Brasileiros, como antes a haviam tornado para a Brasiliana. É significativo, nesse sentido, que a introdução da mesma *Formação da sociedade brasileira* registre o agradecimento do autor “aos meus amigos Octavio Tarquínio de Sousa, Sérgio Buarque de Holanda e Hermes Lima, que leram os originais deste trabalho e tiveram a gentileza de fornecer observações e reparos que me foram utilíssimos” (*Idem*: 7-8).

Mais significativo ainda, a *Introdução à revolução brasileira*, de 1958, cujo título não deixava dúvida acerca de seu caráter, seria o último livro que publicaria na Coleção Documentos Brasileiros e na editora do também amigo José Olympio. Daí por diante, os próximos saíam todos sob o sinete da Civilização Brasileira de Ênio Silveira, assumidamente progressista e uma das principais editoras voltadas à divulgação da literatura de esquerda nas décadas de 1960 e 1970, em especial nas áreas da sociologia, política e economia.

Pode-se afirmar, desta forma, que a incompatibilidade entre o marxismo e as brasileiras expressa de forma concreta a célebre fórmula de Antonio Candido (2000: 101), para quem, “se fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo, manifestada pelos modos mais diversos”. Ou seja, num momento em que imperava “descobrir o Brasil”, como já foi dito, e compreender a nossa formação (outra palavra-chave da época, como se sabe), uma teoria interpretativa que não apenas vinha de fora, mas, sobretudo, pretendia-se universal, parecia não corresponder às expectativas de nosso sistema intelectual, nem a ele se adequar, senão como excrescência. Inserida nesse contexto de relações de força, a historiografia também mostrava seus limites.

Referências bibliográficas

ANUÁRIO BRASILEIRO DE LITERATURA. **A Coleção “Brasiliana” comemorando o seu 100º volume!** Rio de Janeiro: Pongetti, 1938.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000.

CARONE, E. **Leituras marxistas e outros estudos**. São Paulo: Xamã, 2004.

CUNHA, P. R. **Um olhar à esquerda**. A utopia tenentista na construção do pensamento de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2002.

DUTRA, E. F. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção *Brasiliانا*. In: DUTRA, E. F.; MOLLIER, J.-Y. (org.). **Política, nação e edição**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 299-314.

FRANCO, A. A. M. **Terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

FRANZINI, F. **À sombra das palmeiras**. A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

FREYRE, G. Documentos Brasileiros. In: HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936a.

_____. **Casa-grande & senzala**. 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1936b.

_____. **Sobrados e mucambos**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

GONÇALVES, M. A. **Em terreno movediço**. Biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

KARACIK, R. **A evolução política do Brasil**. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, p. 158, 1934.

LOURENÇO, E. **História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 56, p. 385-406, 2008.

MOTTA, R. P. S. O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930. DUTRA, E. F.; MOLLIER, J.-Y. (org.). **Política, nação e edição**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 135-152.

PONTES, H. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil 1**. 2. ed. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

SODRÉ, N. W. **Formação da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.

SORÁ, G. s/d. La casa y la empresa: José Olympio y la edición brasileña em dos tempos. *mimeo*.

TOLEDO, M. R. A. **Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Educação: História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

TOTTI, M. A. Recontextualização e retórica na argumentação de Fernando de Azevedo ou um possível diálogo com o marxismo? **Linguagens, Educação e Sociedade**. Teresina, ano 13, n. 18, p. 21-33, 2008.

VIDAL, A. Diante da “realidade brasileira”. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, p. 211, 1933.

Drama social e história: memória política e historiografia da década de 1930

Marcelo Santos de Abreu*

No debate contemporâneo acerca da história da historiografia, há uma preocupação constante que remonta a um lugar comum para os historiadores: toda história é história contemporânea (CROCE, 1962). Acusar o comprometimento da escrita da história com o tempo de sua produção é insuficiente porque não instaura um problema de investigação. Fazer da historiografia um problema exige ultrapassar o óbvio e desvendar as formas pelas quais um presente torna a compreensão do passado necessária e possível.

A preocupação deste texto toca o domínio da necessidade de se compreender o passado: como um tema e um período tornam-se relevantes para a reflexão histórica em certa circunstância? Pensar esse problema implica destacar as relações entre memória, história e os usos do passado. E como os usos da história, entendida como forma racionalizada de representação do passado, articulam-se aos imperativos de orientação temporal que presidem a ação social (KOSELLECK, 2006: 313).

Toma-se como objeto para esta reflexão o debate que se instaura acerca da história política dos anos de 1930, particularmente acerca da Revolução de 1930 e seus desdobramentos – ou aquilo que foi entendido como o tempo revolucionário a desdobrar-se em novas formas de organização do mundo político brasileiro desde 1930. A Revolução de 1930 marcaria a emergência de novos atores no campo político e de padrões de dominação igualmente novos estendendo-se no tempo até um ponto final: o golpe civil-militar de 1964.

* Marcelo Santos de Abreu, Doutor, Professor do Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto.

A ideia central é que, no contexto crítico dos anos 1960, figurava-se a história política da década de 1930 como resposta adequada aos dramas do presente. Um drama desdobrava-se em outro, requerendo interpretações que ultrapassassem os limites da memória histórica. Tratava-se, então, de compreender o passado de forma sistemática para dar sentidos ao presente, distinguindo as linhas de força – estruturas sociais, grupos e projetos políticos – subjacentes aos acontecimentos e personagens singulares. Nesse movimento, a escrita da história consagrava marcos da memória política e, ao mesmo tempo, formulava seu questionamento. Por um lado, instituiu a Revolução de 1930 como ponto de inflexão no tempo caro à produção historiográfica (DECCA & VESENTINI, 1976; GOMES, 1994). Por outro, o trabalho de memória, que desde 1930 se desenvolvera em muitas frentes – de livros de memórias ao periodismo político diário –, e os usos do passado que encerravam seriam questionados. O argumento aqui defendido é que o questionamento fundava-se na percepção do esgotamento dos usos políticos do passado amparados na memória dos eventos da década de 1930 porque as condições do drama eram outras.

Drama social é uma categoria heurística para compreender situações históricas conflituosas. Ela se articula a uma percepção da vida social como vida no tempo. Isto implica pensar o social não como a conjugação mais ou menos orgânica de estruturas sociais que tenderiam a certa estabilidade, a uma duração que confina um tempo imóvel. Os grupos que constituem as sociedades aparentemente mais estáveis manipulam as estruturas sociais e, ao fazê-lo, transformam-nas. Estas alterações ocorrem especialmente em contextos sociais de mudança e assumem as formas de um drama: uma disposição dos atores sociais na cena pública caracterizada pela articulação de arenas em um campo político, espaços relacionais onde o conflito se torna manifesto. E também por outra qualidade fundamental do drama: “a cultura prescreve os símbolos e modos de interação antagônica” (TURNER, 1974: 134).

Poderíamos dizer: memória e história estabelecem, cada uma à sua maneira, as representações do passado acionadas no drama social; trata-se, portanto, de qualificar aquilo que se chamou de usos políticos do passado e os usos da história (HARTOG & REVEL, 1998; GUIMARÃES, 2000). Não basta apontar a confluência entre cultura histórica e cultura política que o uso do passado supõe, mas sim pensar como estes usos, enquanto parte integrante da interação conflituosa que move a vida, acontecem: como as diversas

representações do passado são operadas politicamente, porque todas elas, mesmo as racionalmente controladas, configuram repertórios simbólicos para a ação no tempo. Relacionar as noções de usos do passado e de drama social é uma das chaves possíveis para se compreender esta operação cultural que é fazer história no sentido moderno da palavra – mover-se no tempo, ser por ele movido e refletir sobre tal movimento simultaneamente (KOSELLECK, 2006: 49-58).

Estes pressupostos teóricos guiam a interpretação deste ensaio que não pretende esgotar a análise do debate aberto nos anos de 1960 acerca da década de 1930. A intenção é mais modesta e restringe-se a situar o debate face à produção memorialística anterior e desvendar o tempo presente a insinuar-se em dois textos seminais: *Revoluções do Brasil Contemporâneo* (1965), de Edgar Carone, e *A Revolução de 1930: historiografia e história* (1969), de Boris Fausto. Entre estes estudos e os eventos que analisavam havia um espaço de pouco mais de 30 anos: quase nenhuma distância, portanto, sobretudo se pensarmos como a política brasileira foi marcada pelas experiências decorrentes da Revolução de 1930.

Desde o final do Estado Novo, o campo político cindia-se em oposições binárias como “getulistas” e “antigetulistas”. Nos anos de 1950, a estas categorias somam-se outras: “populistas” e “antipopulistas”, “nacionalistas” e “entreguistas” (FERREIRA, 2001). À medida que o conflito se acirrava, outras categorias seriam acionadas para qualificar os atores em disputa. Uma das características do drama social é, justamente, a configuração de um campo caracterizado por relações antagônicas que se materializam nestas oposições binárias. Nesse caso, por antagonismos que tinham por referência a memória histórica da década de 1930 e seus desdobramentos. A duração daquele passado expressava-se ainda na presença de personagens que encarnavam as posições antagônicas originais. Era recorrente no discurso político, por exemplo, a identificação positiva ou negativa entre João Goulart e Getúlio Vargas, como em um editorial de *O Estado de São Paulo* durante as eleições de 1955. O jornal avaliava positivamente a ideia de um golpe preventivo contra a candidatura PSD-PTB proposta por Carlos Lacerda no Congresso Nacional. O “bravo matutino” perguntava-se como seria possível, dentro da lei, “desentulhar o terreno” para fazer as instituições voltarem a funcionar apropriadamente.

Depois de reconhecer os riscos que os regimes de exceção comportavam, terminava por afirmar que não era possível não levar em “consideração os riscos maiores a

que nos submeteram as Forças Armadas deixando por duas vezes de “instaurar o processo” do “estado novo” e de seu bando” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 8 de julho de 1955). Avaliação não muito diversa e palavras não tão diferentes poderiam ser repetidas ainda em 1964, quando, como em 1945 e 1954, havia fortes esperanças de que o “processo do estado novo” fosse definitivamente instaurado. Para certos grupos, os fatos e personagens da década de 1930 permaneciam obsedantes: sua lembrança remetia a um uso exemplar do passado na luta política.

A evocação desse exemplo colhido na imprensa periódica remonta à copiosa literatura testemunhal produzida sobre os anos de 1930. Tal produção evidenciava a importância que os fatos políticos da década teriam para seus contemporâneos, particularmente a revolução de outubro, apreendida de imediato como um marco das alterações do Estado nacional por todos os grupos independentemente dos projetos antagônicos que defendiam (OLIVEIRA, 1980: 37). Há dois traços comuns a estas obras. Em primeiro lugar, a intenção de comunicar aos contemporâneos a experiência pessoal dos acontecimentos.

Neste movimento, que evidenciava a confluência das experiências pessoais com a história em transformação (ARIÈS, 1989: 87), os autores reivindicavam a condição de expectadores e protagonistas do drama – palavra, aliás, usada com frequência nesta literatura. Ao fazê-lo, alçavam indivíduos à condição de atores privilegiados e figuravam os acontecimentos singulares a serem lembrados e analisados posteriormente. Em segundo lugar, muitas vezes a narrativa dos fatos vividos era precedida por uma breve história da República, como em dois livros que defendiam posições antagônicas acerca dos eventos: *Outubro, 1930* (FRANCO, 1980: 1-61), e *A república que a revolução destruiu* (CASTRO, 1982). Nos dois textos, a apreensão da história republicana imediatamente anterior à Revolução de 1930 levaria, contudo, a imagens diferentes do evento. Tanto para Virgílio de Melo Franco como para todos os seus companheiros de jornada revolucionária, 1930 era um ponto de ruptura, e os homens que tomavam parte na obra revolucionária, embora formados na “República Velha”, superariam os vícios anteriores para dar lugar ao novo. Para Sertório de Castro, ao contrário, os protagonistas do drama de 1930 participavam dos vícios anteriores: tinham poder porque se valeram dos mecanismos que pretensamente desejavam destruir e a própria revolução seria evidência da continuidade do desprezo pelas virtudes democráticas, porque afinal ela fora a reação à derrota eleitoral. Conquanto

os diagnósticos e prognósticos apontassem para caminhos diferentes, ambos os autores sustentavam, embora atentos à realidade da política de massas, uma visão segundo a qual a história era obra de indivíduos e ideias a governar o tempo em mudança.

Esta visão permeava o conjunto da literatura acerca dos anos de 1930 e dava forma à memória histórica que serviria à ação política por bastante tempo, permitindo que a solução para os problemas da República pudesse resumir-se a “desentulhar o terreno”, “instaurar o processo do estado novo e seu bando” ou “varrer” a corrupção. E, do outro lado da cena, reivindicar a “herança de Vargas” e o “trabalhismo” como símbolos para se conquistar direitos e viabilizar as reformas desejadas. Um uso do passado adequado às condições estruturais caracterizadas pela participação restrita na vida política, isto é, quando o drama e suas ações eram condicionados por formas autoritárias de controle político ou pela redução dos atores na cena pública na vigência da democracia liberal inaugurada em 1946. Mas desde os anos de 1950, estas condições vinham se alterando significativamente. Tomam a cena atores cuja presença não se confundia com uma personagem, mas sim com a massa anônima a exigir a difusão de direitos, estabelecendo uma agenda que levaria às pressões por reformas de caráter redistributivo nos anos de 1960. Dessa forma, o debate público não se restringia ao universo da política institucional estendendo-se ao campo das realidades econômicas, de forças sociais impessoais, das estruturas sociais. Mudar o Brasil, naquela circunstância, não poderia restringir-se a transformações nos “costumes políticos” e suas personagens, implicava antes encontrar respostas para o seu desenvolvimento (TOLEDO, 1982).

A revisão da história contemporânea é uma delas, fornecendo as interpretações que dariam forma ao debate público. É nesse tempo que acontece um deslocamento dos estudos históricos: do interesse substantivo pelo período colonial, passa-se à investigação dos períodos imperial e republicano. E, mais importante, inaugura-se a investigação sistemática acerca da escravidão e a transição para o trabalho livre, a industrialização e a revisão da história política republicana, como se a explicação do presente exigisse a indagação das realidades econômicas e políticas pretéritas (LAPA, 1976).

A Revolução de 1930 ganharia destaque na revisão da história política que serviria à compreensão das realidades presentes; as análises, no entanto, enfatizariam mais as “forças sociais” do que as personagens e seus atos. Em *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, há uma tese implícita que se anuncia na estrutura da obra em três

seções: *A Revolução Ascendente* (1922-1927); *A Revolução Triunfante* (1927-1932); *A Revolução Descendente* (1932-1937). Cabe perguntar: que revolução ascende, triunfa e acaba justamente em 1937? É possível afirmar que se trata das tentativas de reforma liberal do Estado Nacional protagonizadas pela pequena-burguesia urbana em aliança com as “oligarquias dissidentes”. As condições que preparam o terreno para a cisão da elite política encontravam-se nas transformações econômicas e sociais como o crescimento do setor urbano industrial e conseqüente aumento do mercado interno, por um lado, e a diversificação dos grupos sociais na arena política, como a pequena-burguesia e o operariado. Nestas transformações, o operariado urbano forçava a discussão da “questão social” e as frações pequeno-burguesas e oligárquicas precisavam encontrar respostas para estas demandas. Além disso, a crítica ao liberalismo econômico sustentava a ideia de intervenções permanentes na economia, especialmente no que se referia ao produto de exportação por excelência. Contudo, o liberalismo político persistia como a ideia-força a sustentar a unidade das oligarquias.

Carone qualifica a composição política vitoriosa em 1930 como uma “cristalização paradoxal das oposições” que reunia as oligarquias dissidentes a elementos civis e militares da pequena-burguesia urbana. Excluídos da Aliança Liberal, aos trabalhadores urbanos cabia apenas esperar que o programa “aliancista” realizasse as vagas promessas em torno da “questão social”. O programa era tímido nesse aspecto, tão vago quanto as propostas de reforma do sistema eleitoral que constituíam o principal ponto na perspectiva da pequena-burguesia urbana – sobretudo dos “democráticos” de São Paulo e dos políticos mais jovens das oligarquias dissidentes do Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

A debilidade do programa político “aliancista” satisfazia as estratégias da campanha política. Mas foram as máquinas políticas dos estados dissidentes, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que garantiram o sucesso eleitoral da Aliança Liberal. Foram estas mesmas máquinas que também asseguraram o sucesso do movimento militar. Na chefia da revolução armada, os “tenentes” instituíram-se como representantes de outra tendência dentro da aliança. Este grupo político caracterizava-se pela crítica aos princípios liberais de organização do Estado, especialmente o federalismo, e defendiam a instituição de um “governo forte” como meio de promover a integração nacional efetiva e a incorporação controlada das “massas” à vida política. Para Carone, todo o período

subsequente ao da Revolução de 1930 é marcado pela luta entre os “tenentes” e a “oligarquia” (CARONE, 1975: 89).

A Revolução de 1930: historiografia e história, apresentada como tese de doutorado por Boris Fausto em 1969, representou uma inovação porque tomava a historiografia existente sobre a Revolução de 1930 como base para a análise. Boris Fausto construiu uma interpretação que se filiava ao debate sobre o populismo realizado pelos cientistas sociais, especialmente a hipótese de Weffort acerca do “Estado de compromisso” como forma política que caracterizaria o pacto populista. O autor contestou, então, as teses que tomavam a Revolução de 1930 como ascensão da burguesia industrial ou da classe média, um ataque dirigido às posições dualistas defendidas pelo ISEB e parte da esquerda nacionalista dos anos de 1950 e 1960.

A primeira se baseava na transposição para o caso brasileiro da história europeia vulgarizada pela ortodoxia marxista. Esta supunha a existência de etapas universais do desenvolvimento histórico que levavam à revolução burguesa, a que se seguiria à revolução proletária. A outra dizia respeito à percepção do tenentismo, vitorioso em 1930, como expressão dos anseios da classe média urbana. Segundo Fausto, nenhuma das duas hipóteses era validada pela análise cuidadosa da realidade histórica. Em primeiro lugar, não haveria um antagonismo entre a burguesia industrial e as oligarquias agrárias, uma vez que a industrialização incipiente fora produto das inversões do capital cafeeiro e possibilitada por um mercado interno efetivamente vinculado à grande lavoura de exportação. A segunda tese também não se sustentaria porque o tenentismo encontrava explicações mais corretas na análise do próprio aparelho militar e pela subordinação da classe média à burguesia agrária.

Para terminar a apresentação dos argumentos centrais do autor, resta definir como ele pensou a Revolução de 1930 enquanto resultado da crise dos anos 20 que tornara evidente as disparidades regionais e as contradições que opunham as diversas frações da classe dominante. Explica o episódio revolucionário como evidência da “crise de hegemonia da burguesia cafeeira”. A perda da capacidade de direção política e produção do consenso fazem emergir a “aglutinação das oligarquias não vinculadas ao café, de diferentes áreas militares onde a oposição à hegemonia tem características específicas”. A estas forças se somaram as classes médias urbanas e a “presença difusa das massas populares”. A cisão entre as classes dominantes realizava-se tendo por fundo as

disparidades regionais, de modo que “as divisões “puras” de fração – burguesia agrária, burguesia industrial – não se consolidam e não explicam o episódio revolucionário” (FAUSTO, 1969: 131).

E desta aglutinação extravagante surgiria a composição do “Estado de compromisso” como momento da direção política que, não representando diretamente os interesses específicos de nenhuma das frações burguesas, viria a favorecer a modernização econômica com a industrialização e diversificação da agricultura, a expansão do próprio aparelho estatal abrindo espaço para as “classes médias” e a incorporação controlada dos trabalhadores urbanos à vida política pela repressão de suas manifestações autônomas e concessão progressiva de direitos sociais.

As duas interpretações diferem, fundamentalmente, da memória política dos anos de 1930. Os autores pertenciam a um ofício que se constituía dentro da Universidade e em diálogo com as Ciências Sociais. A posição no campo das Ciências Humanas e o deslocamento temporal não garantiam maior objetividade na apreensão do passado. Nas duas obras, como em outras do mesmo período, registram-se marcas de seu próprio tempo nas respostas que encaminham ao problema de investigação. São comprometidas com o presente em outro sentido: integram-se às lutas políticas de então. Delas participam de outra forma porque de outra maneira é que davam a ver o período que buscavam compreender, sujeitando suas proposições a usos mais precisos quando se construíssem analogias e linhas de continuidade entre os anos de 1930 e a história presente.

Nesse terreno, algumas obviedades: o reforço que estas obras e outras deram ao papel dos “tenentes” na luta política de 1930 remetia imediatamente ao papel que os militares desempenharam na história republicana subsequente, sobretudo nos anos de 1950 e 1960. A resposta a esta participação militar na vida política pretensamente democrática exigia a compreensão de seus começos. Outra: a crítica que formularam acerca da participação das “classes médias” nos anos de 1920 e 1930, acusando sua inconsistência como grupo de pressão, apontava para uma compreensão do passado pelo presente: isto é, do papel das classes médias na luta política acerca do nacional-desenvolvimentismo e das reformas de base.

Ainda outra obviedade, das mais importantes: a compreensão da Revolução de 1930 como uma resposta à participação crescente dos grupos subalternos na cena pública tinha por correlato a atuação autônoma destes mesmos grupos apesar de todos os

controles institucionais preservados no regime democrático inaugurado em 1946. Nesse sentido, a tese implícita de *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, isto é, a da crise do liberalismo encontrava continuidade no presente: a incompatibilidade do liberalismo econômico com as pressões crescentes garantidas pela vigência de um regime político liberal-democrático.

Estas analogias eram possíveis, mas só poderiam ser confirmadas por um estudo da recepção das obras; contudo, sua obviedade garante sua relevância, sobretudo se pensarmos no público que leu e viria a ler as duas obras e outras que compuseram o debate. Ao dimensionar esse público, tangenciamos a questão dos usos da história que estas interpretações puderam suscitar: quando de sua publicação as arenas do drama encontravam-se limitadas por séries de dispositivos autoritários. Se havia um público leitor de história em crescimento desde os anos de 1950, é bem provável que o debate historiográfico sobre os anos de 1930 tenha se limitado à esquerda universitária. Uma primeira constatação se seguiu a leitura: a falha na avaliação da realidade histórica pela esquerda mais organizada nos anos de 1950 e 1960 teria levado a uma falha estratégica nos mesmos momentos, culminando em 1964. Um primeiro uso se anunciava: explicar 1930 para compreender 1964. O que se desdobrava em: compreender as formas de dominação inauguradas em 1930 para criticar o populismo no presente e depois. Já nos anos de 1980: compreender 1930 e 1964 como continuidade que poderia ser superada por algo novo: a “verdadeira” movimentação autônoma das classes trabalhadoras desde 1978. Foi, portanto, somente na luta pela chamada abertura política que estas interpretações racionalmente controladas do passado ganharam novamente a vida e o tempo.

Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **O tempo da história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)**. - 2ª ed. – São Paulo, Difel, 1975. (1ª ed. Desa, 1965)

CASTRO, Sertório. **A república que a revolução destruiu**. Brasília: Ed.UNB, 1982.

CROCE, Benedetto. **A história, pensamento e ação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

DECCA, Edgar de & VESENTINI, Carlos. **A Revolução do vencedor**. Contraponto, Rio de Janeiro, ano1, no. 1, p.60-71, nov.1976.

FAUSTO, Boris. **1930: historiografia e história**. 1969.143f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

FERRERIA, Jorge (org.) **O populismo e sua história; debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Virgílio de Melo. **Outubro, 1930**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. **História em revista**, Pelotas, v.6, p. 21-36, 2000.

HARTOG, F & REVEL, J. (org.). **Les usages politiques du passé**. Paris, EHESS, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado; contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed.PUC; Contraponto, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Historiografia brasileira contemporânea; a história em questão**. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.). **Elite intelectual e debate político nos anos 30**. Rio de Janeiro, Ed.FGV; Brasília, INL, 1980.

TOLEDO, Caio Navarro de. **Iseb: fábrica de ideologias**. São Paulo, Ática, 1982

TURNER, Victor. **Dramas, fields and methaphors; symbolic action in human society**. London; Ithaca: Cornell University Press, 1974.

Uma tese insólita. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 de jul. 1955. p. 3.

Assimetria das transformações: Nise da Silveira (notas de pesquisa)

Ana Paula Palamartchuk*

Nise Magalhães da Silveira (Maceió, Al-15/2/1905 – Rio de Janeiro, RJ-30/10/1999) graduou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1926, sendo a única mulher de uma turma de 156 homens. Com a morte de seu pai, no ano seguinte, fixou residência na cidade do Rio de Janeiro, tendo aí começado a frequentar a clínica de Neurologia da Faculdade de Medicina do Distrito Federal, coordenada pelo Dr. Antônio Austrégesilo¹, onde acabou se especializando em Psiquiatria. Em 1933, participou de um concurso para a Seção de Psiquiatria da Assistência aos Psicopatas do Hospício Nacional, no qual obteve o 3º lugar, onde, a partir de então, exerceu sua especialização.

Seu nome, no entanto, tornou-se renome depois da fundação do Museu de Imagens do Inconsciente, criado junto ao Centro Psiquiátrico Pedro II, em 1952 e, por suas ligações com a teoria psicanalítica de C. G. Jung, fundou, em 1955, um centro de estudos sobre o trabalho do psicanalista. Seu pioneirismo e reconhecimento profissionais estão vinculados à utilização de atividades expressivas, em especial, as ligadas às artes plásticas, como principal método terapêutico na reabilitação psiquiátrica.

* Ana Paula Palamartchuk, Doutora, Professora do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes na Universidade Federal de Alagoas, UFAL.

¹ Antonio Austrégesilo (Recife, PE-21/4/1876-Rio de Janeiro, RJ-23/12/1960). Em 1899, formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com a tese *Estudo clínico do delírio*. Em 1902, tornou-se médico da Santa Casa de Misericórdia. No governo Rodrigues Alves (1902-1906), integrou a equipe do professor Juliano Moreira, na Diretoria de Assistência aos Alienados. Em 1912, tornou-se professor da recém-fundada cátedra de Neurologia na Universidade do Brasil. Principiou ali as bases de uma especialidade nova, criando a primeira escola de Neurologia no Brasil. Fundador dos Arquivos Brasileiros de Medicina e dos Arquivos Brasileiros de Neurologia e de Psiquiatria representou o Brasil em vários congressos internacionais de Neurologia. Foi deputado federal por Pernambuco, de 1922 a 1930; membro da Academia Nacional de Medicina e da Sociedade Brasileira de Neurologia, das quais foi presidente; membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa; membro correspondente da Academia de Medicina de Paris e da Academia de Medicina de Nova York; membro honorário de todas as associações médicas do Brasil e da América do Sul; professor Honorário da Faculdade de Medicina de Pernambuco; e professor emérito da Universidade do Brasil. Ver: Menezes, 1978. Academia Brasileira de Letras, <http://www.academia.org.br/>. Caulfield, 2000. Besse, 1999.

Esse breve resumo de sua trajetória, ao evidenciar alguns “acontecimentos” que se repetem na bibliografia sobre a médica, reitera como marco de decifração de suas experiências sociais e culturais o aspecto profissional, fato contíguo ao gênero.

Frei Betto foi, talvez, o precursor ao definir Nise da Silveira como “a mulher do século”. O poeta Ferreira Gullar, em sua biografia sobre a médica, foi um pouco mais específico ao defini-la como “a psiquiatra rebelde”, no que foi seguido por Franklin Chang que adicionou o adjetivo “criativa”. O tom celebrativo incomoda não tanto pela homenagem que sugere, mas porque pressupõe a ideia de “excepcionalidade” de Nise da Silveira em oposição a uma suposta “normalidade”; sem, no entanto, revelar-lhe. Além disso, a ênfase na celebração recai sempre sobre um aspecto de sua experiência social, o profissional.

Uma outra via de acesso à trajetória de Nise da Silveira que é proposta pela bibliografia se direciona para a sua participação nas atividades do Partido Comunista e suas relações com outros comunistas. A historiadora Dulce Pandolfi busca os elementos que revelam a identidade do PCB ao longo de sua história. Para o período entre o fim dos anos vinte e início dos anos trinta, Pandolfi descreve as mudanças na linha política do partido que deram origem a um movimento interno denominado “proletarização” ou “obreirismo”. Nise da Silveira aparece aqui, através de um depoimento colhido por Pandolfi em 1992, ao lado dos depoimentos dos dirigentes do partido naquele período, Heitor Ferreira Lima, Octávio Brandão e Leôncio Basbaum. Os depoimentos dos três dirigentes, produzidos nos anos setenta, apontam para uma experiência negativa vivida por eles nos anos trinta (PANDOLFI, 1995, pp. 97-102). Ainda que os depoimentos demonstrem avaliação crítica da atuação do partido que originou a “proletarização” e demonstrem a consideração de uma “distorção” da orientação política da Internacional Comunista operada pelo PCB, o depoimento de Nise da Silveira é claro ao avaliar sua experiência como militante negativamente:

Eu queria fazer concurso para médica do hospital. Os companheiros não aprovavam que eu me dedicasse tanto ao concurso. Eu estudava, de manhã, de tarde e de noite. Meu chefe de célula, um alfaiate, me repreendia fortemente. (...) Eu lia as apostilas stalinistas, horrorosas, mal escritas, ferrenhas (...) as pessoas da minha célula eram chatíssimas e burras. (...) Acabaram me

expulsando, acusada de trotskista. Eu não era trotskista... (Apud: PANDOLFI, 1995: 101)

Mas Nise da Silveira já estava integrada nos círculos intelectualizados do Rio e, apesar de recém-formada em medicina e recém-chegada à cidade, construiu uma rede de relações que extrapolava a militância no PCB ou o engajamento profissional. Por exemplo, de quando era vizinha do poeta Manuel Bandeira de um lado e, de outro, do escritor e comunista Octávio Brandão em Santa Teresa, na Rua do Curvelo, Nise da Silveira reforça o sentido negativo de sua experiência no movimento comunista. (BEZERRA, 1995: 142). Nesses dois trabalhos de pesquisa, há o reforço negativo da sua experiência política partidária e o reforço positivo de sua trajetória profissional como psiquiatra.

A biografia de Nise da Silveira organizada pelo psicólogo Walter Melo vai enfatizar as discordâncias dela em relação aos métodos de tratamento dos “doentes mentais” em hospitais psiquiátricos. Esses desacordos foram, segundo ele, favorecidos pelo “clima político” do início dos anos trinta. Eles consistiam na clara intenção de desvincular a experiência da psiquiatra das teorias e práticas médicas do período, as quais definiam como “degenerescência hereditária” os desajustes de comportamento de algumas pessoas, que causam alteração na “ordem” social e que são considerados doentes com distúrbios patológicos, Melo afirma:

Nise da Silveira de forma alguma compactuou com estas ideias, apesar de sua carreira médica ter se iniciado sob o clima desses ideais. Podemos considerar então sua tese inaugural em dois níveis: como preocupação legítima com as pessoas que se encontram fora das normas, e como ponto teórico discordante de suas concepções futuras. Fatores externos, com certeza, contribuíram neste segundo ponto. O clima político da época parece ter sido um desses acontecimentos privilegiados para uma nova tomada de atitude frente à diversidade da cultura nacional. Seu novo posicionamento a fez se aproximar das ideias comunistas, que eram exatamente tratadas como ideias a serem combatidas, mesmo por profissionais do campo da saúde [...]. (MELO, 2001: 138.).

Pode parecer um pouco estranho ao leitor a afirmação de que esses conflitos tenham sido vivenciados por ela com a tranquilidade descrita pelo psicólogo. É como se ela estivesse imune aos aspectos de seu tempo, considerados, *a posteriori*, como “negativos”. Assim, a monografia que Nise da Silveira escreveu como trabalho de finalização do curso de medicina, intitulado *Ensaio sobre a criminalidade da mulher na Bahia (1926)*, aparece, no argumento de Mello, como um “sinal” da ruptura da médica com o conceito de criminoso como “degenerado”. (MELO, 2001, pp. 135-136)

Ferreira Gullar apresenta outra entrevista realizada com Nise da Silveira, na qual há um sentido etapista atribuído à sua trajetória. (GULLAR, 1996, pp. 31-53)². Em ambas as biografias, ela os relatos aparecem presos à “cronologia de vida”, na qual as experiências transformam-se em uma sucessão de acontecimentos, coerentes e portadores de uma lógica singular (BOURDIEU, 1996, pp. 183-191).

Já o trabalho do ex-diretor da Casa das Palmeiras³, o psiquiatra Franklin Chang, marca a transformação profunda sofrida pela psiquiatria no Brasil a partir das intervenções profissionais da médica na área de Terapia Ocupacional. Mas essas intervenções são retratadas e explicadas por meio de uma lógica tão coerente que até mesmo sua recusa em aplicar os métodos convencionais da psiquiatria (eletrochoques e/ou farmacoterapia) em internos do hospital onde trabalhava torna-se um processo originário de sua essência “rebelde e criativa” (CHANG, 2000, pp. 87-89).

“Pode-se escrever a vida de um indivíduo?” (LEVI, 1989, pp. 1325-1336) Buscando resposta a essa pergunta, o historiador italiano Giovanni Levi organizou um balanço sobre a produção biográfica:

É antes de tudo um problema de escala e de ponto de vista: se o acento se coloca sobre o destino de um personagem - e não sobre o conjunto de uma situação social - a fim de interpretar o feixe de relações e de obrigações exteriores no qual ele se insere, é bastante possível conceber diferentemente a

² A primeira parte da entrevista se refere à infância até sua formatura em medicina, em 1926; a segunda, à mudança para o Rio e ao início da carreira profissional; a terceira, ao período em que se aproximou de muitos militantes e dirigentes do PCB, à prisão e aos anos em que passou escondida; por fim, à quarta fase que marca o período “mais importante” de sua vida: “a briga com a psiquiatria” (p.46).

³ A Casa das Palmeiras foi um espaço criado, em 1968, por Nise da Silveira para a reabilitação de egressos de instituições psiquiátricas.

questão do funcionamento efetivo das normas sociais. De maneira geral, os historiadores têm como certo que todo sistema normativo sofre transformações no tempo, mas que em um momento dado ele se torna plenamente coerente, transparente e estável. (LEVI, 1989: 1331)

Essa crítica aponta para a relação entre normas e práticas, entre indivíduos e grupo, entre determinismo e liberdade, e entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada. A proposta de Levi é articular essas relações numa perspectiva em que a biografia pode fazer emergir não só os conflitos que geram a constituição de redes de solidariedade e que formam os grupos sociais, mas também o seu funcionamento, os limites e as brechas, de um lado e de outro, suas regras.

Considerando que a produção biográfica de Nise da Silveira silencia diante dessas contradições, proponho o deslocamento dessas descrições de sua trajetória, que estão articuladas na sobreposição a um contexto preestabelecido, fixo, coerente, transparente, estável e de tendência anacrônica, para um contexto limite da sua experiência. Nesse contexto, surge na sua militância comunista, quando foi presa e proibida de exercer a profissão.

Uma das primeiras manifestações políticas da médica ocorreu, no início dos anos trinta, com sua assinatura ao “Manifesto dos Trabalhadores Intelectuais ao Povo Brasileiro”, no qual compartilha da luta dos “trabalhadores” contra a “opressão e miséria”. Acompanhada por mais vinte assinaturas de “trabalhadores intelectuais”, entre os quais jornalistas, médicos, advogados e romancistas, residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo, o manifesto declarava ainda a União Soviética como uma sociedade capaz de suprimir o desemprego, elevar o nível de vida dos trabalhadores, eliminar os antagonismos entre a cidade e o campo, estimular um “prodigioso desenvolvimento cultural” e obter “êxito formidável” na execução do primeiro plano econômico (PALAMARTCHUK, 2003)⁴.

⁴ “Manifesto dos Trabalhadores Intelectuais ao Povo Brasileiro”, s/l, s/d. in: fl. 362 - Processo n.º 191/Apeleação n.º 15 - Nise da Silveira - Tribunal de Segurança Nacional - Arquivo Nacional; Pront. N.º 1945 [1933-1940] - Oswaldo Costa - DEOPS-SP - AESP; Pront. N.º 1539 [1935-1938] - Clóvis de Gusmão - DEOPS-SP - AESP; Pront. N.º 11 [1921-1954] - Affonso Schmidt - DEOPS-SP - AESP; Pront. N.º 1943 [1933-1954] - Nabor Cayres de Britto - DEOPS-SP - AESP.

Com envolvimento diferentes com o comunismo⁵, os signatários do manifesto foram investigados pela polícia política, que os considerou “suspeitos” de envolvimento com os movimentos políticos ilegais. Mas foi, a partir dos levantes comunistas de novembro de 1935, que a grande maioria deles teve prontuários abertos junto aos departamentos de ordem política e social e sofreram algum tipo de censura ou foram presos.

Depois de pesquisar alguns desses nomes em cerca de 400 prontuários e dossiês dos DEOPS-SP e DOPS/DESPS-RJ, fui reencontrar parte deles na lista de processados pelo Tribunal de Segurança Nacional⁶. Ao analisar o processo instaurado contra Nise da Silveira pelo TSN, reencontrei o manifesto como uma das provas materiais que a ligava a atividades do PCB e aos levantes comunistas de 1935.

Cartas, rascunhos e anotações de pesquisas sobre filosofia, marxismo e medicina, exemplares de panfletos e jornais de várias organizações de esquerda e até um romance foram recolhidos pela polícia no dormitório de Nise da Silveira no hospital onde trabalhava, e revelaram uma mulher militante do PCB, do movimento feminista, operário e sindical. Presa em fevereiro de 1936, solta no mesmo dia e, em seguida, presa novamente em 26 de março, Nise da Silveira foi autuada pela procuradoria como ré junto ao TSN⁷.

Fugiu da prisão em agosto de 1937 e foi absolvida pela “macedada”⁸. A procuradoria apresentou uma nova autuação junto ao TSN. A médica, no entanto, já se encontrava no interior da Bahia, escondida pela família Mangabeira, quando foi expedido o novo mandato para efetuar sua prisão. O julgamento transcorreu à revelia, e Nise da Silveira foi absolvida em 31 de janeiro de 1938; não podendo, no entanto, voltar a

⁵ O termo comunismo é aqui entendido como um conjunto de ideias difusas ligadas à União Soviética, à Internacional Comunista e aos partidos comunistas nacionais, entre 1928 e 1948.

⁶ O Tribunal de Segurança Nacional, doravante TSN, foi criado sob a Lei nº 244, de 11 de setembro de 1936. Resumidamente, o TSN foi criado como um órgão de exceção da Justiça, que tinha como objetivo processar e julgar civis e militares envolvidos em “crimes contra a segurança externa da república”, “crimes contra as instituições militares” e “crimes com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais”. Funcionou até 1945. Lei nº 244, de 11 de setembro de 1936. Apud: Campos: 1982, pp. 131-136. Este ainda é o melhor trabalho sobre o funcionamento e organização do TSN. Para uma discussão sobre os escritores comunistas e o TSN ver: Palamartchuk: 2003.

⁷ DESPS, Autuação, 16 de junho de 1936, volume IV - Processo de Nise da Silveira/nº 291 - Apelação nº 15 - TSN - AN.

⁸ Processo em que José Carlos Macedo Soares (Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores de 3 de junho a 9 de novembro de 1937) libertou 400 presos políticos sem processo instaurado, acusados de participação nos levantes de novembro de 1935.

trabalhar no Hospício Nacional por que, segundo a sentença, “as suas tendências ideológicas são de molde a incompatibilizá-la com o exercício de função pública”⁹.

De acordo com as denúncias apresentadas ao TSN, ela incorrera nos arts. 14 e 23 da Lei nº 38 de 4 de abril de 1935¹⁰, tendo-lhes sido imputada a acusação de que havia participado de atividades que incitavam o “ódio entre as classes sociais” e de fazer “propaganda de processos violentos para subverter a ordem política”. Nise da Silveira só conseguiu retornar ao trabalho no Hospital Psiquiátrico Nacional em meados de 1944¹¹.

Em um momento no qual a participação na “grande política” era considerada uma atividade masculina (não se pode esquecer que as mulheres alfabetizadas obtiveram o direito ao voto no Brasil em 1932, tendo ainda que enfrentar a supressão das eleições pelo Estado Novo, entre 1937 e 1945), encontrar Nise da Silveira como uma profissional em início de carreira e participando de um grupo de intelectuais comunistas foi surpreendente. Suas relações com outros intelectuais e com organizações políticas e sociais como, por exemplo, a União Feminina do Brasil podem nos revelar aspectos ainda pouco conhecidos da experiência de sujeitos que não foram integrados na história oficial dos anos trinta.

Não se trata, no entanto, de tornar “visível”¹² experiências de Nise da Silveira, o que implicaria, necessariamente, somente uma inversão de uma história dos homens, pressupondo uma essência feminina e outra masculina, naturalizadas como diferenças biológicas e reforçadas através de papéis e funções sociais distintos entre homens e mulheres¹³.

Já havia chamado minha atenção o detalhe de apenas duas mulheres terem assinado o manifesto. E, quando examinei 843 processos do TSN, encontrei além de Nise da Silveira, Patrícia Galvão, a Pagu. Essa situação excepcional em que localizamos a

⁹ Luiz Carlos da Costa, “Julgamento de Nise Magalhães da Silveira”. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1938 - folhas 650-653 - volume IV - Processo contra Nise da Silveira/nº 291 - Apelação nº 15 - TSN - AN.

¹⁰ Lei nº 38 - *Define crimes contra a ordem política e social*, 4 de abril de 1935, in: *Coleção de Leis do Brasil- Actos do Poder Legislativo (1935)*, pp. 36-44.

¹¹ “Anotações Diversas” - Processo contra Nise da Silveira/nº 291 - Apelação nº 15 - TSN - AN.

¹² Refiro-me, aqui, a alguns estudos situados no início dos anos noventa marcados pelo debate sobre a “história das mulheres”. Para citar apenas um trabalho, escolhi o que mais se aproxima de alguns dos temas e do período em que se inscreve a trajetória de Nise da Silveira: Bernardes, 1995.

¹³ Para esse debate ver, especialmente, os artigos da Seção “Debate”, in: *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, (3) 1994 e os artigos da mesma Seção, in: idem, ibidem, (11) 1998. Esses artigos expressam exemplarmente os debates acerca da “história das mulheres” e das pesquisas que abordam as relações de gênero no Brasil.

experiência de Nise da Silveira pode e deve direcionar esta pesquisa para o debate acerca da “ordem do gênero”. A antropóloga Mariza Corrêa chama a atenção para o problema da “excepcionalidade” das trajetórias de algumas antropólogas concomitante ao surgimento da disciplina no Brasil. E localiza, na relação entre a “ordem do gênero” e o significado de “excepcionalidade”, as experiências de mulheres que sugerem, em alguma medida, contestações, subversões de sentido e revisões desta hierarquia. Desta forma, aponta para outra perspectiva:

Essas mulheres são, sim, excepcionais, mas em outro sentido - no sentido de que é possível recuperar sua trajetória social, ainda que de maneira truncada, e minimamente avaliar as reações da sociedade de sua época ao seu trabalho ou a sua atuação, já que outros exemplos de contestação ou revisão dos sentidos normativos de uma ordem do gênero são ainda escassos. E é justamente a reação ao que parece ‘inusitado’ na época o que permite refletir sobre o que seria usual. O usual é sempre, em todos os exemplos de discursos citados aqui, aquilo contra o que essas personagens pareciam se insurgir, de maneira discreta ou militante” (CORRÊA, 2003: 13).

A excepcionalidade da trajetória de Nise da Silveira pode ser pensada em termos de ter sido a única mulher de sua turma na Faculdade de Medicina nos anos vinte, uma das poucas médicas psiquiatras a exercer a profissão no período de surgimento desta especialidade no Brasil dos anos trinta, uma das poucas militantes comunistas, perseguida e presa pela polícia política de Getúlio Vargas e proibida de exercer a profissão entre 1936 e 1945, a primeira psiquiatra a trabalhar com terapia ocupacional no tratamento de “doentes mentais” a partir de 1945, uma das primeiras médicas a trabalhar com a teoria de Carl Gustav Jung no Brasil, ao passo que suas experiências neste sentido parecem ameaçar uma suposta ordem institucional que se resguarda jogando-a para a “margem”¹⁴?

¹⁴ Margem aqui tem o sentido dado por: DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 195-196. Em relação ao debate sobre “invisibilidade” e “excepcionalidade” ver, além de: CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 1998, *op. cit.*, Riot-Sarcey et Varikas, pp. 77-89.

Sua condição marginal não foi resultado tão somente deste conjunto de eventos; sua condição marginal foi o resultado dos conflitos que enfrentou para se formar em medicina, para exercer a profissão, para expressar livremente suas ideias, para ser reconhecida e colocar em prática suas concepções sobre o tratamento de “doentes mentais”, etc. Nesse sentido, o que se percebe é que Nise da Silveira, assim como outras mulheres, tirou vantagem ao se situar, em certos momentos e em determinadas relações sociais, nas margens de um reconhecimento social que se articulava em âmbitos intelectuais, profissionais, políticos e culturais.

Tomamos, como lugar privilegiado, o aspecto profissional de sua trajetória para resgatar as tensões, contradições e conflitos de suas experiências. Nise da Silveira foi crítica à prática médica no final do século XX:

É impressionante a persistência da influência de Descartes, dominante desde o século XVII, no que se refere ao conceito das relações corpo-mente sobre a medicina científica. O corpo seria uma complexa máquina e, conseqüentemente, as doenças resultariam de perturbações no funcionamento dos mecanismos que compõem essa grande máquina. A função do médico seria, portanto, atuar por meios físicos e químicos para consertar enguiços mecânicos. (SILVEIRA, 1992: 11)

As conseqüências dessa concepção geraram, segundo ela, um modelo de prática da medicina, no qual a “razão” tem autonomia sobre o corpo e comanda as emoções e os sentimentos. Mas, continua ela, a “razão” muitas vezes desvairava, era a loucura, que sob esse modelo médico, passou a ser vista como epifenômeno da máquina cerebral, agora chamada mente. Assim, foi criada a psiquiatria que, segundo seu argumento, passou a se concentrar em descobrir as causas orgânicas para as perturbações da “razão”.

No entanto, foi sob a preponderância desse modelo de prática da medicina que Nise da Silveira se formou e que, posteriormente, criticou. A Faculdade de Medicina da Bahia foi a primeira instituição a formar uma médica no Brasil em 1887, a gaúcha Rita Lobato Velho Lopes. Foi também a instituição na qual Nina Rodrigues “fez escola” e de onde surgem, no Brasil, as concepções eugênicas, a antropometria, a criminologia, a ideia de higienização e de reforma urbana, psiquiatria, neurologia; enfim, práticas e teorias que

buscavam na “identificação científica” de “elementos anômalos” um novo campo de “conhecimento” da sociedade¹⁵.

Não é objetivo investigar este movimento mais profundo e prolongado da história da constituição da ciência como um campo “legítimo” de poder no Brasil, muito embora a trajetória de Nise da Silveira, a partir dos anos vinte, tenha vínculos com ele. Mas procurei “intrometê-la” na história da psiquiatria tanto porque a sua própria história carrega possibilidades de redimensionar nossa visão sobre a história deste campo da ciência, quanto porque o entrelaçamento destas histórias pode escapar da dicotomia, tão cara à própria ciência, entre “normal e anormal”.

A ciência é diferente da ficção em suas formas e estruturas discursivas, mas também externamente, e está conectada à vida social de indivíduos e grupos de várias maneiras e em mudança. Os cientistas são parte da sociedade em que vivem, e como homens e mulheres, membros de determinadas classes sociais, participantes de organizações sociais e religiosas, membros de famílias, que participam dos valores e políticas de sua época. [...] A eugenia [por exemplo] apelou para pessoas de esquerda, assim como as de direita, atraiu algumas mulheres, mas também foi dirigido contra elas, foi aprovado por profissionais mulatos, como Juliano Moreira no Brasil, mas também foi utilizada contra todos os membros de "raças inferiores" por outros (STEPAN, 1991, 196-197).¹⁶

¹⁵ Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1886, apesar de ter realizado grande parte de sua formação na Faculdade de Medicina da Bahia, tornou-se posteriormente catedrático nesta última. A publicação de *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil (1884)* e *A medicina legal no Brasil (1885)*, ambos lançados na Bahia, parecem conformar um momento em que médicos e juristas uniam-se para “esquadrinhar os corpos da nação”. Foi no campo científico e institucional que nasceu o diálogo entre a criminologia e antropologia na virada do século XIX para o XX, não obstante a chamada “Escola Nina Rodrigues” tenha participado da montagem ou da reformulação de várias instituições que buscavam identificar as anomalias sociais, classificando cidadãos em bases eugênicas, num movimento que buscava a normatização do caos urbano, vivenciado pela população através de políticas higienistas. Sobre a formação da “Escola Nina Rodrigues ver, sobretudo: Corrêa: 1998. Para uma discussão mais geral sobre as concepções e práticas “eugênicas” ver, em especial: STEPAN, Nancy. *“The hour of eugenics”: race, gender, and Nation in Latin America*. New York: Cornell University Press, 1991. Sobre o processo de “exclusão” social dos loucos, suas caracterizações no discurso e prática médicas e a organização de hospícios, asilos e manicômios ver: ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão. Médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

¹⁶ Tradução livre do original; “Science is different from fiction in its discursive structures and forms, but it too grows out of, and is connected to, the social life of individuals and groups in multiple and changing ways. Scientists are part of society in which they live, and as men and women, members of particular social classes, participants in religious and social organizations, members of households, they participate in the values and politics of their times. [...] Eugenics [for example] appealed to people on the left as well as the right; attracted

No desenrolar desses processos de “cientifização” de várias áreas do conhecimento e do poder no Brasil entre o final do século XIX e o início do XX, a medicina se desenvolve como um campo específico, gerando diversas ramificações. Parece, portanto, bastante útil explorar outro aspecto profissional da trajetória de Nise da Silveira. Afinal, formou-se em medicina em uma “escola” que se tornou metáfora da constituição de um grupo de intelectuais que fizeram suas carreiras “predominantemente nos quadros administrativos de instituições públicas ligadas à Educação e à Saúde” (CORRÊA, 1998: 170), cujas implicações políticas vão de encontro a práticas policiais de exclusão social de nacionais ou estrangeiros “indesejáveis” - que, de resto, foram práticas que não tiveram necessariamente o resultado esperado pelas autoridades¹⁷. É isso?

Não se pressupõe, porém, que alguma “escola” tenha de forma determinante informado a atuação profissional de Nise da Silveira, mas há a possibilidade de relacionar sua formação acadêmica, o início de sua carreira profissional e o surgimento de uma nova prática adotada por médicos e autoridades governamentais para abordar a “loucura”, transformando-a em “doença mental” (ENGEL, 2001: 13). Vale ressaltar que nos anos trinta os tratamentos de pacientes cujo diagnóstico de “demência precoce”¹⁸ ou de “esquizofrenia”¹⁹, eram definidos a partir de uma concepção orgânica e, portanto, hereditária da “loucura”.

some women but was also directed against them; was endorsed by mulatto professionals such as Juliano Moreira in Brazil but was also used against all members of 'lower races' by others". STEPAN, Nancy. *The hour of eugenics: race, gender, and Nation in Latin America*. New York: Cornell University Press, 1991, pp. 196-197.

¹⁷ No caso, por exemplo, das prostitutas residentes na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, Cristiana Schettini Pereira analisa os conflitos entre essas profissionais e os policiais que tentavam controlar seus espaços, ao mesmo tempo em que eram mediadores de conflitos locais. Schettini: 2002.

¹⁸ Emil Kraepelin (1856-1926), psiquiatra alemão, definiu em 1899 como “demência precoce” três estados da psique: catatonia, hebefrenia e paranóia. Preocupado em descrever e classificar esses estados do comportamento humano, entendidos como fenômenos endógenos, não direcionou seu trabalho para análises patológicas já que, em suas conclusões, a cura desses estados estaria impossibilitada pela precocidade da doença. Ainda assim, nesse período, discípulos de Phillippe Pinel já haviam introduzido como prática convencional de tratamento psiquiátrico torturas, eletrochoques, camisa de força, exclusão do convívio social, etc.

¹⁹ Eugene Bleuler (1857-1940), psiquiatra suíço que polemizou com Kraepelin redefinindo os “sintomas” da demência precoce deste último como “esquizofrenia” enfatizando a dissociação da psique como o sintoma determinante de um tipo de anomalia orgânica que geraria outros sintomas secundários, estes psicógenos. Sua prática com doentes diagnosticados como dementes precoces conjugada com uma noção mais ampla da doença, no entanto, permitiu-lhe vislumbrar processos de cura para os mesmos sintomas antes definidos como incuráveis por Kraepelin.

Nesse sentido, os tratamentos adotados eram violentos e pressupunham intervenções cirúrgicas (como, por exemplo, a lobotomia que visava “separar o pensamento de suas ressonâncias emocionais”) ou intervenções químicas (como, por exemplo, a utilização de substâncias como a insulina que provocam convulsões e coma prolongado cujo objetivo seria a “desmontagem da estrutura psíquica doente”, e que encontraria, após o coma, elementos para sua reconstrução sadia). Havia, ainda, o eletrochoque, que cumpriria, segundo os seus adeptos, os mesmos objetivos das intervenções químicas, além da exclusão do convívio social a que era submetido o “doente mental” (SILVEIRA, 1992, pp. 11-25). Se esse modelo médico foi bastante criticado por Nise da Silveira posteriormente, como todo esse debate foi percebido por ela quando cursou medicina? Que tipo de prática médica ela encontrou no início de sua carreira?

Na mesma turma em que se formou Nise da Silveira, estava Arthur Ramos, personagem bastante conhecido inclusive por sua participação, no início dos anos trinta, na formulação de um projeto de construção de um manicômio judiciário, a convite do chefe da polícia baiana (CORRÊA, 1998: 230). Nesse período, Nise da Silveira já se encontrava no Rio e ao mesmo tempo em que frequentava a clínica de Neurologia coordenada pelo médico Austregésilo, participava de reuniões do partido comunista. Sua atuação profissional, sua militância junto a um partido político e seus vínculos com organizações como o Clube dos Artistas Modernos ou como a União Feminina do Brasil não deixam dúvidas sobre sua circulação em várias redes de interlocução social. Surge, então, outra questão: em que medida suas relações profissionais intercambiavam com organizações políticas?²⁰

Levando-se em consideração os indícios da formação de uma rede de solidariedade entre intelectuais nordestinos que moravam no Rio de Janeiro naquele período²¹ e a

²⁰ As possibilidades de que Nise da Silveira já tivesse conhecimento das concepções e práticas de Osório César, médico psiquiatra no Hospital Juqueri-SP, eram patentes. César escreveu em 1925, *A arte primitiva dos alienados*, e suas concepções médicas, o levaram a organizar junto ao Clube dos Artistas Modernos, uma exposição da produção de seus pacientes. No início dos anos trinta, trocou correspondência com Nise da Silveira. Ver: Processo contra Nise da Silveira - TSN (cit.), Clube dos Artistas Modernos - pront. nº 2241 e Osório César - Pront. nº 1936 - DEOPS/SP - AESP.

²¹ Este aspecto é facilmente inferido pela correspondência passiva e ativa de Nise da Silveira encontrada junto ao processo movido contra ela pelo TSN (*op. cit.*).

formação de um grupo que compartilhava concepções consideradas marxistas²², é importante situar Nise da Silveira nessas redes.

Sua convivência, entre 1927 e 1931, com Octávio Brandão (dirigente comunista) e sua esposa Laura na Rua do Curvelo, em Santa Tereza (RJ), onde era vizinha do casal, possibilitou à médica, recém-chegada à cidade, uma aproximação com outros comunistas e com a teoria marxista (BEZERRA, 1995, pp. 135-142). Esse aspecto é reforçado pela própria médica na entrevista, já citada, realizada por Gullar, na qual Nise afirma que a formação desse grupo deveu-se a uma espécie de rede de solidariedade entre intelectuais nordestinos que moravam no Rio e a certa oposição que faziam aos intelectuais católicos (GULLAR, 1997, pp. 40-41).

Nise da Silveira aproximou-se dos comunistas numa conferência realizada por Castro Rebelo, catedrático de economia política da Faculdade de Direito. Em seguida, com a amiga Lya Cavalcanti, fora a algumas reuniões do partido, numa das quais acabou assinando uma ficha de filiação (BEZERRA, 1995: 143).

Mas, sem dúvida, essas relações estabelecidas por ela foram as razões encontradas pela polícia política para abrir um prontuário em seu nome na 4ª Delegacia Auxiliar - Secção de Ordem Social e Segurança Pública, no final de 1931. Um relatório do "serviço de observação", elaborado por dois investigadores "auxiliares", sobre as atividades da médica e de seu companheiro, Mário Magalhães, informa que frequentavam a casa do casal Enrique Tuñon, poeta argentino; Adão de Mendonça, médico que muitas vezes acompanhou Mario à Editora Alba (responsável por publicações consideradas "subversivas" pela polícia) quase todas as tardes do mês de novembro; Edgard de Castro Rebelo, professor da escola de Direito e amigo de muitos comunistas; e, além de Manuel Bandeira, seu vizinho, "um senhor de nome Raul Bope"²³.

²² Há outros exemplos na documentação de Nise da Silveira apreendida pela polícia política de Getúlio Vargas, mas o seu estudo intitulado "Filosofia e realidade social" (anotações manuscritas) não deixam dúvidas sobre a opção teórica por ela afirmada naquele período como "marxista", in: fls. 138 a 195 - Processo contra Nise Magalhães da Silveira, op. cit.

²³ Relatório do Serviço de Observação, 4ª Delegacia Auxiliar-Secção de ordem Social e Segurança Pública, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1931. In: - Processo n.º 191/Apeação n.º 15 - Nise da Silveira - Tribunal de Segurança Nacional - Arquivo Nacional. Folha 500. A referência a "Raul Bope", em verdade Raul Bopp, conhecido poeta modernista, como um "senhor de nome", demonstra o baixo nível de informações dos policiais designados para espionarem a vida do casal.

Depois dos levantes comunistas em 1935, a Aliança Nacional Libertadora sofreu forte censura e muitos escritores, jornalistas, médicos, professores e advogados foram presos, censurados ou interrogados sobre suas relações com o movimento. Nise da Silveira foi, em fevereiro de 1936, presa no Hospício Nacional, sob a acusação de ter pertencido à União Feminina Brasileira e à Ala Médica Reivindicadora da ANL. Em depoimento à Delegacia Especial de Segurança Pública e Social, ela afirmou ter atuado como médica, na União Feminina Brasileira (órgão fundado por mulheres comunistas, em 1933), onde atendia, duas vezes por semana, mulheres pobres²⁴.

Acusada, além de comunista, de ligações internacionais com “elementos” que defendiam o “credo vermelho”, a médica combativa, como vimos, esteve presa por um ano e seis meses, quando fugiu²⁵. Seu segundo advogado, Evaristo de Moraes, entrou com o pedido de apelação, no qual a médica foi absolvida; sendo, no entanto, impedida de retornar ao seu trabalho no Hospital Nacional Psiquiátrico/RJ, por ter “ideias incompatíveis com o serviço público”²⁶.

A médica recorreu ao poeta Carlos Drummond de Andrade, então chefe de gabinete do ministro da educação e saúde pública, Gustavo Capanema, ao qual solicitou o cargo na Psiquiatria do hospital, com a alegação de que havia passado em 3º lugar no concurso que prestara. Pedido que não foi atendido, voltando somente em 1944 a atuar profissionalmente em instituições públicas²⁷.

As experiências de Nise da Silveira revelam sua capacidade em agir a partir das margens. Nos anos trinta, o campo intelectual que se formava era pequeno e de acesso restrito. Ser mulher, nordestina, psiquiatra e comunista não lhe abriu portas; ao contrário, não foi publicada, não foi reconhecida, foi presa e censurada profissionalmente, tendo que sobreviver numa situação pouco favorável a sua militância profissional e político-partidária, o que a levou a passar um grande período escondida pela família Mangabeira

²⁴ Termo de Declarações de Nise da Silveira. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1936. Prontuário n.º 13990 - Nise Magalhães da Silveira, DESPS - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

²⁵ Polícia do DF - DESPS, Ofício (informando ao TSN que a médica se encontrava foragida), agosto de 1937, vol. I - Processo de Nise da Silveira/nº 291 - Apelação nº 15 - TSN - AN.

²⁶ Ver: Ana Paula Palamartchuk, op. cit., pp. 168-171 e 202-205, onde trato especificamente da prisão e do processo instaurado pelo TSN contra Nise da Silveira. É interessante notar que a defesa da psiquiatra passou ao renomado jurista e advogado Evaristo de Moraes, o mesmo que havia defendido prostitutas na década anterior.

²⁷ Cartas de Nise da Silveira a Carlos Drummond de Andrade, Rio de Janeiro, s/d (provavelmente de 1939 a 1942). Espólio: Carlos Drummond de Andrade - Arquivo Museu de Literatura - Fundação Casa de Rui Barbosa.

na Bahia (GULLAR, 1997, pp. 44-45). Podemos, inclusive, perceber em sua trajetória que um certo reconhecimento profissional teve início muito tempo depois de sua formatura, tendo começado a publicar artigos em periódicos especializados e a participar de congressos científicos somente nos anos cinquenta.

Dessa maneira, buscando as experiências de Nise da Silveira em diferentes lugares sociais, pode-se entender como algumas mulheres conseguiam movimentar-se num ambiente que, de muitas maneiras, lhes era hostil, utilizando-se das margens para questionar hierarquias sociais, profissionais e de gênero.

Neste sentido, quando este artigo se propõe a investigar, por exemplo, o processo movido pelo Tribunal de Segurança Nacional em 1936 contra Nise da Silveira, o objetivo é o de entender como uma ação jurídica foi vivenciada pelas pessoas envolvidas e quais recursos essas pessoas foram capazes de mobilizar tanto para a defesa como para a condenação. Portanto, a experiência de Nise da Silveira permite que seja articulada uma rede de relações sociais que foram vivenciadas em termos de interações e tensões, acordos e conflitos, e não em termos de excepcionalidade, tal como aparece na bibliografia que reclama contra a invisibilidade a que sua trajetória tem sido relegada.

Referências bibliográficas

ARANTES, Otilia B. Fiori. **Mário Pedrosa: itinerário crítico**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

BERNARDES, Maria Elena. **Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política**. 1995. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)**. São Paulo: EDUSP, 1999.

BEZERRA, Elvia. **A trinca do curvelo: Manuel Bandeira, Ribeiro Couto e Nise da Silveira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

BONELLI, Maria da Glória. Os médicos e a construção do profissionalismo no Brasil. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 9(2), maio-ago. 2002.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica", in: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (orgs.), **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996, pp. 183-191.

BRESCIANI, M.S.M. A mulher e o espaço público, in: idem (org.), **Jogos da política: imagens, representações e práticas**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/Fapesp, 1992.

BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. **Repressão judicial no Estado Novo. Esquerda e direita no banco dos réus**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência. A polícia da era Vargas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

CARRARA, S. L. e RUSSO, J. A. A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 9(2):273-90, maio-ago. 2002.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora Unicamp/CECULT, 2000.

_____. Getting into trouble: dishonest women, modern girls, and women-men in the conceptual language of Vida Policial (1925-1927), **Signs** (19), outono, 1993, pp. 146-176.

CHANG, Franklin. Dra. Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde e criativa, in: **Margem**. São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais-PUC-SP/FAPESP, nº 11, 2000, pp. 87-89.

CHAUÍ, Marilena. **O Nacional e o Popular na cultura brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 1998.

_____. **Antropólogas & Antropologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens: três mulheres do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão. Médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

FOX-KELLER, Evelyn. **Feminism and Science**. (co-edited with Helen Longino) Oxford University Press, 1996.

GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. "El nombre y el cómo: intercambio desigual y mercado historiográfico", in: **Historia Social**, nº 10, primavera-verão, 1991.

GULLAR, Ferreira. **Nise da Silveira. Uma psiquiatra rebelde**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

HAHNER, J. **Emancipating the female sex: the struggle for women's rights in Brazil (1850-1940)**, Durham: Duke University Press, 1990.

HIRZMAN, Leon. **É bom falar**. Rio de Janeiro: CCBB, 1995.

JUNG, C.G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Sincronicidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura - O acesso à informação e as fontes: os arquivos do DOPS (RJ e SP), in: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias Silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002. pp. 553-585.

LEITE, Miriam Moreira. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. São Paulo: Ática, 1984.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie, **Annales: économies, sociétés, civilisations**. Paris, novembro-dezembro/1989, nº 6, pp. 1325-1336.

LOBO, Elizabeth Souza. **Emma Goldman**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LOPES, Maria Margaret. Apresentação, Dossiê: Gênero, ciências, história. **Cadernos Pagu** (15), 2000, pp. 7-14.

_____. Aventureiras nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil, Dossiê: Gênero, Tecnologia e Ciência. **Cadernos Pagu** (10), 1998.

LUCCHESI, M. (org.). **Artaud: a nostalgia do mais**. Rio de Janeiro: Numen, 1989.

MACHADO, Roberto *et alli*. **Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MELO, Walter. **Nise da Silveira**. Rio de Janeiro: Editora Imago/Conselho Federal de Psicologia, 2001.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. **Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)**. Campinas: Doutorado/História (IFCH-Unicamp), 2003.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros. História e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher?, in: ALGRANTI, Leila mezan (org.), **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: Textos Didáticos (IFCH)Unicamp, nº 48, novembro de 2002, pp. 7-42.

SCOTT, Joan W. **Gender and the politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

_____. Experience, in: _____ e BUTLER, J. (org.), **Feminists Theorize The Political**. New York: Routledge Press, 1992.

STEPAN, Nancy. **"The hour of eugenics": race, gender, and Nation in Latin America**. New York: Cornell University Press, 1991.

TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu** (3), Núcleo de Estudos de Gênero-Unicamp, 1994, pp. 29-62.

VARIKAS, Eleny et Riot-Sarcey, Michèle. Réflexions sur la Notion d'Exceptionnalité. **Les Cahiers du GRIF**, Paris, nº 37/38, 1988, pp 77-89.

Os intelectuais e a revista *Atlântico*

Gisella de Amorim Serrano*

Nesse capítulo iremos analisar a participação intelectual de brasileiros e portugueses na Revista Atlântico, publicada entre 1942-1950 no interior da política editorial do Acordo Cultural luso-brasileiro assinado em 1941 entre o governo português e brasileiro.

“S. Paulo, 12-VIII-34

Osório de Oliveira,

Está nascendo um dia feio, desses em que o Inverno parece ter paciência de sua invernada e se imita a si mesmo. [...] Li, reli a carta que aliás está linda de sinceridade e sua presença. Compreendi seu estado, mas... como que não compartilho das suas inquietações sofridas. [...] Antes de mais nada: não haverá em você um pouco de falta de sabedoria?... Falo sabedoria naquele sentido em que nada existe de vaidosos e consiste numa experiência digerida da existência histórica do mundo, das finalidades do homem e da experiência bem assimilada de sua existência pessoal, que dá muitas vezes prematuramente ao indivíduo, essa coisa que é a velhice intelectual. [...] Você reage contra as novas formas de governo e as novas formas do mundo. Eu as aceito e procuro na medida do meu possível ajudar elas em sua conformação e afirmação. E apesar disso sou eu que tenho o desgosto de acusar você de conformismo. Você é conformista, Osório, você é conformista [...] certamente que você não é o conformista que subrepticamente ou deslavadamente faz coincidir suas idéias com aquilo que lhe possa trazer os regalos da vida, dinheiro, amores fáceis, banquetes, elogios.

* Gisella de Amorim Serrano, Doutora, Professora no Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP.

Está claro que não é essa feição ignóbil que você é conformista. Se trata dum conformismo mais sutil e significativo. Você é conformista naquilo em que seu espírito é especificamente burguês e anterior à guerra. O que quer dizer sempre que é romântico é séc. XIX. Você chega a suspirar por aquele liberalismo antigo, que o tempo nosso já não permite mais! [...].

Mário de Andrade¹.

A missiva de Mário de Andrade a José Osório de Oliveira, um dos administradores da revista *Atlântico* e, sobretudo, do SPN português, é esclarecedora dos caminhos e meandros por onde se desdobra a situação de um intelectual moderno frente ao mundo contemporâneo. Mário e Osório assistiram ao afirmar de doutrinas totalitárias, como o fascismo, à rejeição de um liberalismo como saída possível à crise financeira das décadas de 20 e 30. Eles, sobretudo, participaram ativamente de projetos culturais orquestrados no interior de políticas autoritárias, como era o caso do governo de Salazar e Vargas. A carta simboliza, de um lado, os desafios de um intelectual frente ao seu tempo e, acima de tudo, sua participação frente à “situação do mundo”, e, de outro lado, incorpora e sinaliza a profundidade de um diálogo travado entre dois intelectuais: um brasileiro e outro português, dividindo impressões e debatendo suas posições frente às questões que envolviam o governo, a política, a arte..., o mundo.

Esses aspectos trazem à tona posições diversas acerca da interseção entre a instituição burocrática no Brasil pós-30 e os “homens de letras”. A crítica historiográfica tem proposto, nas últimas décadas, uma questão pertinente quanto à relação entre os intelectuais e o poder no Brasil. A discussão circunda a disposição dos literatos e artistas da época em aceitar cargos administrativos num governo de feições autoritárias.

Angela de C. Gomes (GOMES, 2009) problematiza o estatuto da história, a configuração do campo historiográfico, a intervenção dos intelectuais/historiadores por meio da conformação de um repertório de História do Brasil vinculado à leituras políticas específicas. A sua definição, a esse trabalho mostra-se muito pertinente quanto as dimensões interativas entre poder/ escrita da história, entre história/memória política.

¹ Mário *apud* SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo português e modernismo brasileiro*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2004, p.399-403.

Conforme afirma Ângela, o ofício do historiador estaria associado a uma produção que envolveria o artefacto intelectual, ele não estaria dissociado da produção cultural, nem tampouco os frutos do seu trabalho estariam desarraigados no cenário político. Para ela o lugar e o ofício de historiador estaria em conexão com um campo político que não descobre nem a possibilidade de intervenção na cultura nem tampouco deixa à sombra a inserção do intelectual/historiador de se relacionar, como campo de atuação legítima- do poder². Nos anos de produção da Revista Atlântico, por exemplo, essa situação ainda vigora e perceberemos que a discussão ou as dúvidas que circundam a disposição dos literatos e artistas da época em aceitar cargos administrativos num governo de feições autoritárias como o Estado Novo, tanto no Brasil como em Portugal não se alteraram.

Em 1940, em pleno Estado Novo no Brasil, o diretor do Museu nacional de Belas Artes, Osvaldo Teixeira, já se adiantava em prenunciar a questão, acrescentando-lhe uma positividade constituinte no mecenato de Vargas. Segundo Teixeira, a arte seria a expressão primordial e indiscutível da cultura dos povos, seria pela arte que se expressaria todas as virtudes de uma civilização³. Mas, o que seria da arte se os artistas, então escultores da vitalidade cultural de um povo, “não pudessem contar com o apoio moral e material de dirigentes cultos e, por vezes, geniais”⁴? Vargas seria, segundo o autor, um desses gênios (como outrora o fora Péricles na Grécia, Augusto em Roma, os Médicis na renascença, Francisco na França). Esses mecenas supostamente geniais teriam contribuído para a realização plena das artes durante diversos momentos históricos e, por isso, simbolizariam, nessa lógica, a forma mais “satisfatória” de ligação entre o poder e a arte. O Estado Novo e a república receberam, na obra de Osvaldo Teixeira, um capítulo particular, assim como os demais períodos citados acima. Na última análise do livro, ele expõe qual tinha sido, até então, o papel de Vargas como administrador no setor das artes:

“Desde os primeiros anos de sua administração, os artistas começavam a ter um maior incentivo e o povo a melhor compreender a produção artística. [...] O nosso presidente cuida com sincero entusiasmo da vida dos artistas, ora dando-

² GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

³ TEIXEIRA, Osvaldo. *Getúlio Vargas e a arte no Brasil*, a influência direta dos chefes de Estado na formação artística das pátrias. Rio de Janeiro: DIP, 1940.

⁴ *Idem, op. cit.*, p.07-08.

lhês lugares no professorado, como encomendando obras de arte, principalmente no domínio da pintura decorativa e, ainda criando postos de destaque na administração, em que os artistas se sentem mais à vontade e podem assim melhor produzir”.⁵

Essas afirmações acentuam um tipo singular de mecenato realizado por Vargas, no qual a inserção dos intelectuais nos quadros administrativos do Estado permite, antes de tudo, que não se descuidem de suas funções como literatos, pintores, etc. De outro modo, corroboram a ideia de que a arte é que mobiliza os significados, afinal, para os ideólogos do regime, como Teixeira, a “arte é a verdadeira imagem da pátria”⁶. E, se assim se pensa, a arte passa a ser um domínio de um Estado que se propôs, antes de tudo, burocratizar a vida social em todos os seus aspectos.

Em Portugal, esse conceito de arte coadunava com as proposições fundamentais da política do Espírito organizada por Antonio Ferro. O diretor do SPN defendia que, na “verdadeira arte”, haveria um sentido intrínseco associado à ordem⁷. Para ele, a Política do Espírito tinha por objetivo primordial defender os princípios de uma arte voltada para o combate às inquietações artísticas, que só redundariam em uma “falsa moral”, ou melhor, de uma “nova moral”:

“A nossa guerra, portanto, é contra essa inquietação que se sabe doentia e que produz uma literatura e uma arte conscientemente mórbidas, tão condenáveis como certas drogas! O que nós atacamos é a renascença dum literatura sádica, indesejável, onde o talento perde os seus direitos e se transforma numa tara!”⁸.

A maior investida do SPN na arte, qual fosse a premiação literária, seria a própria justificação dos princípios que nortearam a “Política do Espírito”⁹. Durante a administração

⁵ *Idem, op.cit*, p.48-51.

⁶ *Idem, op.cit*, p.11.

⁷ FERRO, Antonio, *Prêmios literários*. Lisboa: SNI, 1950.

⁸ *Idem, op.cit*, p.23.

⁹ Sobre a repercussão da política de Ferro, ele mesmo anota: “porque tornou-se deslegante a despreocupação dessa política; porque artistas, escritores e pensadores são hoje chamados, espontaneamente, onde nunca eram chamados” (discurso em maio de 1936). Ver: FERRO, Antonio. Prêmios

de Salazar, evidencia-se a “participação” de intelectuais como Antonio Ferro e José Osório de Oliveira para citar apenas os funcionários da Seção Brasileira do SPN.

Para Luís Reis Torgal (TORGAL, 2009) Antonio Ferro seria um “caso paradigmático de político orgânico”¹⁰. Para esse historiador, no caso português, embora considere que o intelectual pode ser caracterizado por aquele que discute e se preocupa com a cultura e por isso acaba por ser interventivo não deve naturalmente, por estar associado ao regime, ser “enquadrado” como “orgânico”¹¹.

Essa espécie de “enquadramento” de vários literatos, artistas, intelectuais pela burocracia faz-nos perguntar se estavam eles cooperando com o regime (e, evidentemente, endossando sua forma de agir), se apenas lá estavam como única opção de sobrevivência, ou, ainda, se utilizavam da máquina administrativa para, de alguma forma, obter lucros ou status. Mário de Andrade, mais uma vez, ilustra a questão ao referir-se à justificativa de uma produção de artigos destinados a revistas que em nada tinham de literatura. Ele adverte ao colega Osório de Andrade:

“[...] não se assuste de me ver escrevendo em publicações médicas. É questão de *struggle for life*. (é sim, só as revistas de propaganda pagam bem os literatos). [...] Estou só à espera que o famoso remédio brasileiro, chamado saúde da mulher, faça revista e me peça colaboração, pra lhe escrever, em troca de alguns 300 bicos, ou também mil réis, um vasto estudo etnográfico sobre o fluxo catamenial, que aliás terá o lindo nome de “a mulher vermelha”. A minha situação econômica está como a do Brasil, insolúvel, com mentira e tudo. E desconfio que se me pedirem que escreva sobre altas matemáticas nalguma revista de engenharia, ainda arranjarei jeito na minha sabença episódica de

literários. Lisboa: SNI, 1950, p. 41.

¹⁰ TORGAL, L. R. O modernismo português na formação do Estado Novo de Salazar e Antonio Ferro e a Semana de Arte moderna. In: SILVA, Francisco Ribeiro da; CRUZ, Maria Antonieta; RIBEIRO, Jorge Martins; OSSWALD, Helena. (Org.). *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 3, 2004, p.77.

¹¹ *Idem, op.cit*, p.76. Para Luís Trindade que analisa a intelectualidade portuguesa no início dos anos 1930 a crise política verificada nesses anos, quando então havia a “iminência de uma escalada militar” teria provocado uma necessidade de maior intervenção, ou no extremo, teria provocado também uma auto-reflexão acerca do lugar dos intelectuais, o que redundou, a partir desse ponto, inúmeros livros acerca do que viria ser o intelectual. Ver: TRINDADE, Luís. Introdução à vida intelectual. Intelectualidade, crise e censo comum nos anos 30 em Portugal. *Cadernos do CEIS20*, n.04, 2007.

encontrar o que dentro dela coincida com as elevadíssimas matemáticas que o Diabo o leve”¹².

A mudança de perspectiva no Brasil, com relação à participação política dos homens de letras¹³, toma contorno mais expressivo a partir da constituição de uma rede burocrático-administrativa que deu margem à expansão do Estado, tal como já foi dito. Alguns intelectuais sustentaram, por meio de suas ideias e programas políticos, a prática do autoritarismo do período¹⁴. Segundo Maria Celina D’Araújo(1999), a ação do intelectual “confere autoridade ao poder”.¹⁵ Mais do que isso, essa autora defende a ideia de que, nos anos 30, havia uma mudança de perfil por parte da intelectualidade, então “consciente ideologicamente e com compromisso político, religioso e social”¹⁶. Essa postura refletiria uma “incredulidade resolvida pela união com o poder”¹⁷.

A participação da intelectualidade brasileira já se fazia acontecer desde os primeiros anos da república. Uma insatisfação com os rumos tomados pelo país desde as primeiras décadas republicanas foi essencialmente exacerbada nos anos 20. Essa insatisfação, para além do reconhecimento do atraso brasileiro, representaria também a perda dos sonhos da República proclamada, por isso a Semana de Arte Moderna, promovida em 1922, foi, muitas vezes, apresentada como a representação de “uma crise social de identidade”¹⁸. Essa crise redundou na retomada, pelo modernismo, das questões

¹² Mário *apud* SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo português e modernismo brasileiro*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2004, *Op. Cit.*, p. 407.

¹³ Segundo Dutra, a preocupação dos “homens de letras”, propriamente ditos, é já notável nas últimas décadas do século XIX, essencialmente na década de 1870 quando “um expressivo debate de idéias acompanha as agitações do período mobilizando os intelectuais. Esses homens, militantes nas fileiras do abolicionismo e integrantes das hostes republicanas, empenhados em refletir sobre a realidade nacional, e em encontrar soluções para os impasses do país, são partidários de um engajamento político dos homens de letras, ancorado na produção de um conhecimento eficaz”. Ver: DUTRA, E. F. *Rebeldes Literários da República. História e Memória no Almanaque Brasileiro Garnier*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p.14.

¹⁴ Entre eles é mais conhecido o caso de Oliveira Vianna. Para ilustrar citamos: MATTOS, Karin. O Autoritarismo em Oliveira Vianna. In: *Revista Metavóia*, FUNREI, 2000, n.02.

¹⁵ D’ARAUJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999, p.85.

¹⁶ *Ibidem*, 1999, p.90.

¹⁷ *Ibidem*, 1999, p.90.

¹⁸ LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. *A Década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp/FAPESP, 1997. Os projetos de “brasilidade” apresentados no início do século XX, sob o diversos matizes foram analisados por Eduardo Jardim de Moares. Nesses projetos evidenciam-se, sobretudo as expressões conservadoras do modernismo. Ver: MORAES, E.J. *A Brasilidade Modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978 e PRADO, A. A. *1922: itinerário de uma falsa vanguarda*, 1983 e LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista,

nacionais e na conseqüente “reinvenção” do Brasil¹⁹. Alguns dos participantes desse movimento político-artístico prestaram serviço ao Estado autoritário varguista.

Segundo Miceli (1979), a geração desses intelectuais modernistas dos anos 20 e a geração pós-revolução de 30 valiam-se da inserção burocrática como forma de manterem um honorário seguro, bem como a possibilidade de garantir a aprovação de suas obras, uma vez que “o Estado foi se tornando uma instância decisiva de difusão e consagração de obras produzidas”²⁰. Prova disso é que “suas obras se converteram em paradigmas do pensamento político da época”²¹.

O argumento de Miceli consiste em classificar como cooptação a relação entre Estado e intelectuais, os quais, além de incorporarem-se ao trabalho burocrático, favoreciam o regime através da consecução de trabalhos de toda ordem (como monumentos, projetos arquitetônicos, obras literárias, música), os quais tinham um escopo nacionalista. Porém, a necessidade de formulação de uma cultura nacional²² e de sua devida difusão tinha no fundamento da modernização sua defesa. Assim:

“O Estado Novo procura ganhar os intelectuais, oferecendo-lhes as condições para a satisfação das exigências gerais que pode oferecer um governo... mostrando-lhes um caminho seguro, evidentemente com o seu assentimento, para a realização de seus ideais e utopias: o da construção da nação por meio do Estado, que com ela queria se confundir. É por isso que não se trata de cooptação, mas de constituição de um novo bloco de poder com uma simultânea perspectiva autoritária e modernizadora, que busca consenso entre a intelectualidade, chamando-a a participar do processo”²³.

modernização. In: *A Década de 20 e as origens do Brasil moderno*, 1997.

¹⁹ *Idem, op.cit*, 1997.

²⁰ MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). (Coleção Corpo e Alma do Brasil) São Paulo: DIFEL, 1979, p.132.

²¹ *Ibidem*, p.147.

²² Lúcia Lippi discute a distinção feita por Gentile entre nacionalismo e fascismo, e dela afirma ser o Estado Novo muito próximo do fascismo a esse respeito. Assim, “no nacionalismo a nação existiria não em virtude da vontade dos cidadãos, mas como um dado, um fato da natureza. Para o fascismo... o Estado e a nação seriam criações da mente e não uma pressuposição espiritual”. Ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p.27.

²³ LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. *A Década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp/FAPESP, 1997, pp. 83-106.

Contrapondo-se então à tese central de Miceli, o autor acima citado entende que a exigência de um Estado forte, centralizado, capaz de gerir e conduzir a nação, bem como arrancá-la do diagnosticado de atraso em que se encontrava, é o pressuposto da anuência da intelectualidade e de sua adesão ao regime autoritário. Isso porque, no Estado, estariam contidas as expectativas de todos aqueles capazes de identificar o “problema nacional”. Entretanto, a conclusão de que o compartilhamento de propostas e interesses entre governo e intelectualidade indica ora que a relação era positiva (porque não imposta), ora que a intelectualidade “pensava” com ou como o próprio regime. É possível que essa relação estivesse relacionada com a preocupação mútua (Estado e intelectuais) em fundamentar a nação brasileira e organizar um “novo” Brasil. Assim, “o discurso do governo vai ao encontro do discurso dos intelectuais”²⁴.

Adesão, cooptação, favorecimento, afastamento, recusa, não há como elaborar uma regra única e geral para todos. Não podemos, contudo, desconsiderar certa feição “missionária” dos homens de letras desse período que, tal qual o exemplo de Sérgio Buarque, revela a quase necessidade de realizar, pela via do Estado, projetos culturais inspirados num verdadeiro “iluminismo burguês”²⁵. Aqueles homens, como Sérgio estariam preocupados com a “mesma ordem de questões”, que se relacionava ao tema da formação da nação, propuseram políticas culturais²⁶. Entre elas, a criação de organismos como o Instituto Nacional do Livro, instituído em 1937, sob uma inspiração claramente “iluminista”²⁷, assim como a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no mesmo ano e voltado pioneiramente às políticas de recuperação da memória e do patrimônio brasileiro. Nesse caso, muito embora alguns intelectuais tenham se rendido às “vantagens” do serviço público em função de problemas financeiros ou de outra ordem, é

²⁴ CAVALCANTI, L. *Modernistas na repartição*, 1993. Ver também *Idem. Modernistas, arquitetura e patrimônio*, 1999. Daniel Pécault (1990) afirma que o modernismo brasileiro dos anos 20-40 apresentou uma indissociação entre o plano cultural e o político, porque predispunha a nação como sujeita. Ver PECAULT, D. *Os intelectuais e a Política no Brasil*, 1990. Gomes (1999) reforça o argumento quando sentencia: “[...] os modernistas adequaram-se à tarefa, tanto porque reinstauraram a temática da brasilidade com feições militantes, quanto porque eram os intelectuais disponíveis [...]”. GOMES, A. C. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 139.

²⁵ BARBATO JR, Roberto. *Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004. v. 01, p.87.

²⁶ *Ibidem*, 2004, p. 89.

²⁷ Ver: SILVA, S. B.. *O Instituto Nacional do Livro e a institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-1945): planos, idéias e realizações*. 1992. 154 fl. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

possível pensar que, ainda assim, esses homens, tal como Mário de Andrade, possuíam para além das expectativas do orçamento a expectativa da contribuição social²⁸.

Mário de Andrade é um personagem emblemático, não somente porque trabalhou como executor do projeto da *Enciclopédia Brasileira* no INL²⁹, tendo implementado, anteriormente, no Departamento de Cultura de São Paulo, um ousado projeto cultural – o que o tornava, de uma forma ou de outra, um colaborador da administração do estado vargista – mas, sobretudo, porque foi um grande elo de sociabilidade intelectual nos anos 20-40 entre Brasil e Portugal. Mário, Carlos Drummond, Cecília Meirelles, Tristão de Athaide e Alceu Amoroso Lima foram os únicos colaboradores brasileiros na primeira edição da revista *Atlântico*³⁰. Nas outras edições, outros artistas brasileiros aparecem³¹, como é o caso de Vinicius de Moraes, Adalgisa Nery, Graciliano Ramos, Otto M. Carpeaux, Afrânio Peixoto, José Lins do Rego, Manuel Bandeira, Augusto Frederico Schmidt³².

Uma carta curiosa de Alberto de Andrade a Getúlio Vargas, em 1949, sinaliza a conflituosa relação entre os intelectuais e o poder naquele período. Ao mandar a Vargas um recado de José Lins do Rego, Alberto afirma:

“Como estamos a falar em Zé, falemos noutra - o Lins - que me pede confirmar recado que lhe enviou não sei por quem. Manda dizer-lhe que não é tão seu adversário quanto o senhor pensa. O recado vem a propósito de uma frase sua dita a não sei que gazeteiro que os escritores brasileiros continuavam a oferecer-lhe os seus livros, mesmo os adversários como o Zé Lins. Esse cabeça chata faz questão de ser excluído da lista dos adversários. Diz que lhe dá umas bordoadas quando em vez, mas que não doem. São pancadas de amor. Não o

²⁸ BARBATO, R. *Op. Cit.*, 2004.

²⁹ Desiludido com a sua exoneração na cidade paulista, vai ao Rio e aceita os préstimos dos amigos, fundamentalmente de Gustavo Capanema, que lhe oferece serviços no MÊS, e de Meyer, no INL. Ver AMARAL, Adriana F. *Artífices da Reconciliação - intelectuais e vida pública no pensamento de Mário de Andrade*, 1999 (dissertação).

³⁰ Outros colaboradores brasileiros aparecem nas edições seguintes, entre eles: Ribeiro Couto e Augusto F. Schmidt, que receberam no livro “Estados unidos da saudade”, capítulos de homenagem. Ver FERRO, A. *Estados unidos da saudade*. Lisboa: SNI, 1949, pp.184-208.

³¹ Ver: PAULO, H. *Op. Cit.*, 1994 pp.171-172.

³² Embora Heloísa Paulo tenha afirmado já uma vez que os intelectuais que colaboram na *Atlântico* atendessem aos mais diversos matizes, é bom lembrar que Graciliano Ramos foi também, no mesmo período, colaborador no Instituto Nacional do Livro, assim como Vinicius de Moraes. Adalgisa Nery, como a autora já ressaltara, era esposa de Lourival Fontes.

leve a mal. Num dado momento o único assunto era o senhor e o pobre do Zé tinha de ir na onda”³³.

Esse trecho demonstra quão complexa seria a relação entre os intelectuais e o poder, sobretudo, com Vargas, um político cuja força era sempre “reforçada” pelos mecanismos repressores e de propaganda.

Mário de Andrade, ao referir-se ao convite para o departamento de São Paulo, enumera as dúvidas de um intelectual frente à realidade material da vida e frente aos desafios de sua própria condição. Em carta a José Osório de Andrade, dizia:

“Imagine que me convidaram [...] o mais espantoso talvez seja contar que aceitei. Este caso de eu ter aceitado o cargo é bastante complicação. Em sincera e individualista análise devia ter recusado. Mas devia mesmo?... pesei os prós e os contras, mas sempre é incontestável, já tinha aceitado o cargo.[...] na verdade, meu caro amigo, eu estava num enorme impasse intelectual, num beco sem saída que me obrigava desde uns dois anos pra cá um marcar de passo no mesmo lugar, que me deixava odientamente insatisfeito de mim, ou melhor, incompletado. Era sempre a mesma questão: comunismo, ditatorialismo, liberalismo democrático [...] Estava de não poder mais escrever.[...] é que toda a minha existência real, isto é, dos 25 anos em diante, eu me dera uma finalidade bem definida sempre, modernismo, trabalho pela espécie brasileira, folclorismo, que sempre me enchera. Mas realizado o que tinha de realizar nesse sentido, se viera naturalmente sobrepôr ou contratar a definição pacífica, outra mais imperiosa, mais imediatamente do tempo, a definição política. [...] Há momentos de lucidez em que não consigo ver nem num futuro bastante remoto, qualquer possibilidade de eu voltar ao que fui, escritor e livre de si mesmo. Mas me sinto outra vez definido e pragmatizado. O trabalho me espera”³⁴.

³³ GV c 1949.12.28/1 acervo digital do Arquivo Getúlio Vargas. Disponível em:<[HTTP://www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)> Acesso em: 23 abril de 2007.

³⁴ MARIO *Apud* SARAIVA, A. *Op. Cit.*, 2004, p. 411-412.

Segundo Adriana F. Amaral (AMARAL, 1999), Mário de Andrade não conseguira sobreviver imune ao sentido do ofício intelectual da sua época, então “contaminada pela política”³⁵. Entretanto, o discurso dessa intelectualidade, da qual Mário de Andrade fazia parte, estaria também contaminado pelo sentimento de Falência Oligárquica³⁶, do qual não conseguira mesmo se esquivar³⁷. O modernismo, assim como os avanços materiais do mercado ocorridos nas décadas de 20 e 30 trouxe novas possibilidades relativas à função e ao status do intelectual³⁸. A partir de Vargas, no Brasil, a posição da intelectualidade frente ao exercício de quadros públicos altera-se consideravelmente. Muitos artistas e intelectuais irão trabalhar como funcionários efetivos ou temporários da burocracia de Estado, cuja administração havia se ampliado enormemente conforme a necessidade do plano de expansão burocrática³⁹. Entretanto, a posição dos literatos e artistas não se restringe, a saber, como o fez Amaral (AMARAL, 1999), em funcionários e os não funcionários do Estado. Segundo a autora:

“[...] os que trabalham, ganham importante o importante papel de forjar o país, recriá-lo a partir da Era Vargas. Em troca, recebem a segurança de um salário garantido no fim do mês e a legitimação de seu discurso. [...] os que não trabalhavam para o Estado, estavam presos ou tinham que conviver com a ameaça de ter seus projetos esquecidos ou rejeitados”⁴⁰.

Escapa a essa divisão os meandros de uma relação imbricada que extrapola a dicotomia adesão-recusa. Mário de Andrade, por exemplo, conforme a análise da própria autora, dispunha da leitura como ferramenta política, principalmente quando atribuía um sentido particular por meio da operação condicionante autor-leitor: “A leitura, no livro de Mário de Andrade, torna-se um instrumento de compreensão do mundo à sua volta”⁴¹.

³⁵AMARAL, A. *op. cit.*, 1999, pp.19-20.

³⁶ A autora recupera aqui a análise de Carlos Guilherme Motta, que atribuiu a obras clássicas dos anos 20 e 30 como Casa Grande senzala e Raízes do Brasil, uma orientação cuja função era tentar “entender a classe social a que pertenciam e os motivos pelos quais o sistema ruíu”. MOTTA *apud* AMARAL, A, *Op. cit.*, p.40.

³⁷AMARAL, A. *Op. cit.*, 1999, p. 20

³⁸ *Ibidem*, 1999, p. 22.

³⁹ GOMES, A. *Op. Cit.*, 1996, PANDOLFI, D. *Repensando o Estado Novo*, 1999, MICELI, S. *Op. Cit.* 1979.

⁴⁰ AMARAL, A. *Op. cit.*, 1999 p.35.

⁴¹ *Idem, Ibidem*, 1999, p.100.

Definindo-lhe como um político peculiar, cuja desconfiança entre cultura e política era explícita e cuja ação de literato nunca lhe trouxera maiores dificuldades⁴², Mário, segundo a mesma autora, era, ainda assim, uma espécie de “político das letras” não declarado, afinal “nacionalismo, para Mário, significava simplesmente se relacionar com o meio em que vivia”. Contudo, para compreender-lhe as ações de intelectual não partidário, embora não apolítico, é preciso rever seu contexto de atuação e o próprio sentido do modernismo, do qual Mário é, sem dúvida, uma das figuras referentes.

O modernismo no Brasil surge como uma espécie de missão nacionalista, onde a identificação de um ser nacional era a proposta latente, embora não possamos considerar o movimento como um perfil homogêneo. Segundo Amaral (AMARAL, 1999), “ser moderno era ser, sobretudo, nacionalista”⁴³. A proposta nacional do modernismo era gestada num universo de propostas diversas e cujos desdobramentos foram múltiplos⁴⁴, um universo cuja transformação social urgia⁴⁵. Uma importante compilação de estudos acerca dos problemas brasileiros é emblema dessa aventura intelectual que buscava compreender para transformar. A obra *À margem da vida da República* (1924) de Vicente Lício Cardoso é organizada com esse propósito. O surto de brasilidade no meio literário brasileiro é responsável pela organização de um ideário variado e composto que vertia suas forças à recusa, à mudança e à proposta de um novo Brasil⁴⁶. Esse era o cenário nos anos 20, o cenário onde Mário de Andrade e Antonio Ferro irão se conhecer. Um desses pilares de recusa destinava-se, sobretudo, às modas européias: “os modernistas queriam fazer com o Brasil o que Rimbaud fez com a poesia: despi-lo de todos os europeísmos adquiridos em antigas gerações, para mostrá-lo radiante, original e, sobretudo, brasileiro”⁴⁷. Além do mais, a recusa da estética européia estimulava o *Manifesto pau-brasil*

⁴² *Idem, Ibidem*, 1999, p.98.

⁴³ *Idem, Ibidem*, 1999, p.23.

⁴⁴ Maria Celina D’Araujo subdivide o movimento em três vertentes e em três fases: 1) anos 20, em que se desenvolvem as ideias de reformulação da vida social e política brasileira; 2) a fase da “brasilidade”, que se divide em movimento verde amarelo, antropofagia e criticismo de Mário de Andrade; 3) uma fase de “acertos” políticos, quando há uma aproximação com o poder. D’Araujo, M. C. *Op. Cit.*, 1999, p. 85/90).

⁴⁵ D’ARAÚJO, M., *Op.cit.*, 1999.

⁴⁶ D’ARAÚJO, M., *op. cit.*, 1999.

⁴⁷ AMARAL, A., *Op. Cit.*, 1999, p.24.

de Oswald de Andrade: “era preciso devorar o estrangeiro, não para sua anulação, e sim para absorção e, mais uma vez, síntese”⁴⁸.

Em contrapartida às correntes de variações múltiplas no interior do modernismo enquanto movimento, era corrente um pressuposto comum: o nacionalismo, afinal havia novas interpretações possíveis para a estética brasileira, mas, sobretudo, para o Brasil como uma nação, e esse sentido foi dado pelo movimento quando “ser moderno, era ter um novo olhar sobre passado, presente e futuro”⁴⁹.

Nos anos 30, com Vargas, há uma mudança significativa quando surge uma “consciência ideológica e um compromisso político”⁵⁰. Será, portanto, nos anos 30 que a função de *clerc* torna-se menor, quase ausente frente a uma postura de “crítica e reforma” por parte de muitos intelectuais brasileiros, cada qual representando, à sua maneira, uma postura frente à nova situação com o poder e o status que o Estado garantia. Além disso, as inúmeras interpretações para o Brasil haviam sido gestadas nos anos anteriores e continuavam sendo até que um projeto político ideológico, por parte do Estado, encampou-as, em parte.

Já o modernismo português surgira como fruto de uma “crise de fim de século”, ancorado num “certo nacionalismo” e sob um “cansaço do racionalismo positivista”⁵¹. Essa crise, tal qual parece ter sido no Brasil anos mais tarde, seria um contributo oficial para as propostas estéticas e políticas de uma geração de intelectuais que procuravam “redescobrir” a nação portuguesa⁵². Antonio Ferro é, sem dúvida, um expoente desse modernismo português, vincado em ideais nacionalistas.

Sugestionados pelo perfil da revista, procuraremos, a partir deste ponto, analisar dois aspectos concernentes à relação intelectuais e Estado, no Brasil e em Portugal nos anos 30 e 40, mas, sobretudo, no cenário luso-brasileiro, compreendido aqui pelo circuito das publicações e trocas intelectuais. Em primeiro lugar, devemos contextualizar os aspectos que unem ou diferenciam o modernismo brasileiro e o português. Embora Saraiva (2004) pondere que entre o modernismo português e o modernismo brasileiro

⁴⁸ *Idem, Ibidem*, 1999, p.26.

⁴⁹ *Idem, Ibidem*, 1999, p.23.

⁵⁰ D'ARAÚJO, M., *Op. Cit.*, 1999, p. 90.

⁵¹ TORRAL, L. O modernismo português na formação do estado Novo de Salazar ,2004. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5038.pdf>> Acesso em 10 maio 2009.

⁵² *Idem*, 2004.

havia uma ausência de intercâmbio cultural mais intenso”, beirando quase um “desconhecimento mútuo”⁵³, é que, contraditoriamente e justamente nos anos 20, firmam-se novas amizades entre intelectuais e artistas portugueses e brasileiros, como é o caso de Cecília Meirelles e Fernanda de Castro⁵⁴. E será justamente com a vinda de Antonio Ferro ao Brasil que essa rede de sociabilidade irá florescer, uma “verdadeira malha cultural a que se prendem temperamentos, valores e inclinações os mais diversos”⁵⁵. Essa rede de sociabilidade entre intelectuais do período 20-40 do século XX, no Brasil e em Portugal, está intimamente relacionada às tramas, dissensões, afinidades, intercâmbios, desajustes e tudo o mais que englobaria um amplo diálogo letrado acerca dos mais diversos assuntos e problemas dos dois países. Numa análise como a que pretende esta tese, coube-nos avaliar as relações de sociabilidades voltadas para uma maior aproximação de artistas e intelectuais ligados, ou não, diretamente ao poder, mas que propõem ou empenham esforço literário e artístico à política de aproximação luso-brasileira do Acordo de 1941. Nesse sentido, envolve-se um debate pertinente e não exclusivo entre intelectuais e artistas que se tornaram pares, não, sobretudo, em razão do Acordo, mas por uma necessidade mútua de conhecimento recíproco, que estaria supostamente relativa à política luso-brasileira do Acordo Cultural.

É importante então esclarecer que o que nos importa aqui é tentar identificar alguns personagens centrais desse diálogo que puderam alinhar-se num contexto de amplo estreitamento político diretivo à união luso-brasileira, tendendo sempre à promoção cultural, o que estaria de acordo com os propósitos daqueles que se ligam às letras e às artes em geral. Entendemos, portanto, a rede de sociabilidade como um diálogo, uma proposta de ligação que, nesse caso específico, empreende um esforço para

⁵³ MARIO *apud* SARAIVA, A. *Op. cit.*, 2004, p.257.

⁵⁴ Ver: GOUVEA, Leila. *Cecília em Portugal*, RJ: Editora Iluminuras, 2001. Mais do que isso, Saraiva afirma que certa lusofobia ainda persistia no final da década de 1920, embora ela envolvesse “quase só uma pequeníssima parte de intelectuais na sua maioria carioca”, e ainda advertia que “na cultura portuguesa [...] era pouco ou nada brasilófoba” (p. 77). Sobre essa aversão recíproca, compreende-se teoricamente dois equívocos que Arnaldo Saraiva intentava apagar: “[...] que o modernismo teorizou e praticou a separação definitiva entre a cultura brasileira e a portuguesa ou que os modernistas ignoravam a literatura portuguesa” (p.15). Essa advertência torna-se importante na medida em que relativiza, ao passo que contextualiza o conhecimento das duas culturas entre si e colabora para advertir a pequena parte do câmbio de recusa significativa a cada uma delas naquelas décadas. Ver SARAIVA, A. *op. Cit.*, 2004.

⁵⁵ VILLAÇA, prefácio *apud* GOUVEA, Leila. *Cecília em Portugal*, RJ: Editora Iluminuras, 2001.

identificar traços de união, embora saibamos que um diálogo prevê, muitas vezes, a dissensão ou o desacordo.

Arnaldo Saraiva, ao tratar das relações entre o modernismo português e o brasileiro, não irá negar essa rede de sociabilidade, embora afirme que ela só se estreitará nas décadas seguintes, nos anos 30 e principalmente 40. Particularmente, essa rede de sociabilidade importa-nos no sentido de que o Acordo Cultural foi gestado e desenvolvido num ambiente político-cultural onde as ideias (então como propostas) dos modernistas ainda “pairavam no ar”. Há um “encontro” fortuito entre os intelectuais modernistas que irão, no decorrer dos anos seguintes, orientar ou participar direta ou indiretamente de algumas políticas culturais dimensionadas nas décadas de 30 e 40, como o Acordo Cultural. Ao analisar a produção dos impressos oriundos do Acordo de 1941, veremos alguns desses intelectuais que se uniram nos primórdios das manifestações modernistas aqui e em Portugal⁵⁶.

Ao contrário do que se pensa comumente, embora Antonio Ferro fosse um representante do modernismo português e fosse, ao mesmo tempo, um diretor do sistema burocrático salazarista, não é possível afirmar que ambos, o regime salazarista e o modernismo português, tivessem uma relação direta e constante, é o que nos conta Luís R. Torgal: “O modernismo, embora estabeleça ligações fugazes com o regime [...] não se pode identificar com o Estado Novo, entendido como regime”⁵⁷.

Entretanto, é em torno de sua casa, de seus livros e de sua atuação como literato que o Brasil deixa-se levar a Portugal pelas letras nas décadas de 30-40. Tanto Mário de Andrade como Cecília Meirelles, Oswald de Andrade e outros nomes conhecidos nesse cenário modernista no Brasil tornaram-se grandes amigos do futuro diretor do SPN e de outros futuros colaboradores do mesmo órgão em Portugal, como, por exemplo, José Osório de Oliveira, o diretor da revista *Atlântico*. A troca de cartões postais com Mário e a oferta de livros justificam a relação que Ferro nutriu com alguns intelectuais brasileiros

⁵⁶ Entretanto, após analisar a participação do Brasil na Exposição do Mundo português, ele apresenta os limites da intercessão intelectual que distanciava os dois movimentos aqui e em Portugal. Segundo ele, a recusa em participar da Exposição, por parte de muitos artistas brasileiros, indica-nos que não havia unanimidade na filiação à “casa materna portuguesa”. Ver LEHMKUL, L. A participação do Brasil na exposição do mundo português. In: RAMOS, M. B.; SERPA, E. C.; PAULO, H. *O Beijo através do atlântico. O lugar do Brasil no pan-lusitanismo*. Chapecó / SC: Argos, 2001, p. 74.

⁵⁷ TORGAL, L.R. *Op. Cit.*, 2004, p. 1096.

que surgem nas páginas da revista *Atlântico*. Em 1925, Ferro oferece a Mário seu *A Amadora dos fenômenos*⁵⁸.

Gastão de Bettencourt, em 1959, avaliava e descrevia a importância de Ferro no estreitamento de relações intelectuais com o Brasil, segundo ele, Ferro “escancarou, por assim dizer, as janelas por onde os dois povos se revelaram e melhor se puderam compreender”⁵⁹. Para Gastão, a vinda de Ferro ao Brasil, coincidindo com o desenrolar do movimento modernista pós-1922, era de uma significação especial para a comunidade luso-brasileira⁶⁰. Ferro vinha com sua juventude a desabrochar, com espírito de irrequieta curiosidade intelectual e artística⁶¹. Para além da aventura de mocidade, segundo Gastão, a vinda de ferro ao Brasil representaria seu “primeiro serviço à sua amada pátria”⁶².

A Semana de Arte Moderna trazia consigo algo de renovação que se pressupunha no espírito de Antonio Ferro⁶³. A sua contribuição ao terceiro número da *KLAXON* – mensário de arte moderna de maio de 1922 – parece ser justificada por esse ‘encontro’ de idéias e interesses artístico-intelectuais.⁶⁴

A passagem de Menotti Del Pichia, ao lembrar a participação de Ferro naqueles anos, deixa-nos um quadro fundamental: “inquieta, original, fascinantemente simpático, Antonio Ferro confraternizou-se com o grupo fundido nele pela mesma mentalidade, pela absoluta identidade de propósitos”⁶⁵. Enaltecendo a participação de Ferro junto ao grupo modernista de São Paulo⁶⁶, Del Pichia procurou, na comemoração de seu cinquentenário, assinalar um caráter lusitano no movimento por meio do escritor português em terras brasileiras:

“Sempre Brasil e Portugal juntos. Nas letras, nas artes, nos conceitos sociais e políticos a Semana foi o grito de Independência cultural reintegrando o Brasil

⁵⁸ MARIO *apud* SARAIVA, A. *op. Cit.*, 2004, p.463.

⁵⁹ BETTENCOURT, G. *Op. Cit.*, 1960, p.17.

⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p.19.

⁶¹ *Idem, Ibidem*, p.19.

⁶² *Idem, Ibidem*, p.20.

⁶³ *Idem, Ibidem*, 1960, p.30

⁶⁴ *Idem, Ibidem*, 1960.

⁶⁵ *Idem, Ibidem*, 1960, p.45.

⁶⁶ Como bem assinalara Saraiva, é preciso ressaltar que Antonio Ferro não participaria da Semana só porque chegou ao Brasil em maio e a eclosão do movimento ocorrera em fevereiro. Ver: SARAIVA, A. *op. Cit.*, 2004, p.477.

no ritmo de sua brasilidade e reimmergindo-o no espírito de sua tradição e originalidade [...]”⁶⁷.

Podemos afirmar que a vinda de Ferro ao Brasil, pela primeira vez, semeou laços intelectuais⁶⁸ que abririam portas de um intercâmbio e uma circulação de ideias, pautados num ideal de conhecimento entre a cultura brasileira e portuguesa, e haveria de ser a primeira chave da abertura de uma política de aproximação cultural colocada em prática anos mais tarde. A amizade entre Ferro e os intelectuais e artistas brasileiros sedimentou-se ao longo dos anos, como a intensa troca de correspondência poderia atestar, entretanto é possível reconhecê-la também nas páginas dos impressos do Acordo.

O segundo ponto a ser analisado, portanto, é, sem dúvida, o do estabelecimento de uma rede de sociabilidade luso-brasileira especificamente pautada num circuito político editorial, cujos contornos revelam uma aproximação intelectual, cujo sentido é unívoco e peculiar, qual seja a proposta de uma união luso-brasileira, e relacionada, de modo exclusivo, à política do Atlântico. Nesse caso, podemos nos ater, aqui, ao intercâmbio intelectual destinado à promoção do Acordo Cultural luso-brasileiro e/ou da política que o animava. Nas páginas das revistas luso-brasileiras, sobretudo na revista *Atlântico*, definia-se uma malha intelectual promovida, de um lado, pela presença de autores modernistas e, de outro, pela possibilidade de conhecimento mútuo das literaturas dos dois países.

Mário de Andrade e Osório de Oliveira, um dos funcionários da seção brasileira e chefe editor da revista *Atlântico*, tornaram-se amigos e correspondentes desde 1923 por ocasião da visita do português ao Brasil⁶⁹. Segundo Carvalho (CARVALHO, 2007) as cartas por ele trocadas tratavam de assuntos ligados aos padrões culturais de Portugal e do Brasil. Com José Osório de Oliveira, Mário trocou cerca de 62 cartas, entre 1923 e 1942,

⁶⁷ BETTENCOURT, G. *Op. Cit.*, 1960.

⁶⁸ Na revista Contemporânea de 1923, Ferro evoca o grupo de brasileiros que encontrara, citando: Graça Aranha, Álvaro Moreyra, Ronald de carvalho, Monteiro Lobato, Oswald de Andrade, Olegário Mariano, Guilherme de Almeida, Menotti Del Picchia, Mário de Andrade, Freitas Vale, Paulo Prado, José Carlos Macedo Soares, Onestaldo de Pennafort, René Thiollier, Elísio de Carvalho, Renato Almeida Mário Ferreira, Francisco lagreca, Rodrigo Octávio Filho, Paulo de Magalhães, Di Cavalcanti, Carlos Drumond, a quem convocava para atestar seu empenho em dar conhecimento de sua pátria e de divulgá-la na ex-colônia. SARAIVA, A. *Op. Cit.*, 2004, p. 562. Essa lista indica, sobretudo, os pares brasileiros que Ferro instituiu um contato e por vezes certa relação amigável mais próxima.

⁶⁹ CARVALHO, R. S. . *Um espelho do Brasil e de Portugal: Mário de Andrade e José Osório de Oliveira*. Scripta (PUCMG), 2007.

das quais 22 foram enviadas por ele e 40 recebidas de Osório⁷⁰. Duas das cartas trocadas entre Mário e José Osório foram publicadas na revista *Atlântico* no segundo volume da segunda série, precisamente no ano de 1946, quando Mário já havia falecido. Acompanhando a publicação das cartas está um busto de Mário esculpido por Bruno Giorgi, um artista brasileiro que já tinha trabalhado para o ministro da educação e saúde Pública, embora fosse também um ex-presos político do regime fascista. Esse busto inaugura o segundo volume e antecede *As cartas de Mário de Andrade*. Mas, por que foram publicadas, afinal, essas pequenas partes da correspondência entre os dois intelectuais? José Osório parecia querer prestar uma homenagem a Mário, pessoa a quem julgava com um senso crítico do mundo e uma personalidade fantástica, inteligente, porém parecia querer “reviver” o poeta, torná-lo “vivo” na consciência dos leitores da *Atlântico* ou “para dar uma idéia da espantosa personalidade de Mário de Andrade a quem só o tenha conhecido pelas obras, como escritor”⁷¹. Saudoso do amigo, Osório expõe um Mário embevecido com a simplicidade da natureza em viagem à Amazônia brasileira:

“Era uma verdadeira sensação de rendez-vous, o carinho meticuloso com que eu esperava todas as noitinhas o urro dos guaribas no mato. E aquelas conversas de terceira classe com seres duma rudimentaridade espantosa, seres por isso mesmo perfeitamente gratuitos, naquele cheiro veemente, contagioso, de lenha humedecida, bois e corpos semi-nus, você não imagina Osório, eu era aquilo meio vegetal, meio água parada não sei”⁷².

Um Mário que deixava de ser autor para ser um humano quando anota: “A Amazônia marcou indelevelmente, não apenas minha obra, o que é de pouca importância, mas o meu ser”⁷³. Osório revelaria ainda a intensa amizade que os unia, fortalecida pelas palavras de Mário na mesma carta em que fazia anotações/impressões de viagem. Ao falar sobre a liberdade que possuía em revelar-se com os amigos, Mário pontuava:

⁷⁰ CARVALHO, R.S. *Op. Cit.* 2007, p. 02.

⁷¹ *Revista Atlântico*, Segundo volume, segunda série, p. 02. São Paulo, 01/08/1934.

⁷² *Revista Atlântico*, Segundo volume, segunda série, p. 03. São Paulo, 01/08/1934.

⁷³ *Idem*, p.03. São Paulo, 01/08/1934.

Mas nós aqui estamos num recanto de lar, somos em dois. Ou somos mesmo em um por esta deliciosa força de amizade em que nos compreendemos e estimamos bem. E na amizade eu me desleixo. Abro a válvula das censuras e me recrio na confissão. É humanamente lindo. E individualmente é esplêndido⁷⁴.

A segunda carta publicada revela um espírito supersticioso, autoritário, confuso, atormentado, um Mário que pende em muitos aspectos e acaba por findar-se numa melancolia individual circunstanciada por confissões a um amigo paradoxalmente próximo e distante como na passagem da longa carta, onde Mário devaneia: “Ultimamente principia me inquietando um problema moral curioso: tenho a impressão que tudo que escrevo é muito deletério e que a minha própria convivência é deletéria”⁷⁵.

De toda forma, essas duas cartas publicadas e todo o epistolário composto entre os dois, assim como os presentes bibliográficos, compõem um acervo indicativo da intensa relação.

José Osório, por ser um íntimo colaborador da divulgação literária brasileira em Portugal⁷⁶, estreitara laços com alguns intelectuais brasileiros, em parte, em razão de seu trabalho que era, sobretudo, voltado ao estudo da cultura e literatura brasileira⁷⁷.

No sexto número da revista *Atlântico*, José Osório publica um artigo em razão da morte prematura do amigo Mário de Andrade. Dizia ele sentir “uma dor profunda da sensibilidade, tão grande como a que nos cansa a perda de uma pessoa muito querida”⁷⁸. Nesse mesmo artigo, Osório congratulava Mário com uma admiração revelada, afinal o modernista brasileiro, cujo lar sediara as conversas que precederam a Semana de arte Moderna em São Paulo, era para ele: “[...] o homem de letras que mais estimava entre todos que tenho conhecido” (OLIVEIRA, 1945: 183).

Uma das cartas de Mário a Osório aponta a intimidade da relação e a vitalidade da amizade:

⁷⁴ *Revista Atlântico*, Segundo volume, segunda série, p.04. São Paulo, 01/08/1934.

⁷⁵ *Revista Atlântico*, *Idem*, p. 05, 15/11/1937.

⁷⁶ Ver: GOUVEA, L. *Op. Cit.*, 2001.

⁷⁷ *Idem*, *Ibidem*, 2001.

⁷⁸ OLIVEIRA, J.O., 1945, p.186.

“S.Paulo, 10-IX-34

Meu caro Osório de Oliveira,

Detestei sua última carta. Porque era pequena. Não dizia nada. [...] Fiquei danado como se entrevisse apenas você numa rua populosa, em hora impossível de parar. [...] Nós já atingimos aquele estado de intimidade intelectual que não permite mais uma vida em protocolos. Me mande plantar batatas, se quiser, mas me mande em carta onde você apareça inteiro e fique perto da gente”⁷⁹.

Mário de Andrade é um dos anfitriões de Antonio Ferro em sua visita à cidade de São Paulo. Com ele e sua esposa, o escritor brasileiro trocaria uma intensa correspondência, cujo teor evoca a intensidade e o fervilhar de ideias afins, partilhadas num cenário de efervescência literária e artística. Os domínios do poder ainda não seriam evocados naqueles anos iniciais da década de 20 quando Antonio Ferro era ainda um escritor iniciante, embora a maturidade de Mário de Andrade como literato já fosse comprovada ⁸⁰.

Mário de Andrade era um admirador e incentivador das letras portuguesas, como atesta sua biblioteca⁸¹, onde se identificam obras editadas por ocasião do movimento modernista e da latente sugestão de uma aproximação luso-brasileira, tal qual expressa em revistas como *Águia*⁸², *Portucale*, *Presença*, entre outras⁸³.

⁷⁹ MARIO *apud* SARAIVA, A., *op. Cit.* 2004, p. 406.

⁸⁰ BETTENCOURT, G. *Op. Cit.*, 1960.

⁸¹ Embora se mostre ansioso pelas dificuldades encontradas na aquisição de novas bibliografias portuguesas, como atesta sua correspondência. SARAIVA, A. *Op. cit.*, 2004.

⁸² Sobre as páginas de evocação de uma aproximação luso-brasileira em revistas como *Águia*, *Seara Nova* e *Terra do sol*, ver: SERPA, Élio. *Op.cit.*, 2000 e *idem*, 2001. Num artigo acerca da revista *Terra do sol* Raquel Souza analisa a participação política-literária de nomes destacados como Tasso da Silveira e Ronald de carvalho. Esse artigo também analisa as expectativas e redes sociais em torno da aproximação luso-brasileira ou propostas a ela correlatas. Ver SOUZA, Raquel. *Terra do sol: uma revista literária entre a nação lusitana e a América Hispânica*, 2004. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Em-tese-2003-pdfs/23-Raquel-Madanelo-Souza.pdf>. Acesso em 25 Jul 2009.

⁸³ CARVALHO, *Op. Cit.*, 2007. Ao que sugere Rui Moreira Leite, haveria um intercâmbio importante entre intelectuais brasileiros expresso nos periódicos brasileiros, como o *Boletim de Ariel* e a revista do Brasil que editavam artigos de autores lusos e, sobretudo, criaram seções específicas para dar publicidade aos temas portugueses. Conforme Leite, a revista do Brasil inicia a seção *Letras portuguesas* sob a responsabilidade de Lúcia Miguel Pereira. Ver LEITE, Rui M. *Missão portuguesa no Brasil*. In: *Pro-posições*, 2006, v. 17, n. 3, p. 74. Disponível também em: <<http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/edicoes/texto76.html>>. Acesso em 25 jul 2009.

Mário era um estudioso da cultura portuguesa, e por ela encontrara algumas explicações de ordem sócio-psicológicas. Encontrara também amigos que nutriria até o final de sua vida:

“Enquanto Mário se dedicava ao estudo da cultura popular portuguesa para explicar a psicologia do brasileiro, José Osório era um verdadeiro representante da literatura brasileira em terras lusas, sobre ela realizando conferências e escrevendo artigos para a imprensa e livros⁸⁴”.

A troca de correspondências foi comum também entre o escritor brasileiro e Antonio Tavares de Almeida, Gastão de Bettencourt e Antonio Ferro, todos eles funcionários da burocracia e do acordo luso-brasileiro. Mas a amizade, ou melhor, as afinidades entre eles não se restringiram a trocas epistolares, elas podem ser evidenciadas pela participação de Mário nas publicações do Acordo, fundamentalmente na revista *Atlântico*, onde se encontra a edição de *A Dona Ausente*⁸⁵.

Portanto, é possível afirmar que, entre os intelectuais brasileiros e portugueses, o movimento modernista fora, sem dúvida, um ponto de encontro⁸⁶. Isso pode ser comprovado pela intensa circulação de ideias entre eles trazidas pelas missivas trocadas, pelas impressões e relatos de viagens e, sobretudo, pelos artigos publicados nas revistas lusas e/ou brasileiras.

A troca de material bibliográfico sempre foi uma prática corriqueira entre os intelectuais do período. Não fora diferente entre Mário e Osório que trocaram intensamente muitos livros, alguns deles de autoria própria, sobre os quais ansiavam

⁸⁴ CARVALHO, R. *Op. Cit.*, 2007, p. 208.

⁸⁵ Em carta a Osório de Andrade, Mário sugere a publicação dessa obra em meio ao tumulto de funções em que vivia à época. A justificativa dada por ele para a inclusão desse artigo em detrimento de outros que possuía se daria porque esse “se referia tanto a Portugal como ao Brasil, e na verdade é a exposição e a explicação de um complexo marítimo inicialmente português”. Ver SARAIVA, A., *Op. Cit.*, 2004, p. 447. Esse “complexo” marítimo seria tratado por Têlé Ancona Lopez, que sublinha o significado de “sequestro” como sendo “o refluir das águas que recuaram na maré” (p. 119). É Telê quem indica também que, nesse artigo, Mário entendia a metáfora da água em seu sentido de “líquido fecundador” (p. 121). Essa explicação parece atender à lógica temática da publicação, mas parece ressaltar à temática dos descobrimentos, tema crucial da lógica panlusitanista que orientava o Acordo. Ver, sobre esse aspecto, o artigo de CARVALHO, R., *Op. Cit.*, 2007. Têlé Lopez indicaria também, num outro sentido, que Mário se arrependera da publicação na *Atlântico*, expondo essa satisfação numa entrevista à revista *Diretrizes*.

⁸⁶ Embora Arnaldo Saraiva pontue algumas ressalvas quanto à influência mútua entre os dois movimentos. Ver SARAIVA, A., *Op. Cit.*, 2004.

receber críticas e comentários. A fraternidade entre eles é exemplificada pela carta de 1934 quando o português agradece a Mário:

“Recebi ontem a sua carta e o seu artigo sobre mim [...]. Aqui não cabem todas as efusões do meu coração agradecido nem as reflexões concordantes do meu espírito [...]. Se pudesse cortava um pedacinho do meu coração e mandava-lho”⁸⁷.

Entretanto, a intensa amizade literária trouxe desdobramentos que repercutiam, sem dúvida, na produção intelectual de ambos. Mário, como atesta sua correspondência, enviava seus escritos aos amigos, inclusive para Osório. Ambos permutavam suas obras e esperavam quase sempre um comentário, uma nota, uma linha expondo pontos de vistas relativos ao trabalho. Numa dentre muitas cartas-dedicatórias trocadas entre os dois escritores, Osório pontuava: “A Mário este livro que eu tenho tido medo de lhe oferecer”, referindo-se à obra *Diário Romântico*, de 1932⁸⁸.

Com Cecília Meirelles também é possível perceber a troca de confidências intelectuais⁸⁹. Cecília esteve em Portugal, sobretudo, por um convite de um amigo do casal Antonio Ferro e Fernanda de Castro, de quem, embora não tivesse conhecido na visita ao Brasil, pôde tornar-se amiga- correspondente⁹⁰. Por meio das cartas, Fernanda de Castro e a poetisa brasileira tornar-se-iam cúmplices na literatura, e é essa amizade que dá o ensejo para a brasileira tornar-se conhecida em Portugal e firmar relações literárias no país além-mar⁹¹. Entre os contatos com os “novos amigos portugueses”⁹², estavam Almada Negreiros, João de Castro Osório, João de Barros, Fernando Pessoa⁹³ e um importante funcionário da seção brasileira do SPN e ilustre divulgador da literatura brasileira, José Osório de Oliveira.

⁸⁷ OSORIO *apud* SARAIVA, A. *Op. Cit.*, 2004, p.459.

⁸⁸ *Idem, Ibidem*, 2004, p.455/457.

⁸⁹ GOUVEA, L. *Op. Cit.*, 2001.

⁹⁰ *Idem, Ibidem*, 2001.

⁹¹ GOUVEA, L. *Ibidem*, 2001.

⁹² Segundo Leila Gouvêa, é sobre muitos desses amigos do círculo que se formava na casa de Antonio Ferro e Fernanda de Castro que Cecília imprimira seu *Poetas Novos de Portugal*, editado no Rio em 1944. Ver GOUVEA, *Op. Cit.*, 2001.

⁹³ Em 1934, ano em que publicara o livro Mensagem, Fernando Pessoa envia um exemplar ao casal Cecília Meirelles e Correa Dias, distinguindo-os, respectivamente, como “alto poeta” e cúmplice (vide Águia). Ver SARAIVA, A., *Op. Cit.*, 2004, p. 469.

É, sobretudo, com esse português que Cecília “acertaria as linhas” de muitas poesias e a quem confiava a opinião criteriosa de uma crítica literária. Cecília e José Osório tornaram-se íntimos colaboradores, ao passo que ela chegara a se referir a ele como um irmão e empresário português, tamanho seu esforço de divulgação do trabalho da poetisa⁹⁴.

A íntima relação que nutriam trouxe a ele a iniciativa de convidar Cecília para colaborar na revista *Atlântico*, da qual era o secretário. Na verdade, Leila Gouvêa chega mesmo a afirmar que a seleção de escritores brasileiros para a *Atlântico* atenderia aos propósitos de Osório de divulgação dos modernistas brasileiros, pelos quais nutria mais que simpatia, senão uma admiração de crítico e literato.

Sobre a contratação/seleção de autores brasileiros de variadas tendências literárias ou políticas, José Osório esclareceria em 1948:

“[...] como detesto as vagas afirmações, concretizarei dizendo que na “Atlântico” colaboraram escritores de tendências esquerdistas, como o admirável poeta Carlos D. de Andrade, e até comunistas militantes como o grande prosador Graciliano Ramos e o historiador Caio Padro Junior, que foi o primeiro a aplicar o materialismo histórico como sistema, ao estudo da formação do Brasil contemporâneo. Não sei se pensou nesses escritores, e no inconformista Mário de Andrade, e nos independentes Manuel Bandeira, Jorge de Lima, Murilo Mendes, Vinicius de Moraes, José Lins do rego, Érico Veríssimo, Marques Rebelo, na trokista Rachel de Queiroz, no católico democrata Tristão de Athayde, no liberal Alvaro Lins, não sei se pensou nesses, e em tantos outros espíritos livres do Brasil, naquele admirável romancista-poeta Jorge Amado, que, no prefácio de um livro de pura idolatria política, acusou os escritores brasileiros que colaboravam na “Atlântico” de terem traído ou desonrado a sua missão⁹⁵.

Para a seleção dos autores portugueses, a ressalva se assemelhava:

⁹⁴ GOUVEA, L. *Op.Cit.* 2001, p. 37/38.

⁹⁵ OLIVEIRA, José O. *Na minha qualidade de luso-brasileiro*. Lisboa: [S.n.], 1948, p. 30.

“[...] De entre os escritores portugueses, colaboraram alguns, conhecidos como liberais, como democratas ou como socialistas; de qualquer modo, independentemente, quando não ideologicamente hostis ao estado Novo, como Aquilino Ribeiro. E se não seria possível, em parte alguma, dar-se o caso de a redação de uma Revista editada por um organismo oficial pedir a colaboração de um doutrinário tão extremamente oposto à do Estado Novo, como Antonio Sergio, a verdade é que foi convidado a colaborar um romancista de tendências tão contrárias às do nacionalismo português, como Ferreira de Castro, cujo nome só não apareceu nas páginas da *Atlântico* por o autor de “A selva”, que não Antonio Ferro ou eu, ter achado isso mais conveniente, não fossem os seus correligionários estranhar”⁹⁶.

José Osório procurava, assim, desmitificar a ideia do autoritarismo que rondava a revista e procurava fornecer-lhe uma aspecto mais democrático, entretanto, como sabemos, nenhum dos artigos veiculados na revista *Atlântico* fugiu, ao fim e ao cabo, à campanha de aproximação, o que significa que, embora a composição dos autores sugira uma seleção em nada autoritária, os temas e os discursos – uns mais, outros menos – não fugiam ao tema do lusitanismo. Como salientou Sirinelli (SIRINELLI, 1996), “uma revista é, antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nessa dupla dimensão”⁹⁷.

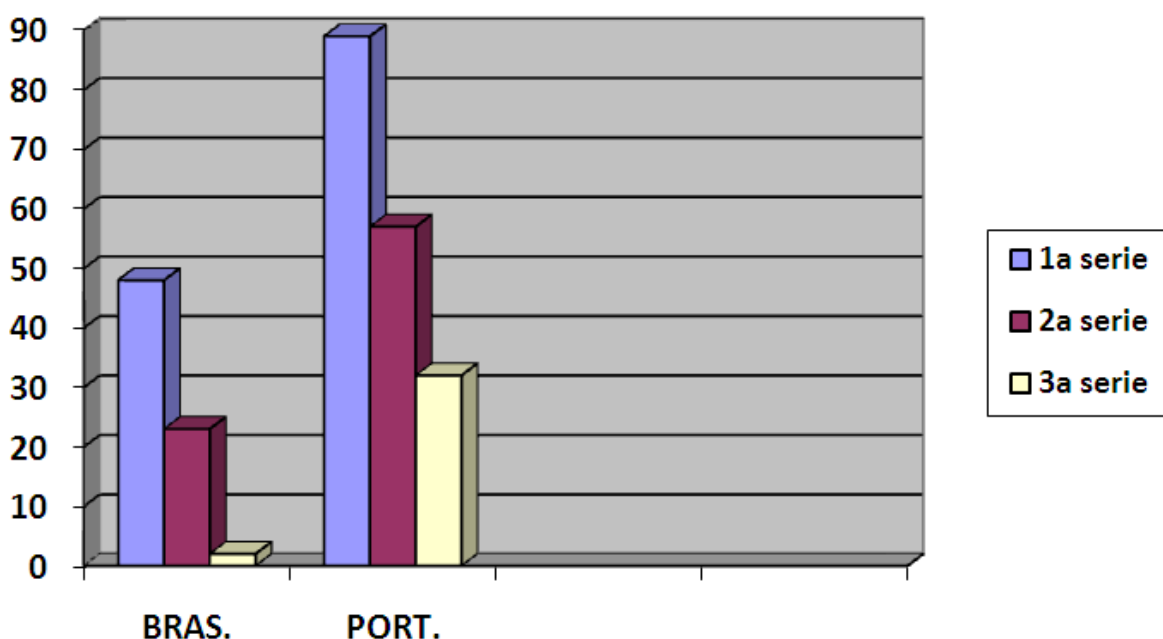
A tabela abaixo acerca da participação brasileira e portuguesa na revista ascende para novas possibilidades de investigação quanto às relações literárias naqueles anos. Ora revelando curiosas participações como a de parentes próximos ao casal Ferro, como Augusto Cunha, ora revelando a intensa troca luso-brasileira pelas variadas participações do lado de cá, a Revista indica um caminho muito particular da aproximação luso-brasileira nos anos 1940. José Osório de Oliveira havia tentado afirmar certa liberdade assegurada aos colaboradores da Revista, possivelmente tentando seduzir outros colaboradores ou ainda tentar forjar um aspecto positivo num projeto editorial que era,

⁹⁶ OLIVEIRA, José O. *Na minha qualidade de luso-brasileiro*. Lisboa: [S.n.], 1948, p. 30.

⁹⁷ *Apud* DE LUCCA, T. R. Revista do Brasil (1938-1943): um projeto alternativo?. In: DUTRA, E. F.; MOLLIER, Jean-Yves. (Orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. v. 1, p. 333.

sobretudo, fruto de um programa político autoritário, como o era o Estado novo no Brasil e em Portugal. Para Osório

sendo uma revista de cultura e literatura, não pode, também, deixar de conceder, aos seus colaboradores, brasileiros e portugueses, ampla liberdade de pensamento crítico ou de expressão literária(...) Fazendo, evidentemente, uma seleção, de acordo com o critério que os dois diretores da Atlântico responsáveis pela orientação dos organismos que editam esta revista, entendem dever impor, aliás com a mais ampla visão, à escolha dos colaboradores (...) liberdade e responsabilidade- eis a nossa regra⁹⁸.



Esses índices revelam, de um lado, uma relativa preponderância da participação portuguesa embora possamos também considerar que a participação intelectual brasileira é também muito expressiva. Especificamente, a suave supremacia da participação portuguesa remete-nos as dificuldades encontradas no envio de material por parte dos brasileiros à sede da Revista em Lisboa, assim como outros fatores, como a guerra, por exemplo, podem ter afastado uma participação mais volumosa dos brasileiros na publicação, em determinado volume. No primeiro volume José Osório de Oliveira já

⁹⁸ *Revista Atlântico*, volume 02, p.368.

indicava essas dificuldades na seção Notas quando afirmou que embora a colaboração brasileira havia sido insuficiente no primeiro número “nem por isso deixou de ser notável⁹⁹”.

Não obstante esse percentual menor, embora muito significativo é preciso sublinhar, a partir desses dados, a contribuição da Revista, na construção de uma relação literária entre Brasil e Portugal nesses anos.

Os personagens nessa rede de sociabilidade em torno da revista envolvem-se nessa política editorial por vários motivos. Entretanto, é possível supor, analisando-os que alguns fatores foram preponderantes como por exemplo, a afinidade de conteúdos da revista, a situação familiar e fraternal que os envolvia além de um possível status associado à legitimidade que as publicações de Estado conferiam aos seus contribuidores.

Na revista *Atlântico* aparecem familiares de Antonio Ferro (como Fernanda de Castro e seu cunhado Augusto Cunha), de José Osório de Oliveira (seu irmão João de Castro Osório, sua esposa) e ainda o rol de seus amigos literatos não somente portugueses quanto também brasileiros (como é o caso já citado de Mário de Andrade e Cecília Meirelles). Adalgisa Nery era esposa, desde 1940 do chefe do DIP no Brasil. Depois de sua participação vieram ainda a de Maria Eugênia Celso¹⁰⁰, Dinah Silveira de Queiroz¹⁰¹, Clarice Lispector e Lígia Fagundes Telles compondo a ala feminina brasileira da *Atlântico*. A participação feminina brasileira é significativa embora pouco numerosa em relação à participação portuguesa na *Atlântico*. Essas escritoras eram ainda jovens, algumas já freqüentavam, como o caso de Lígia F. Telles as rodas literárias de São Paulo, participando do grupo de intelectuais modernistas¹⁰².

⁹⁹ *Revista Atlântico*, volume 01, p.171.

¹⁰⁰ Maria Eugênia Celso era filho do conde Afonso Celso, autor da obra *Por que me ufano do meu país* e antigo membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e geográfico e, também um dos quatro únicos representantes da Academia portuguesa de História criada em 1936 a partir de um projeto de restauração da Academia Real de História Portuguesa de 1720. TORGAL, L.R. *História da História em Portugal*, 1998, p. 285-287). Segundo Torgal, a escolha de Afonso Celso esteve associada à sua filiação à uma “historiografia tradicional e pelas manifestações de apoio a Portugal e ao regime Salazar” (*Idem, Op.cit.* 1998, pag.287).

¹⁰¹ Dinah Silveira era também circundada por familiares ligados ao meio artístico literário sendo prima de pintores e editores como Ênio da Silveira.

¹⁰² Nos anos 1940, Lígia foi aluna da faculdade de direito da faculdade do largo do São Francisco e em 1945 participa de uma passeata pelo fim do governo Vargas. Sobre esse fato e a biografia da autora ver:<http://www.releituras.com/lftelles_bio.asp>. Acesso março 2009.

O caso mais curioso, talvez seja a participação, não inédita, nas publicações do Estado Novo brasileiro, de personagens ligados ao movimento anti-Getúlio e reunidos na revista *Diretrizes*(1938-1944), fechada pelo DIP após o cessamento de sua cota de importação de papel¹⁰³. Entre os colaboradores dessa revista de resistência à Getúlio estavam alguns brasileiros cujos artigos foram editados na revista *Atlântico*, como por exemplo, Graciliano Ramos¹⁰⁴, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz¹⁰⁵. Outra participação curiosa é a de Aquilino Ribeiro, conhecido opositor ao regime do Estado Novo.

Supomos, por exemplo, que muitas dessas relações literárias que assumiram feições políticas por ocasião da contribuição de artigos desses intelectuais num projeto de Estado foram estabelecidas anteriormente à consecução do Acordo Cultural¹⁰⁶. Era uma prática sóciointelectual muito comum a troca de exemplares de obras entre autores conhecidos, amigos ou com quem se pretendia estabelecer uma ligação social¹⁰⁷. O conhecimento dos literatos brasileiros pelos intelectuais que administravam o Acordo, sobretudo José Osório de Oliveira e Gastão de Bettencourt, possivelmente foi formado por meio dessa estratégia de diálogo, divulgação e amizade.

É possível distinguir ainda outros “arranjos” concernentes ao grupo que participou na revista *Atlântico*, tanto brasileiros quanto portugueses, que talvez só o exame detalhado de toda a correspondência entre todos os envolvidos dê-nos um panorama mais eficiente no que diz respeito às inúmeras facetas da relação intelectual-Estado; intelectual-intelectual nesse período. Certos de que, por esse grupo constituir uma rede numerosa, não podemos trabalhar com todas as relações possíveis entre todos os seus componentes nesse período, tomamos, portanto, alguns exemplos mais notáveis, talvez

¹⁰³ DE LUCCA, T. R. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. Campinas: Ed. UNESP, 1999, p.328.

¹⁰⁴ Graciliano Ramos foi um dos colaboradores do Instituto Nacional do Livro criado em 1937, no início do Estado Novo, assim como Vinicius de Moraes e Cecília Meirelles, além de Mário de Andrade.

¹⁰⁵ Ambos referência da perseguição editorial e política no fim do Estado Novo. Ver: HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 2005.

¹⁰⁶ Nesse caso, podemos citar a sugestiva tabela de colaboradores organizada por De Lucca ao analisar os intelectuais da revista do Brasil nos anos 1920, no Brasil. Uma vasta gama desses intelectuais, como José Osório de Oliveira, Augusto Frederico Schmidt, Manuel Anselmo, entre inúmeros outros, foram também colaboradores nessa publicação. Ver: DE LUCCA, T. *Op. Cit.*, 2006, p. 333.

¹⁰⁷ Nesse âmbito tomamos o artigo de Giselle M. Venâncio que analisou a experiência de troca de bilhetes e obras estabelecida por Oliveira Vianna, um importante intelectual dos anos 1930 no Brasil, que, embora possuísse uma postura reclusa por meio de cartas, postais e livros, comunicava-se com seus pares e dialogava com o mundo intelectual do qual se eximia, ainda que primasse pela vida caseira. Ver VENÂNCIO, G. Presentes de papel. In: *Revista Estudos Históricos*, 1999, n.28.

emblemáticos quanto à intriga que perpassa essa rede de sociabilidade político literária por meio da contribuição nesse periódico.

Referências bibliográficas

BETTENCOURT, G. **Temas da música brasileira**. RJ: Editora A noite, 1941.

_____. **Antonio Ferro e a política do atlântico: Saudade dos Estados unidos da saudade**. Pernambuco: Editora do Autor, 1960.

BARBATO JR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004.

CAVALCANTI, Lauro (Org.). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, Arquitetura e Patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARVALHO, Ricardo S. Um espelho do Brasil e Portugal: Mário de Andrade e José Osório de Oliveira. **SCRIPTA**, Belo Horizonte. v. 11, n. 20, p. 207-213, 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina. **As instituições brasileiras da era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

DUTRA, E. F. O não ser e o outro: Paulo Prado e seu retrato do Brasil. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 233-252, 2000.

_____. **O ardil totalitário e o imaginário político nos anos 30**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

_____. **Rebeldes Literários da República.** História e Memória no Almanaque Brasileiro Garnier. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

_____. Laços Fraternos. A Construção Imaginária de uma Comunidade Cultural Luso-Brasileira no Almanaque de Lembranças. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 1, 2005.

_____. Entre a melancolia e a exaltação: povo e nação na obra de Plínio Salgado. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999.

DE LUCCA, T. R. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.** Campinas: Ed. UNESP, 1999.

DE LUCCA, T. R. Revista do Brasil (1938-1943): um projeto alternativo?. In: DUTRA, E. F.; MOLLIER, Jean-Yves. (Orgs.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX.** São Paulo: Annablume, 2006.

FERRO, Antonio. **Estados Unidos da saudade.** Lisboa: SNI, 1949.

_____. **Apontamentos para uma Exposição.** Lisboa: SNI, 1948.

_____. **Salazar: o homem e sua obra.** Lisboa: Edições Fernando Pereira, 1982.

_____. **Prêmios literários.** Lisboa: SNI, 1950.

TORGAL, L. R. **Estados Novos, Estado Novo.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

GOMES, A. C. **A república, a história, o IHGB.** Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

_____. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOUVEA, Leila. **Cecília em Portugal**, RJ: Editora Iluminuras, 2001.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: EDUSP, 2005.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. **A Década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Unesp/FAPESP, 1997.

LEITE, Rui M. Missão portuguesa no Brasil. **Pro-posições**, 2006, v. 17, n. 3, p. 74. Disponível em: <<http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/edicoes/texto76.html>>. Acesso em: 25 jul. 2009.

LEHMKUL, L. A participação do Brasil na exposição do mundo português. In: RAMOS, M. B.; SERPA, E. C.; PAULO, H. **O Beijo através do atlântico. O lugar do Brasil no pan-lusitanismo**. Chapecó / SC: Argos, 2001.

LOPEZ, Telê A. **Mariodeandrandiando**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SARAIVA, Arnaldo. **Modernismo português e modernismo brasileiro**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2004.

MATTOS, Karin. O Autoritarismo em Oliveira Vianna. **Revista Metavóia**. FUNREI, 2000, n.02. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalable/numero2/karim.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2009.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. (Coleção Corpo e Alma do Brasil) São Paulo: DIFEL, 1979.

MORAES, E. J. **A Brasilidade Modernista**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

REVISTA ATLÂNTICO. Lisboa: SPN/SNI/DIP: 1942-1950.

SARAIVA, Arnaldo. **Modernismo português e modernismo brasileiro.** São Paulo: Ed. Unicamp, 2004.

SERRANO, Gisella de A. **Caravelas de papel- a política editorial do Acordo cultural luso-brasileiro e o pan-lusitanismo (1941-1949).** 2009. 319 fl. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, S. B.. **O Instituto Nacional do Livro e a institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-1945): planos, idéias e realizações.** 1992. 154 fl. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, Osvaldo. **Getúlio Vargas e a arte no Brasil, a influência direta dos chefes de Estado na formação artística das pátrias.** Rio de Janeiro: DIP, 1940.

TORGAL, L. R. **O cinema sob o olhar de Salazar.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

_____. O modernismo português na formação do Estado Novo de Salazar e Antonio Ferro e a Semana de Arte moderna. In: SILVA, Francisco Ribeiro da; CRUZ, Maria Antonieta; RIBEIRO, Jorge Martins; OSSWALD, Helena. (Org.). **Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos.** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 3, 2004.

_____. Resenha da obra: Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a Política do Espírito 1933-1949. **Revista Análise Social,** Lisboa, n. 162, v. 37, 2002.

_____. Estado Novo português - Estado totalitário?. In: SZESZ, C. M. (Org.). **Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia.** Bauru: EDUSC, 2003.

_____. **História e Ideologia.** Coimbra: Livraria Minerva, 1989.

_____. **A universidade de Coimbra**. Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2003.

TRINDADE, Luís. Introdução à vida intelectual. Intelectualidade, crise e censo comum nos anos 30 em Portugal. **Cadernos do CEIS20**, n.04, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

PRADO, A. A. **1922: itinerário de uma falsa vanguarda**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a Política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.

OLIVEIRA, J. O. O mito do Brasil: prólogo de uma conferência. **Revista Atlântico**, Lisboa, n. 4, 1943.

_____. **Na minha qualidade de luso-brasileiro**. Lisboa: [S.n.], 1948.

SOUZA, Raquel. Terra do sol: uma revista literária entre a nação lusitana e a América Hispânica, 2004. Disponível em:<http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Em-tese-2003-pdfs/23-Raquel-Madanelo-Souza.pdf>. acesso em: 25 jul. 2009.

VENÂNCIO, G. M. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, 2001.

VILLAÇA, prefácio APUD GOUVEA, Leila. **Cecília em Portugal**, RJ: Editora Iluminuras, 2001.

O sertão e a Amazônia: de Oliveira Vianna a Foot Hardman

Alexandre Pacheco*
Robson Mendonça Pereira**

Diversas imagens e discursos acerca das relações entre o homem e a natureza no território brasileiro foram produzidos desde o período colonial para cumprir a diferentes objetivos e finalidades. Dos relatos descritivos efetuados pelos primeiros exploradores a mando de El-Rey aos relatórios científicos de viajantes estrangeiros do século XIX surgiram representações literárias que variavam do êxtase diante do paraíso edênico às possibilidades de riqueza e oportunidade de vício além-mar.

Este conjunto de representações foi incorporado aos discursos de personalidades políticas e acadêmico-científicas para exaltar e justificar as ações de exploração e de ocupação dos sertões e das florestas, processos que não se limitam a dimensão sócio-econômica, pois configuram representações simbólicas passíveis de ser apreendidas pelos historiadores que concebem a natureza como construção cultural (MARTINEZ, 2006: 18-9).

O sociólogo e historiador Oliveira Vianna, na redação da parte introdutória ao *Recenseamento do Brasil de 1920*, exalta o espírito de aventura que teria movido colonizadores e desbravadores ao longo da história nacional. Neste discurso triunfalista, o movimento expansivo de ocupação sem limites da fronteira é descrito de maneira épica, em termos de uma luta entre civilização e barbárie, ao descrever e exaltar os modernos “bandeirantes” (DOIN, 2000: 18-24).

* Alexandre Pacheco, Doutor, Professor do Departamento de História na Universidade Federal de Rondônia, UNIR.

** Robson Mendonça Pereira, Doutor, Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Goiás, UEG.

Vianna considera legítimos os motivos que levam “bugreiros” e “grileiros” a promover a destruição da paisagem natural e dos povos autóctones para abrir os sertões ao avanço da lavoura cafeeira e as forças motrizes do progresso que se complementava na ferrovia, no colono estrangeiro e na urbanização.

Este mesmo tipo de narrativa se repete em muitos outros relatos. É a constância de uma visão negativa a respeito das florestas e matas. Por detrás da imagem de uma natureza idílica e intocada, habitada por bons selvagens, que aparece nas gravuras e nos relatos de viajantes estrangeiros que estiveram na América Portuguesa, persiste uma tensão ambivalente: o medo e o temor diante de um mundo desconhecido e indecifrável.

Warren Dean (DEAN, 1996) em seu longo estudo a respeito da devastação da Mata Atlântica assinalou que este sentimento estava presente na mentalidade de conquistadores que tentavam se aventurar naquela selva tropical. A defesa da civilização acabou por prevalecer no discurso dando legitimidade ao método que se seguiu durante séculos do domínio do branco europeu sobre aquele cenário, transformado em “espaço produtivo” (SANTOS, 2005: 48-9).

Em inúmeros textos produzidos por escritores, naturalistas e políticos, é possível encontrar diversas representações subjetivas a respeito dos sertões brasileiros, sertão no plural por suas múltiplas percepções mentais.

Nas primeiras décadas do período republicano, o discurso de matriz positivista propunha uma clara definição geográfica e social do sertão, um imenso espaço territorial vazio a ser mapeado e devidamente nomeado. Nesta linha, Euclides da Cunha em sua obra *Os Sertões* (CUNHA, 1974), partia de uma visão dicotômica que se tornou clássica: o sertão como lugar da negação da nacionalidade, *lócus* do incivilizado, da barbárie e do atraso em contraposição ao litoral. Propunha a urgente intervenção retificadora daqueles desvios a fim de tornar possível um projeto de nação que incorporasse o sertanejo em seu cerne.

Esta linha de proposição inspirou também diversos empreendimentos de expansão nas chamadas “franjas pioneiras” paulistas. O novo oeste (re)descoberto pela Comissão Geográfica e Geológica que incorporou imensas áreas “vazias” ao mapa estadual. Em 1920, o então presidente de Estado Washington Luis, que militara décadas antes em favor da exploração dos diversos rios caudalosos, apontando as possibilidades econômicas daquele “sertão” paulista, de acordo com Arruda (ARRUDA, 2000: 130), vibrava com o sucesso da

instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) que se fizera ao custo de formidável desmatamento e extermínio dos índios caingangues:

Há em todo esse território entre os rios Paraná, Tietê e Paranapanema, que, há pouco mais de uma dezena de anos, ainda figurava nos mapas paulistas como sertão pouco conhecido habitado por índios, e cuja superfície é maior que a de muitos Estados da União Brasileira, e hoje penetrados de estradas de ferro, um mundo novo de criar, na vida paulista. Com as medidas indicadas o êxodo que se nota para essas terras novas, não deixara nas outras, já em exploração antiga, o desamparo e a solidão; uma colonização sólida, fixa, continuará, por modo diferente, a prosperidade anterior. (FONSECA; GAMA, 1921: 61).

Esta expressão do ideário do progresso demonstra um aspecto relevante: a ideia de um sertão móvel, fugidio e constantemente em mutação. Na medida em que as forças da civilização urbana avançavam em direção ao interior, o sertão parecia se deslocar para frente. Nas pequenas urbes localizadas em pontas de linhas férreas nas áreas de expansão cafeeira nos quais era difícil discernir o limite entre a ordem e a desordem, iam se definindo os contornos imediatos de uma civilidade estreita, permeada pelo favor dos chefes locais e pela violência de seus capangas, pela ausência da lei e território da bandidagem (Doin *et alii*, 2007).

Por outro lado, a idéia do sertão como lugar da negação da civilização não foi apenas capaz de engendrar transformações em territórios, no interior do Brasil, a partir de intervenções proporcionadas com a ajuda do avanço técnico e científico ocorrido no mundo ocidental: moldou também o sentido de como escritores trataram a construção da origem e identidade de seus viventes.

Ettore Finazzi-Agrò, ao analisar a obra do fluminense Euclides da Cunha, comenta que este teria mobilizado sua memória para a construção de uma identidade sertaneja utilizando o recurso da substituição da História pela Geografia. Assim, por meio da mobilização de um memorialismo geográfico procedeu-se a busca da identidade proposta através do recolhimento de fragmentos dispersos de sua existência a partir da experiência que Euclides teve nos sertões baianos.

O caso que eu considero exemplar e paradigmático é, obviamente, o de Euclides da Cunha: brasileiro que, dentro de sua adesão inquieta ao positivismo, teve a coragem de descobrir e denunciar aquilo que outros brasileiros tinham escondido sob o tapete da história e das boas intenções nacionalistas. Ou seja, que sendo, a sua Pátria, uma “terra sem pátria” (o que significa também sem pai, sem descendência ou tradição paterna), sendo um espaço imenso e fundamentalmente sem história, era preciso pensar o País a partir não do tempo que ele ocupa, que ele organiza e pelo qual ele é supostamente organizado, mas, justamente, partir do espaço – espaço fundamentalmente vácuo – que ele realmente preenche e que lhe dá sentido. (AGRÒ, 1999: 11).

Movimento da memória, segundo Agrò (AGRÒ, 1999: 14), arqueológico e genealógico, passível de permitir a construção da origem e destino da trajetória do sertanejo através do recolhimento de seus “cacos coloridos e vetustos” encontrados no espaço distante e atrasado do sertão que coexistiu de forma isolada diante de outras regiões mais modernas do país.

Dessa forma, Euclides procura realizar a inscrição do sertanejo em um espaço construído como geograficamente histórico, demonstrando-o como um homem culturalmente não contemporâneo do Brasil, no início do século XX (AGRÒ, 1999: 8-12).

Assim é preciso estudar o homem de Euclides não a partir do tempo, mas do espaço que ele ocupou já que o lugar do início seria definido “[...] a partir da forma que ele assume e que o delimita e o institui [...]” (AGRÒ, 1999: 7).

Agrò faz o seguinte comentário a respeito do olhar de Euclides da Cunha sobre o homem do sertão:

O Sertanejo, nesse epos negativo, é o *monstrum*, fascinante e terrível, que ocupa um Centro medonho onde se manifesta e, ao mesmo tempo, se oculta o passado nacional: ele é o mito racionalizado da Origem, ele é o ser irracional que logicamente, como todo fundamento, “vai ao fundo e some” deixando no seu lugar apenas e sempre um vazio. Desse espaço que está no começo dos tempos, desse homem primordial que fica à margem da História, só um geógrafo disfarçado de cronista, só um autor épico mascarado de cientista, tenta recuperá-lo, justamente, como “figura”, isto é, como presença de uma ausência. (AGRÒ, 1999:12).

Euclides ao retratar a vida do sertanejo frente ao processo de modernização do país, percebeu-o antes como reminiscência das formas de ser e de viver de homens rudes provindos de São Paulo. Homens que rumaram para o interior nordestino e se misturaram aos indígenas que ali viviam desde tempos imemoriais. Lá ficaram “[...] divorciados do resto do Brasil e do mundo, murados a leste pela Serra Geral, tolhidos no ocidente pelos amplos campos gerais, que se desatam para o Piauí e que ainda hoje o sertanejo acredita sem fins [...]” (CUNHA, 1974: 88-89).

A essa situação de isolamento geográfico, por outro lado, somar-se-ia o isolamento que as formas de servidão -- enquanto excrescências retrógradas de nossa nação -- imporiam ao espírito dos sertanejos ao assumirem, por exemplo, a função de vaqueiros. Vejamos, neste sentido, as palavras do autor:

[...] o fazendeiro dos sertões vive no litoral, longe dos dilatados domínios que nunca viu, às vezes. Herdaram velho vício histórico. Como os opulentos sesmeiros da colônia, usufruem, parasitariamente, as rendas da sua terra, sem divisas fixas. Os vaqueiros são lhes servos submissos. (CUNHA, 1974:108).

Por outro lado, o universo mental do homem sertanejo captado por Guimarães Rosa, se contrapõe, frontalmente, aos dos escritores da geração de Euclides da Cunha, ao revelar “[...] as vicissitudes sertanejas e a complexidade de uma estrutura social regida por uma lógica própria [...]” (CORREIA, 2010: 4-5).

Para Rosa, é praticamente impossível situar o sertão em um lugar físico, uma vez que por possuir uma natureza fugaz não se definiria por parâmetros teórico-rationais, mas a partir da experiência de seus viventes.

Em contraposição ao que expomos até aqui sobre certas representações do sertão brasileiro, o que dizer sobre as paisagens literárias e historiográficas voltadas à Amazônia?

Aqui novamente vemos que Euclides da Cunha possui posição vitalícia enquanto referência intelectual que foi capaz de construir certas matrizes imagéticas a partir de seus escritos sobre a Amazônia e que se convencionaram também como lugar da negação da civilização. Matrizes imagéticas que, se não chegaram a engendrar transformações decisivas no território amazônico com a ajuda do avanço técnico e científico do mundo

ocidental antes dos anos de 1960, moldaram o sentido de como outros intelectuais trataram a construção cultural de sua natureza, bem como a relação e a condição de seus viventes com os rios e a floresta hostil.

Analisemos dois autores que mais recentemente realizaram importantes estudos sobre a Amazônia a partir da obra de Euclides da Cunha. A leitura das obras *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*, de Leandro Tocantins (1992), e de *A vingança da Hiléia*, de Francisco Foot Hardman (2009), nos convida a pensar como ambos – a partir de suas disposições em relação ao campo literário dos escritos sobre a Amazônia – teriam constituído representações decisivas, respectivamente, sobre dois momentos da região: a década de 1960 e o final do século XX ao início do século XXI.

Na primeira obra, temos a representação de um contexto em que a região se oferecia como um mundo ainda não totalmente conhecido e ao mesmo tempo repleto de potencialidades a serem exploradas, mundo, enfim, revelado, sobretudo por Heróis-escritores como Euclides da Cunha. Na segunda obra, temos um movimento de representação quase antagônico em relação à primeira.

Em *A Vingança da Hiléia*, Foot Hardman expõe uma Amazônia, a partir de uma análise comparativa entre *Os Sertões* e os escritos amazônicos de Euclides, em que a herança das faltas, das incompletudes já percebidas pelo escritor fluminense sobre a *Hiléia* se aprofunda diante da racionalidade capitalista que, nos últimos cinquenta anos, tem assolado e promovido a destruição da região.

Leandro Tocantins toma como referencial a obra *Um Paraíso Perdido*, para constituir uma nova interpretação da Amazônia a partir de Euclides, ao mesmo tempo em que expressa certa pretensão da elite intelectual da região em revelar as potencialidades da *Hiléia* ao restante do país.

No capítulo "Adivinho, Intérprete e Artista", por exemplo, Tocantins nos dá algumas pistas sobre o Euclides profético, ao destacar que ele havia realizado uma profunda reflexão sobre o cerne de um dos problemas que continuava a desafiar a inteligência brasileira:

[...] A Amazônia é, ainda hoje, sob o aspecto físico, aquela Esfinge referida por Euclides da Cunha. Um único fato, bastante atual, pode testemunhar o acerto da tese de Euclides da Cunha: há doze anos atrás, quando técnicos brasileiros se reuniram em Belém para elaborar o primeiro Plano Quinquenal da Valorização

Econômica da Amazônia, chegaram a conclusão de que a região era pobre de subsolo. Só restavam a floresta, a terra firme para as culturas permanentes, e a várzea para as de pequeno ciclo, e, por fim, as águas, com a sua numerosa fauna. A industrialização amazônica devia partir dessa realística. Dez anos depois, explorava-se o manganês, a cassiterita, descobria-se o ferro, o carvão, o sal-gema. O petróleo jorrou em alguns pontos do território. Hoje, o subsolo amazônico é considerado uma das grandes reservas do mundo. (TOCANTINS, 1992: 131).

Mas como Leandro Tocantins ao enaltecer a percepção de Euclides sobre as riquezas desconhecidas que a Amazônia mais cedo ou mais tarde poderia revelar ao Brasil recepcionou a representação do homem amazônico que o escritor de *Os Sertões* construiu para esse cenário repleto de mistérios e que foi revelado para o restante do país através de obras como *À Margem da História*?

Em primeiro lugar, percebe que o homem amazônico de Euclides foi representado a partir do “tempo de sua vida” geograficamente vivida distante do processo civilizatório do centro do país. Concepção inteligível e verossímil para a apresentação histórica do seringueiro em meio à natureza brutal da floresta amazônica; em segundo lugar, ao demonstrar como o talento literário e científico do autor fluminense esteve a serviço da denúncia contundente das péssimas condições de vida do seringueiro em uma sociedade que se desenvolveu nos seringais de forma anômala; em terceiro, demonstrando-nos como a denúncia de Euclides projetou a representação do seringueiro como um tipo humano isolado em meio a uma região que sempre impôs condições desfavoráveis para o desenvolvimento de um processo civilizatório (TOCANTINS, 1992: 129-163).

Neste sentido, Tocantins (TOCANTINS, 1992: 129-163) exorta o Euclides-Herói a partir da trajetória assumida em seus escritos amazônicos, já que a força de seu estilo literário sempre esteve a serviço da construção de um método revolucionário, estando ambos - estilo e método –eficientemente voltados à denúncia das condições dramáticas que envolveram o seringueiro em sua solidão.

Tocantins (TOCANTINS, 1992: 138-139) também exorta a percepção de Euclides sobre o papel social que o Estado poderia assumir na Amazônia, através da criação de condições que atenuassem “os quadros sociais tão anômalos” vividos pelos migrantes nordestinos que foram transplantados para os seringais:

[...] Não fica adstrito ao exame diagnóstico psicológico do seringueiro e de suas lamentáveis condições de vida. Vai à crítica aos poderes públicos que ignoravam completamente a sorte daquelas populações tangidas pelas secas nordestinas, “uma população adventícia de famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas” que procurava salvar-se, na ilusória esperança da terra da promessa: a Amazônia.

À crítica em relação à falta de responsabilidade dos poderes públicos, Tocantins destaca o Euclides engenheiro social. Imbuído de senso político aguçado, entendeu a necessidade de o Estado criar condições para que os migrantes na Amazônia pudessem viver em harmonia com o meio.

De acordo com Tocantins (TOCANTINS, 1992: 139-140), Euclides – a partir de sua sensibilidade analítica – percebeu que os problemas que envolviam a necessidade de harmonização entre homem e natureza deveriam ser considerados para o estabelecimento de diretrizes que visassem integrar o homem em áreas onde ele não havia conseguido estabelecer equilíbrio biótico.

Como notamos então, Tocantins reitera em sua recepção, na década de 1960, o Euclides que fez uso do espaço geográfico como forma de determinar o tempo vivido por seu homem amazônico.

Para Tocantins, Euclides por meio da mobilização de sua “História Social” foi capaz de representar seu seringueiro como herdeiro da memória de outros seringueiros, que só poderiam ter suas vidas reconstruídas pela análise de suas experiências na própria contemporaneidade do mundo geográfico isolado dos seringais em que viveram no início do século XX, sobretudo na Amazônia acreana. Tal é a história deles marcada pela “falta de origem”, por não possuírem uma “pátria”, por estarem destituídos de descendência ou mesmo alguma tradição.

Ao contrário da imagem do Euclides-Herói, em *A vingança da Hiléia* presencia-se a tessitura de uma amadurecida crítica sobre a representação que o autor de *Os Sertões* realizou da Amazônia. Foot Hardman, de acordo com Jaime Giznburg (GIZNBURG, 2010: 415), procurou analisar não só os aspectos internos da complexa e diversificada produção de Euclides, mas também perceber suas linhas de continuidade.

Para Hardman, o entendimento do significado da Amazônia a partir da reflexão que realizou sobre os recursos literários presentes na obra de Euclides, revelaria, em verdade, as imagens representativas de um estranhamento deste em relação à região:

Quando Hardman descreve o estranhamento que Euclides vivencia em sua experiência no espaço amazônico [...], sinaliza, em fragmento, um estranhamento que impregna a relação da Amazônia com o Brasil, a ambiguidade de sua inserção, sua enormidade impactante, suas precariedades, sua constituição com tensões. (GINZBURG, 2010: 415).

Foot Hardman retoma, assim, uma crítica sobre a obra de Euclides que procura libertá-la de classificações convencionais ao perseguir as relações do autor de *Os Sertões* com o contexto histórico amazônico. Isto se manifesta, sobretudo quando Ginzburg (GINZBURG, 2010: 416) afirma que Foot Hardman percebeu na obra amazônica de Euclides uma “poética das ruínas” que “[...] se coloca contra a totalização estética. Nesse sentido, um problema fundamental enfrentado, para uma crítica estética e política de imagens do Brasil, é a análise de imagens unificadoras, mitos de unidade nacional.”

Dessa forma, semelhante a Canudos, a Amazônia também seria concebida a partir dos excessos, dos desmedidos, de forma que Foot Hardman, de acordo com Ginzburg (GINZBURG, 2010: 416), sustentaria essas características a partir da percepção de um Euclides aterrorizado ao se confrontar com a magnitude dos rios, da grande floresta e do regime de trabalho de exploração brutal do seringueiro. Um Euclides bem diferente daquele pintado por Tocantins.

Diante da grandiosidade apocalíptica da região em que a percepção do analista necessita de uma nova modulação frente à natureza hiperbólica e o massacre imposto por ela sobre os homens, a linguagem convencional não parece conseguir captar de forma justa, a manifestação de fenômenos ligados ao homem e à natureza que ali vivem.

Diante de tudo isso, a Amazônia não se constituiria mais do que um fantasma na memória de Euclides, assim como também não se constituiria mais do que um fantasma na história do Brasil que passou a civilizar-se, sobretudo a partir do final do século XIX.

Neste sentido e de acordo com Ginzburg: “Creio haver em *A vingança da Hileia* um movimento similar ao que Hardman atribui a Rodrigues Ferreira, uma vez que categorias

negativas - apocalipse, tragédia, violência, deslocamento, ruína - estabelecem fios condutores da reflexão." (GIZNBURG, 2010: 415).

Por tudo o que foi dito, então, podemos perceber que, se por um lado, na obra de Leandro Tocantins, *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*, Euclides é o Herói que foi capaz de revelar um novo Brasil amazônico dentro de uma narrativa épica, por outro, o Euclides de Foot Hardman, em *A Vingança de Hiléia*, constituir-se-ia enquanto um personagem tocado por estranhamento e assombro diante da tarefa de ter de descortinar tamanha região representada pela Amazônia. Região que teria na incompletude de sua natureza e da própria relação do elemento humano com esta, a sua característica histórica fundamental.

Ao terminar nossa análise sobre as representações literárias e historiográficas que foram tecidas sobre o sertão e a Amazônia, vimos como a produção intelectual baseada nestas duas regiões foi decisiva não só para engendrar, em menor ou maior grau, modificações nos seus respectivos territórios - com a ajuda do avanço técnico e científico do mundo ocidental -, mas também influenciar e moldar o sentido da construção cultural tanto da natureza como do elemento humano presente nestes dois espaços.

Referências bibliográficas

AGRÓ, E. F. Geografias da Memória: A Literatura Brasileira entre História e Genealogia. **Anos 90**, Porto Alegre, nº 12, p. 07-16, dez. 1999.

BRASIL – Ministério da Agricultura, Industria e Commercio – Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil**. Rio de Janeiro, 1922, v.1, p. 305-309.

CORREIA, I. T. Os muitos sentidos do sertão: imagens e representações do sertão de Minas Gerais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 5.; 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: MFDIA LAB-UNB, 2010, p. 01 - 16. 1 CD-ROM.

CUNHA, E. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1974.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DOIN, José Evaldo de Mello. **Capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café (1889-1930).** 2001, Tese (Livre docência em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Franca.

DOIN, J.E.M.; PERINELLI NETO, H.; PAZIANI, R. R.; PACANO, F. A. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930): a proposta do Cemumc. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n.53, p 91-132, jan./jun, 2007.

FONCECA, L. A. P.; GAMA, F. L. (Org.) São Paulo: Annaes da Sessão Ordinaria do Senado do Estado de São Paulo de 1920 (2º anno da 11ª legislatura):. s.c.p., 1921.

GINZBURG, J. Euclides da Cunha, a Amazônia e a barbárie. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 411-416, 2010. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000200026&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2012.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil:** pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda ao pé de página de *Casa-Grande & Senzala*

Vanessa Carnielo Ramos*

Casa-Grande & Senzala, publicada inicialmente em 1933 e reeditada cinquenta e uma vezes, trouxe um novo olhar sob a sociedade brasileira e gerou novos debates acerca da formação da mesma. Porém, um assunto pouco discutido dentro da historiografia são suas inúmeras notas de rodapé, as quais Gilberto Freyre pôde modificar ao longo de suas reedições. Neste sentido, o estudo dos textos secundários (notas de rodapé) não tem acontecido em grande número dentro da produção historiográfica como um todo mesmo que estas mostram-se de extrema importância quando se referem à compreensão textual, ou mesmo quando nos voltamos às fontes utilizadas ao longo do trabalho.

De acordo com Anthony Grafton:

De certo modo, elas constituem, nas ciências humanas, um equivalente das referências a dados nos relatórios científicos: fornecem suporte empírico para as histórias contadas e os argumentos apresentados. Sem elas, pode-se admirar ou desaprovar as teses históricas, mas não verificá-las ou refutá-las. (GRAFTON, 1998:7)

Para Gérard Genette, as notas de pé de página fazem parte do que ele denomina de “paratextos”. Estes, por sua vez, são formados de tudo o que está localizado em torno do texto, ou seja, o título; prefácio, nome do autor, as mensagens na parte externa do livro (conversas e entrevistas), as notas de rodapé, as comunicações privadas (diários,

* Vanessa Carnielo Ramos, Mestranda em História no Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP.

correspondências); dentre outros elementos de um livro¹. Dessa forma, paratexto é o meio pelo qual um texto se torna livro, e se apresenta a seus leitores. Assim,

O paratexto compõe-se, pois, empiricamente, de um conjunto heteróclito de práticas e de discursos de todos os tipos e de todas as idades que agrupo sob este termo, em nome de uma comunidade de interesse, ou convergência de efeitos, que me parece mais importante do que sua diversidade de aspecto. (GENETTE, 2009:10)

Assim sendo, é necessário que compreendamos, primeiramente, o conceito de nota de rodapé. Inicialmente, era chamado de “glosa”² e utilizado desde a Idade Média para esclarecimentos localizados no meio da página, porém, com a letra menor. Consonante com Genette, “uma nota é um enunciado de tamanho variável (basta uma palavra) relativo a um segmento mais ou menos determinado de um texto, e disposto seja em frente seja como referência a esse segmento.” (GENETTE, 2009:281). Ou seja, as notas de rodapé podem também estar localizadas em qualquer parte do livro, podendo existir notas tanto do autor quanto do editor, bem como se referir tanto a uma palavra, frase, parágrafo, ou até mesmo remeter-se à obra como um todo.

Posto isto, as notas de rodapé da maioria das obras historiográficas geralmente são utilizadas para contar histórias que os autores consideram periféricas a ponto de estar no texto principal³, para explicar conceitos utilizados ao longo da página, ou mesmo para citar fontes que foram adotadas para construir suas hipóteses. Embora raramente se encontre um livro específico que trate da história das notas de rodapé, bem como de sua importância para a escrita da história, estas são utilizadas muitas vezes como artifício retórico-argumentativo para comprovar a plausibilidade da ideia esboçada no texto

¹ Para Genette, os *paratextos* são divididos em *peritextos* (título, nome do autor, prefácio e algumas notas) e *epitextos* (as correspondências e tudo o que está externo ao livro).

² Genette afirma que o aparecimento da palavra *nota* é datado por volta do ano de 1636.

³ É importante explicar que a nota de rodapé é uma extensão do texto principal, é a formação de um novo texto a partir de outro, um segundo discurso que conversa com o primeiro, redimensiona-o, fortalece-o ou o enfraquece. Dessa forma, o autor pode colocar a extensão na nota um complemento do assunto tratado no corpo do texto, mas também pode adicionar uma informação ou narrar um conto que não caberia no corpo principal, porém, que não perde em importância.

principal, ou seja, constituem-se parte fundamental da composição de uma obra historiográfica.

Existem críticas profundas em relação às notas de rodapé, uma vez que ocorre um processo de “interrupção”⁴ de uma leitura contínua para uma descontínua; ou seja, ocorre uma quebra da leitura, uma parada no texto para se remeter a outra argumentação, aprofundamento desta ou outra citação e, somente assim, posteriormente, o leitor pode voltar ao texto principal e continuar sua leitura. Outra crítica concernente às notas refere-se à influência do autor em sua construção e o entendimento do leitor, uma vez que, segundo Grafton, a nota somente permite que o leitor entenda seu conteúdo se souber os códigos utilizados para a escrita de notas de rodapé, ou se este tiver acesso ao computador ou anotações do próprio autor.

De acordo com Anthony Grafton, as notas de rodapé exercem duas funções:

Em primeiro lugar, elas convencem: convencem o leitor de que o historiador realizou uma quantidade aceitável de trabalho, o suficiente para mentir dentro dos limites toleráveis do campo. Em segundo lugar, indicam as principais fontes que o historiador realmente usou. Embora as notas de rodapé comumente não expliquem o curso exato da interpretação que o historiador fez desses textos, elas muitas vezes dão ao leitor que possui um espírito suficientemente crítico e aberto pistas para permitir que o imagine – em parte. (GRAFTON, 1998:30)

Destarte, no presente trabalho, procuramos analisar as notas de rodapé escritas em *Casa Grande & Senzala*, uma vez que seu autor abusa da escrita desta “historiografia de segundo plano”, no sentido de utilizá-las para corroborar ou mesmo estabelecer um diálogo de si com outros historiadores, bem como a citação de fontes utilizadas em seu complexo trabalho. Freyre as utiliza como um complemento de suas ideias e, claro, como evidência de sua memorável erudição, principalmente no que diz respeito às histórias do cotidiano. A maior parte de suas notas é utilizada para corroborar suas ideias expostas no

⁴ Interessante lembrar a afirmação de Ginzburg no Prefácio à edição inglesa de *O queijo e os vermes*: “[...] pretende ser uma história, bem como um escritório histórico. Dirige-se, portanto, ao leitor comum, bem como ao especialista. Provavelmente apenas o último lerá as notas, que coloquei de propósito no fim do livro, sem referências numéricas, para não atrapalhar a narrativa”. Ver: GINZBURG, C. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 2006:10.

corpo principal do texto; por isso, as notas de rodapé são consideradas como artifício retórico-argumentativo, no qual o autor pode apoiar suas hipóteses. A obra (em sua edição final) é composta por cerca de 1/3 de partes consideradas secundárias, como prefácio e as notas de rodapé; são cento e sessenta e oito páginas⁵ somente dedicadas às notas de rodapé que estão carregadas de análises relevantes feitas por Freyre e seus estudos.

Partiremos, então, para o segundo momento de nosso trabalho, no qual apresentaremos de forma breve os autores em questão, Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda. Vale ressaltar ainda que o diálogo entre estes dois autores não permanece somente nas notas de *Casa grande & Senzala*: continuam debatendo em livros e artigos posteriores, como veremos mais adiante.

Gilberto de Mello Freyre nasceu em 15 de março de 1900 e se tornou o autor bastante polêmico da historiografia brasileira desde a publicação de sua obra, *Casa-Grande & Senzala*, em 1933. Suas obras mais famosas são as que constituem a trilogia – juntamente com aquela – *Sobrados e Mucambos (1936)* e *Ordem e Progresso (1959)*. Freyre foi bastante criticado, especialmente pela sua tese que se referia à mistura de “raças” aqui existente⁶. Assim, ele recebeu e ainda recebe diversas críticas em relação à sua teoria e até mesmo pela sua forma ensaística de escrever⁷, no entanto, enaltecido ou censurado, celebrado ou contestado, Gilberto Freyre e sua primordial obra são sempre polêmicos e sugerem debates profundos sobre a formação da sociedade brasileira.

O outro autor em questão no presente trabalho é Sérgio Buarque de Holanda. Este nasceu em São Paulo no ano de 1902 e faleceu em 1982, tendo como destaque as obras: *Raízes do Brasil* (1936); *Monções* (1945) e *Cobra de vidro* (1944) *Caminhos e Fronteiras* (1957) e *Visão do Paraíso* (1959).

⁵ Este número se refere à edição de 2009 da obra de Freyre.

⁶ Assim como Freyre expressa em seu Prefácio à 1ª edição: “era como si tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto com o da miscigenação”. Ver: FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Naia & Schmidt Ltda., 1933:XII.

⁷ No entanto, nosso objetivo no presente trabalho é analisar as notas de Gilberto Freyre e não nos aprofundar em suas críticas e elogios. Para maior esclarecimento sobre tais críticas, ver: ANDRADE (2002); ARAÚJO (1994); DIMAS, LENHART & PESAVENTO (2007); NICOLAZZI (2008), dentre outros diversos livros que abordam as temáticas que estão envolvidas nas obras de Freyre.

⁸ Vale ressaltar que *Raízes do Brasil* foi traduzida para o italiano, espanhol, japonês, alemão e francês.

Sérgio Buarque entra em confronto com Freyre, tanto no que diz respeito às suas teses quanto à forma de escrita que, por sua vez, se destoa da expressa em *Casa-grande & Senzala*, assim como afirma Antônio Cândido na apresentação de *Raízes do Brasil*:

Nenhum romantismo, nenhuma disposição de aceitar categorias banhadas em certa aura qualitativa – como “feudalismo” ou “família patriarcal” – mas o desnudamento operoso dos substratos materiais. Em consequência, uma exposição de tipo factual, inteiramente afastada do ensaísmo [...] e visando a convencer pela massa do dado e do argumento. (CÂNDIDO, 1995:11)

Assim como Freyre, Sérgio Buarque também realiza várias mudanças em sua obra, como podemos perceber no prefácio da segunda edição de *Raízes do Brasil*:

Reproduzi-lo em sua forma originária, sem qualquer retoque, seria reeditar opiniões e pensamentos que em muitos pontos deixaram de satisfazer-me. Se por vezes tive receio de ousar uma revisão verdadeiramente radical do texto – mais valeria, nesse caso, escrever um livro novo – não hesitei, contudo, em alterá-lo abundantemente onde pareceu necessário retificar, precisar ou ampliar sua substância. (HOLANDA, 1995:25)

É importante assinalar que a primeira edição de *Raízes do Brasil* foi publicada pela “Coleção Documentos Brasileiros”, da Editora José Olympio, dirigida por Gilberto Freyre e, por isto, a apresentação, tanto da coleção quanto do livro, foi feita por ele mesmo. Esta apresentação foi retirada na segunda edição de *Raízes do Brasil*, portanto, entrando nas modificações que Sérgio Buarque bem explicita na citação acima.

Freyre e Holanda entraram em confronto em diversos outros artigos e livros. Um exemplo é a introdução de *Sobrados e Mucambos* na edição de 1949, na qual Freyre tenta responder às críticas realizadas por Holanda e, este, por sua vez, responde a ele em três artigos⁹. Ou seja, à medida que suas obras foram sendo publicadas ocorreu um diálogo entre tais autores expressos tanto em forma de artigo quanto na modificação de suas

⁹ Tais artigos estão publicados em nos livros de Sérgio Buarque *Cobra de vidro* (1978) e *Tentativas de mitologia* (1979). Os artigos são intitulados “Sociedade Patriarcal”, “Formação da Sociologia” e “Panlusismo”.

obras que, no caso de Freyre e *Casa-grande & Senzala* se dá em basicamente três notas de rodapé.

Elide Rugai Bastos (2005) destaca com precisão este debate entre Freyre e Holanda em *Sobrados & Mucambos* e *Raízes do Brasil*, apontando para uma diferenciação de suas teses e forma de abordagem dos temas relativos ao Brasil deste período. Uma das diferenciações apontadas por ela seria tangente às relações Estado/Sociedade: Freyre enxergava uma continuidade entre tais instituições enquanto que Sérgio Buarque via uma oposição:

O primeiro vê uma continuidade entre os dois, isto é, o Estado seria resultado da ampliação do círculo familiar, preocupando-se o autor em demonstrar a plasticidade de setores do patriarcado que foram capazes de lutar por certas medidas que pareciam ir contra seus próprios interesses. [...] Sérgio Buarque de Holanda, numa perspectiva oposta, considera a existência de uma oposição entre as duas ordens, recusando as possibilidades de gradação entre elas. (BASTOS, 2005:29)

Em *Casa-grande & Senzala*, seu autor acrescenta três notas nas quais estabelece diálogo direto com Sérgio Buarque e seu livro *Cobra de vidro* (1978), as notas estão localizadas nos primeiro (nota 74), segundo (nota 159) e terceiro (nota 85) capítulos¹⁰. A primeira e a última nota se referem ao artigo publicado neste livro, *Panlusismo*, e a segunda ao artigo *S. I.*, do mesmo livro.

Em *Panlusismo*, Holanda analisa os escritos de Freyre, ora elogiando-os, ora criticando-os. Logo no início, percebemos o tom irônico do autor ao comentar uma declaração de Freyre, na qual dizia que somente quando o autor encontra um público capaz de acompanhar o processo de recriação é que vale a pena escrever. Sérgio Buarque, então, escreve: “Depois disso Gilberto Freyre – então simples autor de artigos e *plaquettes* – publicou uma quinzena de volumes e ficou célebre” (HOLANDA, 1978:74); no entanto, ainda no mesmo parágrafo elogia o trabalho de Freyre como estimulante para o interesse crescente do estudo da história social e da sociologia.

¹⁰ Estas numerações referem-se à edição de 2009.

Em *Panlusismo*, Sérgio Buarque admira a tese da miscigenação de Freyre, em que através deste, estimulando “a mistura de raças, o intercuro das culturas, teremos aberto caminho à solução do problema, sem nos afastarmos dos princípios e dos métodos que constituem, segundo o autor, a maior contribuição portuguesa e brasileira para melhor ajustamento das relações entre os homens”. (Idem, 1978:77)

Posteriormente, insere uma discussão acerca da afeição do português colonizador ao trabalho da terra. Sobre este ponto Freyre debate na nota de número 74¹¹ no capítulo I (Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida). Em suas palavras:

Em um dos estudos críticos publicados em seu livro *Cobra de vidro* (São Paulo, 1944), o Sr. Sérgio Buarque de Holanda diz a respeito do autor do presente ensaio, isto é, dos seus pontos de vista com relação à colonização agrária do Brasil pelos portugueses: “Quando o autor [de *Casa-grande & Senzala*] critica, por exemplo, o Sr. Sérgio Milliet, pela afirmação de que o português colonizador não se afeiçoa muito ao trabalho da terra, penso que a razão está com o Sr. Sérgio Milliet, não com o Sr. Gilberto Freyre”. (FREYRE, 2009:132 nota nº 74)

Holanda apresenta explicações para seu posicionamento a favor de Milliet, afirmando que “Não faltam indícios de que a atividade dos portugueses, em quase todas as épocas, e já *antes da colonização do Brasil*, se associou antes à mercearia e à milícia do que à agricultura e às artes mecânicas.” (HOLANDA, 1978:78). Neste sentido, Gilberto responde na nota reproduzindo o trecho da obra que ele acredita ser referida por Sérgio – *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira* – em que Freyre argumenta a favor do gosto do português pela terra.

Freyre afirma que essa relação portuguesa de desamor para com a terra, lavoura ou trabalho agrícola é evidente, mas que, como percebeu C. A. Taunay – *Manual do agricultor brasileiro* (1839) – tais trabalhos passavam a ser desempenhados por escravos, o que proporcionou o sucesso na lavoura de alguns grupos de colonos europeus que foram

¹¹ Importante dizer que Freyre, além do diálogo com Sérgio Buarque de Holanda e outros críticos, também acrescenta uma série de referência de trabalhos acerca do assunto tratado neste debate.

introduzidos no Brasil pelos portugueses. No entanto, Freyre declara que Taunay se esquece de salientar o fato de que

[...] os açorianos – tanto em sua terra de origem como nas suas áreas principais de colonização no Brasil, homens mais livres que outros portugueses da influência do trabalho escravo – foram na América bons colonos de tipo agrário e pastoril, em cujos descendentes se desenvolveria maior amor à terra e ao trabalho e à vida de campo que na maioria dos descendentes de grandes senhores de escravos por um lado, e de escravos, por outro. (FREYRE, 2009:133 nota nº 74)

Holanda afirma ainda, nessa mesma linha de raciocínio, que se o Brasil teve uma economia rural dominante foi somente na primeira fase da colonização, justamente por este fator de desapego do português a terra, “Se a economia rural chegou alguma vez a ter papel dominante na formação da sociedade portuguesa foi aparentemente a primeira dinastia” (HOLANDA, 1978: 78)

Porém, como uma cartada final Freyre faz uso das palavras de outro crítico, P. Madureira de Pinho, para corroborar sua hipótese:

Referindo-se à divergência entre nosso critério e o de outros autores que se têm ocupado do assunto, inclusive o Sr. Sérgio Buarque de Holanda, escreve o Sr. P. Madureira de Pinho: “Quer nos parecer aliás que a divergência nada tem de essencial e apenas o que pretende Gilberto Freyre é ressaltar que não foi **absoluto** o desapego do português às lavouras” (*Fundamentos da organização corporativa das profissões rurais, cit, p. 9*). Tanto não foi “absoluto” que os portugueses fundaram no Brasil, sobre base principalmente agrária, a maior civilização moderna nos trópicos, tornando-se também lavradores notáveis em outras partes da América. (FREYRE, 2009:133 nota nº 74 *grifo nosso*).

Em outra nota, de número 159, no capítulo II (O indígena na formação da família brasileira) Freyre estabelece outro diálogo com Holanda, este tratando da ação jesuítica

sobre a cultura dos indígenas, referenciando-se ao artigo intitulado *S./*. O trecho que Freyre cita na nota é o seguinte¹²:

Creio, com Gilberto Freyre, que os jesuítas tiveram realmente uma ação desintegradora sobre a cultura dos indígenas, mas também acredito que tal ação não caracteriza seu esforço, senão na medida em que ela é inerente a toda atividade civilizadora, a toda transição violenta de cultura, provocada pela influência de agentes externos. Onde os inicianos se distinguiram dos outros – religiosos e leigos – foi, isso sim, na maior obstinação e na eficácia maior do trabalho que desenvolveram. E, sobretudo, no zelo todo particular com que se dedicaram, de corpo e alma, ao mister de adaptar o índio à vida civil, segundo concepções cristãs. (HOLANDA, 1978:97)

Neste sentido, Freyre acusa existir um “excesso de generalização” nas palavras de Holanda, uma vez que, para o intelectual recifense, existe uma diferença entre as ações desintegradoras de culturas indígenas efetivadas por diferentes grupos missionários, ou seja, cada um deles teve sua forma de agir sobre os indígenas, gerando formas diferentes de dominação de cultura: “É que seus métodos de ‘adaptar o índio à vida civil’ e suas ‘concepções cristãs’ têm variado consideravelmente” (FREYRE, 2009:254 nota nº 159).

Na tentativa de validar seu argumento, o Freyre utiliza-se de Lewis Hanke, uma vez que este demonstra a dualidade do julgamento do governo em relação aos indígenas, pois, uns os julgavam “de bom entendimento” e outros acreditavam que eram “gente que quer se mandada”. Assim, entre os jesuítas, acredita o sociólogo e historiador recifense, parece que predominava a segunda opção.

Freyre destaca o trabalho do frei Basílio Rower – *Páginas da história franciscana no Brasil* – em que este mostra o trabalho de missionários franciscanos em diversas aldeias, nos quais os índios eram doutrinados em seu próprio *habitat*, diferentemente das missões jesuíticas¹³:

¹² Optamos por citar a passagem direta do livro de forma a ampliar o entendimento do leitor.

¹³ Entretanto, Freyre chama atenção para a importância do trabalho jesuíta para a colonização e ainda afirma que os missionários do primeiro século de colonização chegaram a ser heróicos.

Os jesuítas das reduções não só afastavam os indígenas do seu *habitat* para conservá-los em meios artificiais como os privaram de liberdade de expressão e de ambiente favorável ao desenvolvimento de suas aptidões e capacidades, fazendo-os, ao contrário, seguir vida puramente mecânica e duramente regulada de eternas crianças, eternos aprendizes e eternos robôs, cujo trabalho era aproveitado por seus tutores. (FREYRE, 2009:255-256 nota nº 159)

A última nota em que Freyre debate diretamente com Sérgio Buarque está localizada no capítulo III (O colonizador português: antecedentes e predisposições) no rodapé de número 85. Nesta, ele volta a tratar do artigo *Panlusismo* e sobre o mesmo assunto anteriormente tratado, ou seja, em torno do desapego a terra por parte do português, sendo que, para ele, esse é um dos fundadores da agricultura moderna nos trópicos.

Neste pé de página, Gilberto faz referência à afirmação de Sérgio de que as atividades portuguesas se associaram “antes à mercancia e à milícia do que à agricultura e às artes mecânicas” (HOLANDA, 1978:78), e declara ser uma generalização “aceitável”, uma vez que em *Casa-grande & Senzala* apresenta aspectos que favorecem a tal afirmação. Não obstante, Freyre alerta para os excessos e, neste momento, isenta Sérgio Buarque de ser acusado de considerar o povo português ausente de um passado agrário ou mesmo inimigo da lavoura. Para reforçar seu alerta, ele cita diversos trabalhos que não negam ter existido um potencial agrícola nos portugueses: “É certo que o Brasil foi colonizado por um povo português já afastado da agricultura e empolgado por outros interesses; mas nem por isso destituído de aptidões para a agricultura.” (FREYRE, 2009:350 nota nº 85).

Freyre apresenta um inquérito promovido no Rio de Janeiro por Carlos Malheiros Dias sobre a aptidão do português para a colonização agrícola, a conclusão final foi positiva para “as qualidades de atividades, de resistência física e de profleridade essenciais a uma missão de colonização agrícola e de povoamento” (FREYRE, 2009:351 nota nº 85). Assim, ele conclui que “Pelas evidências e fatos apresentados nesses e em outros trabalhos por estudiosos objetivos do assunto se vê que, sob condições sociais favoráveis, os portugueses se têm salientado como bons colonos agrícolas, especialmente como horticultores”. (FREYRE, 2009:352 nota nº 85)

Vale ressaltar ainda a crítica que Sérgio escreve neste mesmo artigo sobre essa defesa de Gilberto em relação ao colonizador português:

Analisando o português como povo colonizador por excelência, não se cansa Gilberto Freyre de acentuar, entre seus traços positivos, a tolerância contínua, a constante docilidade a toda sorte de influxos externos, que o impedem de enrijar-se numa estrutura definitiva e perfeita. (HOLANDA, 1978:79)

Feita a análise das notas argumentativas em que Freyre trava um diálogo com Holanda, percebemos o quanto é profícua a análise das notas de pé de página da obra *Casa-grande & Senzala*. Nelas encontramos não somente uma gama de referências sobre os diversos assuntos tratados ao longo do livro, mas também, um campo de debate que nos ajuda a compreender melhor os embates e os diálogos entre os intelectuais da época.

O debate entre Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda é apenas um dos diálogos a serem abordados, uma vez que Freyre modifica em torno de cento e cinquenta e sete notas de rodapé, acrescenta de trinta e oito e retira três. Em suma, a partir destes dados e desta análise realizada acima, ressaltamos, mais uma vez, a importância das notas de rodapé na obra em específico.

Referências bibliográficas

ANDRADE, M.C. **Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARAÚJO, R.B. **Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1994.

BASTOS, E.R. Raízes do Brasil – Sobrados e mucambos: um diálogo. **Revista Perspectivas**, São Paulo, n. 28 p.19-36, 2005.

DIMAS, A.; LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S.J. **Reinventar o Brasil – Gilberto Freyre entre história e ficção**. São Paulo: Edusp, 2007.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2009.

_____. **Casa-Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Naia & Schimidt Ltda., 1933.

GENETT, G. **Paratextos editoriais.** São Paulo: Ateliê editorial, 2009.

GINZBURG, C. **O Queijo e os Vermes.** São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GRAFTON, A. **As origens trágicas da erudição – pequeno tratado sobre a nota de rodapé.** Ed. Papiros, Campinas, 1998.

HOLANDA, S.B. **Cobra de vidro.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NICOLAZZI, F. **Um estilo de história: a viagem, a memória e o ensaio. Sobre Casa Grade & Senzala e a representação do passado.** 2008. 399f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

ORTIZ, R. Memória Coletiva e Sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. **In: Cultura brasileira e Identidade Nacional.** SP: Brasiliense, 1994. pp. 13-35.

1964 nos textos do Bruxo Golbery

Ana Maria Koch*

Dupla dificuldade existiu para a aceitação no meio acadêmico, isso no final da década de 1990, de proposta de estudo dos eventos relativos ao golpe militar de 1964 considerados a partir do papel do *bruxo*. Apelidado assim pela imprensa da época, Golbery do Couto e Silva foi aparecendo como uma figura interessante para o estudo do contexto político brasileiro das décadas de 1950 a 1980 durante o trabalho, que fiz, de dois anos com bolsa de pesquisa (FAPERGS) em nível de Aperfeiçoamento abordando o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Escola Superior de Guerra¹ (ESG). Ambas as entidades aglutinavam esforços de conduzir processos políticos tanto de doutrinação como de ação norteadas pelas respectivas ideologias adotadas, opostas entre si.

No caso do ISEB, o fechamento desse órgão do Ministério da Educação e Cultura ocorreu em 1964 em ato assinado pelo Presidente da República Ranieri Mazzilli (de 2 a 15 abr. 1964), o marxismo era uma das linhas ideológicas importantes que perpassavam o debate na Instituição sobre o modelo de desenvolvimento a ser adotado no Brasil. No caso da ESG, criada por Lei em 1949 como parte da estrutura do Ministério da Defesa, havia relação informal dela com instituições civis como a ADESG, o IPES e o IBAD, todas anticomunistas. O exame dos textos publicados pela Escola mostrou uma injunção estranha entre os conceitos democracia e cristianismo que não pertenciam ao conjunto do discurso norte-americano de defesa do ocidente contra o comunismo.

A primeira dificuldade para o tratamento do tema, formulado em 1996 para uma Dissertação, foi a de que propunha uma investigação a ser realizada a partir da produção textual e da ação de um execrado também pela esquerda intelectual acadêmica e também

* Ana Maria Koch, Doutora, Professora do Centro de Ciências Humanas e Letras na Universidade Federal do Piauí, UFPI.

¹ A ESG se diferencia da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), fundada como instituição civil em 1951 por ex-alunos de curso do órgão do Ministério da Defesa.

vem do fato de que Golbery do Couto e Silva já havia sido exonerado do cargo que ocupava na ESG em 1955, acusado de participação em tentativa de golpe para impedir a posse de Juscelino Kubitschek. A segunda, porque a pesquisa tinha como um dos pontos importantes de abordagem a verificação da biografia desse execrado personagem político para estabelecer a relação dela com a produção de textos publicados de meados de 1950 a início da década de 1980. O exame buscava entender o modo de utilização de dois conceitos que, justapostos, causaram o estranhamento: *ocidente cristão*.

Na historiografia da década de 1990, o nome de Golbery do Couto e Silva ainda era relacionado à ESG de modo determinante, apesar da exoneração de 1955, talvez pela participação dele na ADESG. Mais importante: a historiografia predominantemente de recorte marxista enfatizava a influência da direita norte-americana na produção textual dele e da mesma ESG, excluindo outras possibilidades de abordagem. Recuperando dados biográficos em traços gerais para o esclarecimento do estudo realizado, da época da publicação do livro *Planejamento estratégico*, de 1955, foi a primeira tentativa de *golpe* para impedir a posse de presidente eleito pelas regras da Constituição brasileira, ano imediatamente posterior ao do *Manifesto dos coronéis*, de fev. 1954. Esses militares², dentre eles muitos ex-tenentes de 1922, reivindicavam o “aparelhamento real do Exército para o cumprimento, a qualquer instante, das indeclináveis missões que lhe cabem” (*apud* CARONE, 1980: 558).

Golbery do Couto e Silva participou – de modo importante – da redação do documento; além do exame do material textual produzido por ele, do projeto do grupo no qual participou, bem como das alianças estabelecidas nas tentativas de conduzir o processo político brasileiro no período posterior à exoneração dele da ESG, em 1955, há outras questões da trajetória pessoal que devem ser levadas em conta: em 1961, foi assessor de Jânio Quadros e prometeu ao Presidente apoio dos militares no evento da renúncia, numa segunda tentativa de golpe; de 1961 a 1964 articulou militares e civis no

² Envolvido em política desde operações militares na Revolução de 1932, Golbery do Couto e Silva fez parte de um grupo coeso que trabalhou no III Exército, em Porto Alegre; fez estágio no exército norte-americano, em 1944, de onde partiu para fazer parte da FEB na Itália. No imediato pós-guerra os *veteranos do Realengo* propuseram a criação de um Estado Maior das Forças Armadas, organismo semelhante ao National War College que, nos Estados Unidos, cuidava das questões de segurança do país em caso de guerra. Essa foi a base da ESG, que passou a funcionar, em 1949, com o auxílio de uma “missão de assistência” americana” (BONES, 1978: 19).

Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e no Instituto Brasileiro de ação democrática (IBAD); em 1964, passou a atuar no Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pela Lei 4.341 e assinada pelo general Castelo Branco, quando levou para o órgão “todo o fichário do *serviço de inteligência* do IPES” (BONES, 1978: 20).

Fazia parte do grupo derrotado na crise da sucessão, crise envolvendo os castelistas e o do ministro da Guerra Costa e Silva que “advogava um endurecimento total do regime” (ADEUS, 1984: 24), o que implicou medidas de proteção a Ernesto Geisel e ao mesmo Golbery do Couto e Silva. Na troca de governo, esse não passou o cargo para o sucessor no Serviço Nacional de Informações, Emílio Garrastazu Médici (BONES, 1978: 21). Golbery do Couto e Silva, que em 1967 teve publicada a coletânea de textos sob o título *Geopolítica do Brasil*, a partir de 1968 “ficou afastado do Planalto até o final do governo Médici”, já aposentado desde 1969 no cargo de ministro do Tribunal de Contas da União, quando assumiu cargo na *Dow Química* (GASPARY, 1987: 24). O *ostracismo político* terminou em 1974, quando foi conduzido à Chefia da Casa Civil como “o principal conselheiro de Ernesto Geisel” (ADEUS, 1984: 24). Sempre envolvido em conflitos políticos, renunciou em 1977; assumiu cargo no governo do general Figueiredo e demitiu-se em 1981, denunciando o grupo militar oposto que formava-se então em torno do “ministro-chefe do *Serviço Nacional de Informações*, Octávio Medeiros” (ADEUS, 1984: 25). Passou então a ser um dos coordenadores da candidatura de Paulo Maluf, o que lhe custou a perda do título de *magu da abertura*; manteve o apoio a Maluf quando do *comício das diretas* no Rio de Janeiro, momento em que “boa parte da cúpula militar que o chamava de contra-revolucionário, por ajudar Geisel a acabar com a censura à imprensa, a tortura e o AI-5, se aproximava secreta e sorridentemente de Tancredo Neves” (GASPARI, 1987: 25).

Ao lado dos dados biográficos, numa metodologia de investigação dos conceitos, deve ser colocada em questão a leitura e análise dos textos do autor. O enquadramento para essa leitura pode ser feito a partir da abordagem adotada por Golbery do Couto e Silva – no caso, o surpreendente esquema evolucionista – e, ao mesmo tempo, pela observação do estilo rebuscado de redação que contrasta com o que se espera de formulações no âmbito militar. Um exemplo aqui pode auxiliar no entendimento da questão, e ele vem do conteúdo da palestra realizada em 1980 na ESG, texto que contém, paralelamente ao plano geral do propósito político exposto, a avaliação do golpe de 1964 que o autor considerava revolucionário:

Apelemos, agora, a uma visão dialética, Marx excluído, se quiserem. [...]

Na fase ascendente da centralização produzem-se, portanto, gérmenes [sic] da própria centralização, obstáculos que começam desde logo a opôr-se [sic] à primeira, mas sem força de retardá-la, quanto mais de detê-la; tudo se passa assim, até que a centralização atinja seu clímax; a partir de então, os fatores em oposição ou obstáculos começam a preponderar, freando o processo de centralização cada vez mais, até reduzi-lo à inoperância.

Assim, por exemplo, [...] essa tão denegrida e temida burocracia [...] acaba por se lhes tornar um freio decisivo ao próprio crescimento [do Estado], passando [a burocracia] a constituir obstáculo intransponível pelas dificuldades que cria e, dia a dia, multiplica, ao cuidar muito mais de si mesma, de suas mesquinhas querelas de poder e prestígio entre grupos influentes diversos e, [sic] de sua preservação e continuísmo, [sic] do que do próprio processo de centralização racionalista e planejador, a que deveu seu nascimento e a preponderância de seu difuso, mas onipresente poder. E isso é, aliás, até confortador... (SILVA, 1993: 117)

Os textos publicados de Golbery do Couto e Silva foram: o *Manifesto dos coronéis*, de 1954; o livro *Planejamento estratégico*, publicado pela Biblioteca do Exército e pela Companhia Editora Americana, de 1955; o livro *Geopolítica do Brasil*, publicado pela Livraria José Olympio, de 1967 e a palestra *Conjuntura política nacional – o poder executivo*, apresentada em 1980, na ESG. O texto de 1954 – o *manifesto* – e o de 1980 – a palestra – são curtos, com temáticas específicas. Metodologicamente, é importante destacar que se destinavam a dois propósitos distintos no que se refere ao público e ao comprometimento do autor. A publicação de 1955 tinha temática especificada no título *Planejamento estratégico*, editado como volume 212 de coleção da Biblioteca do Exército. O conteúdo refere textos redigidos no Rio de Janeiro pelo então tenente-coronel e, estando circunscritos ao mesmo contexto de redação do *Manifesto*, podem ser lidos sob o critério (a) de crítica quanto à crise política dupla configurada pelo final do segundo governo Vargas: o suicídio de um presidente da República e período de campanha eleitoral presidencial; e (b) de tentativa de subsidiar, com ideias, os esforços de um determinado grupo por superação da crise e propondo uma direção específica a ser

seguida. A estrutura da publicação está constituída de quatro partes: 1.^a parte, *O planejamento e a segurança nacional*, de outubro de 1954, com 96 páginas; 2.^a parte, *Planejamento do fortalecimento do potencial nacional*, de novembro de 1954, com 68 páginas; 3.^a parte, *Planejamento da guerra*, de novembro de 1953, com 33 páginas; 4.^a parte, *Os estudos estratégicos de área*, de abril de 1953, com 108 páginas.

O livro *Geopolítica do Brasil*, de 1967, é uma coletânea de “palestras e ensaios” (SILVA, 1967: 3) apresentados independentemente uns dos outros durante a década de 1950 e no ano de 1960. O livro contém uma biografia elaborada pela editora e *nota introdutória* assinada por Afonso Arinos de Melo Franco. Tem *dedicatória* do então general ao “ilustre mestre prof. Delgado de Carvalho,[geógrafo do IBGE]” e *apresentação*, na qual reafirma então tanto as ideias apresentadas em período anterior, como o prisma sob o qual as ideias foram construídas: em 1967 “o antagonismo entre o Ocidente cristão e o Oriente comunista domina ainda a conjuntura mundial” (SILVA, 1967: 4). A *introdução – O problema vital da segurança nacional* – é constituída de texto datado de 1952, redigido no Rio de Janeiro. Os textos, publicados em 1967, período em que o grupo político ao qual o autor pertencia estava no governo do Estado brasileiro, são apresentados numa reordenação³ temática.

Ao lado do primeiro levantamento quanto ao enquadramento da abordagem adotada (ou do pressuposto teórico do sistema) nos textos estudados e do estilo de redação, os passos dados para dar a base da verificação dos componentes dos textos de Golbery do Couto e Silva e das relações que a partir destes podem ser estabelecidas foram, complementarmente, o inventário da produção textual e o estabelecimento da situação que possibilitou essa produção na biografia deste autor.

Para chegar à compreensão da produção textual deste autor, foi necessário partir de uma distinção interna entre os diferentes textos, considerando a época da produção e o envolvimento político do momento. Eles foram examinados, como textos, sob a ordem

³ 1.^a parte: *Aspectos geopolíticos do Brasil* (contendo os subtítulos I. *Aspectos geopolíticos do Brasil*, de 1952; II. *Aspectos geopolíticos do Brasil*, de 1959; III. *Aspectos geopolíticos do Brasil*, de 1960); 2.^a parte, sem título especificado (contendo os subtítulos I. *Geopolítica e geoestratégia*, de 1959; II. *Dois pólos da segurança nacional na América Latina*, de 1959; III. *Áreas internacionais de entendimento e áreas de atrito*, de 1959; e 3.^a parte: *O Brasil e a defesa do ocidente*, de 1958. O Anexo 1 é denominado de ensaio metodológico pelo autor, com o título *Formulação de um conceito estratégico nacional* e é de 1955; o Anexo 2 foi denominado *Esboço de um plano de pesquisa geopolítica*, s/d.

cronológica de elaboração e numa perspectiva de macrotexto, isto é, pela ordem de publicação no conjunto formado por eles. Essas duas ordens – de elaboração e de publicação – podem não coincidir e essa verificação têm implicação relevante no procedimento de análise dos conceitos. Entre outros aspectos, ainda, é preciso considerar que cada texto redigido, com a respectiva publicação dele, pode estar destinado a público específico, o que dá a sua característica e permite observação num conjunto formado por textos semelhantes de outros autores.

No caso, o material produzido por Golbery do Couto e Silva pode ser observado como texto de tipo doutrinário, forma pela qual o autor se exime de justificar a cada passo a fonte da informação ou a fonte do conjunto de conceitos adotados. As informações estão contidas no texto e é a erudição do intérprete que possibilita a identificação quando ela não é explícita. Por exemplo, Golbery refere textualmente Aristóteles e abomina quem não o adota taxando tal fato como *heresia tremenda*⁴, indicando implicitamente uma determinada linha adotada, no caso, o antiliberalismo. Referências explícitas e implícitas são campos de observação importantes para identificar as relações no campo da História das ideias e situá-lo nele. Minha proposta é de observá-las sob o conceito intexto⁵.

Um texto, ainda, pode ser estudado a partir da abertura de determinada perspectiva contextual. A escolha dessa perspectiva é decisão do analista; por isso, é preciso levar em conta, sempre, que existem outras possibilidades potencialmente em aberto para a investigação. No caso do material estudado, a perspectiva contextual foi

⁴ “[...]’repudiando de frente a Aristóteles – heresia tremenda!’ – e se inspirando sobretudo em Euclides, Thomas Hobbes descobriu e apontou, à adoração reverente e temerosa dos povos, o novo Leviatã, esse deus potenteso, embora mortal, da soberania e do poderio absoluto. Seu raro e agudo engenho tomaria, como ponto de partida, aquele mesmo mito fascinante e estranhamente crível do ‘contrato social’ que, na época atraía todos os espíritos, fecundando o liberalismo nascente de que Locke se afirmaria, mais tarde intérprete inexcelsível até hoje, e, por um extraordinário passe de mágica, faria daquele mito o próprio fundamento de sua incrível proposição derradeira – a rendição total da liberdade do indivíduo em aras de um poder [civil] soberano, incontestável e supremo” (sem grifo no original) Ver: SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967, p. 7.

⁵ Conceito desenvolvido em Pós-Doutoramento (PRODOC/UFPI 2005/2006): o trabalho textual considerado como tecido no qual o autor *borda* – marca o *intexto* que fica integrado ao texto – que pode ou não ser reconhecido pelo leitor; quando o trabalho feito sobre o texto é percebido, o entendimento do leitor ganha significado além do dado pelo no texto, mas não há prejuízo de entendimento se não percebido. No caso da citação, o *liberalismo nascente* é referido em textos católicos do século XIX, repetido por bispos como o gaúcho D. João Becker na década de 1920 para expressar o *antagonismo* entre essa proposta e a orgânica do catolicismo tomista, de base Aristotélica; o estilo de Golbery do Couto e Silva indica para o mesmo tipo de formulação retórica.

construída levando em conta diferentes variáveis, porque a análise estava relacionada também com a biografia e, ainda, com os eventos políticos da época.

O tipo do texto, a biografia, os eventos e os conceitos utilizados pelo autor formaram um conjunto a subsidiar a interpretação. A proposta da minha Dissertação, por isso, investigou as relações conceituais (a) com os *capitalismos do século XX*, o liberal norte-americano e o de estado soviético (ou *organicista* de Estado), para compreender a proposta de necessidade de *Segurança do ocidente* (Capítulo 1); (b) com a Escola Superior de Guerra e a tradição de *militar cidadão* existente no exército brasileiro desde o final da Guerra do Paraguai (Capítulo 2); (c) com a noção de *Cruzada pela neocristandade* dos católicos pós Vaticano I, isto é, a cruzada contra os infiéis modernos (isto é, os *liberais*) na sociedade e na *ecclesia* para compreender o híbrido conceitual *cruzada pela democracia* interpretado por Golbery do Couto e Silva para a situação brasileira, dando sentido à proposta de 1964 defendendo o *progresso da ordem* pela *barganha leal* - sendo a barganha com o projeto de poder dos liberais norteamericanos para a *defesa da nação* na segunda metade do século XX, e *leal* porque na defesa de seu projeto, este reformulado para *abertura democrática liberalizante* em 1980.

A proposta de trabalho levou em conta, ainda, o critério de análise textual que distingue, para o estudo de cada texto, o Autor do Narrador e também o Narratário do Leitor. Tratados como instituições de construção textual, o Narrador e o Narratário formam, com o próprio Texto, um conjunto a ser considerado para uma situação de contexto histórico determinado e para um tipo de texto específico que veiculam as ideias ali expressas. Considerando que o Autor pode mudar de projeto e de atuação política – sendo ele um político – pode ocorrer que ele apresente diferente inflexão em texto de outra época, para outro Leitor. A circunscrição do Narrador e do Narratário a um tipo de texto determinado, com contexto histórico determinado pode iluminar a sua situação no conjunto da obra, determinada como macrotexto.

No caso estudado, da produção textual de tipo doutrinário, esse é o recurso que permite entender que, num novo contexto histórico, o projeto político de Golbery do Couto e Silva que defendia como Narratário do *planejamento para o Brasil* na década de 1980 permaneceu o mesmo daquele da década de 1950, apresentado com vocabulário em parte atualizado para o Narratário a quem o texto está endereçado, esse que foi o ouvinte da palestra na ESG ou o Leitor da publicação dela.

Considerados os recursos da análise textual, quando relacionados ao estudo da biografia, é possível relativizar os dados predominantes dos estudos históricos relativos ao golpe de 1964. Primeiro, pelo exame da biografia de Golbery do Couto e Silva, é possível verificar que os militares, no Brasil, não formavam um grupo homogêneo. As opções políticas dos tenentes, pós 1822, vão da extrema direita à extrema esquerda, passando pelos constitucionalistas, todos querendo conduzir o processo político. Dentro da extrema direita, linha política na qual Golbery do Couto e Silva organizou a produção textual, é possível ainda indicar a especificidade desse conteúdo e da ação política, causando tensão com diferentes grupos considerando a história dos militares em contexto específicos e com a atuação política deles no Brasil.

Referências bibliográficas

ADEUS do "Bruxo". **Isto É**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 561, p. 23-25, 23 set. 1987.

BONES, Elmar. Golbery, poder e silêncio. **Coojornal**, Porto Alegre, set. 1978, v. 3, n. 32, p. 19-21.

CARONE, Edgard. **A quarta república: 1945-1964**. São Paulo: DIFEL, 1980.

GASPARI, Elio. Golbery do Couto e Silva: 1911–1987: os papéis secretos de Golbery. **Veja**, São Paulo: Abril, v. 994, p. 20-31, 23 set. 1987.

GENETTE, Gerard. **Discurso da narrativa: ensaio de método**. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Arcádia, 1979.

_____. **Introdução ao arquiteito**. Lisboa: Vega, 1986.

SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o poder executivo: 1980. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 111-135, dez. 1993.

_____. **Conjuntura política nacional e poder executivo & geopolítica do Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

_____. **Geopolítica do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

_____. **Planejamento estratégico.** Rio de Janeiro: B. Exército, 1955.

Os caminhos de um cineasta

Paulo Roberto de Azevedo Maia*

O século XX foi do cinema. A invenção dos irmãos Lumière no final do século XIX abriu caminho para a arte de fazer sonhos, mas também para garantir a uma parcela da população referências audiovisuais, inclusive no campo da notícia com os cinejornais. No Brasil um nome de destaque na produção dos informativos cinematográficos foi o do cineasta Carlos Niemeyer. Trata-se do produtor do cinejornal *Canal 100* (1959-1986) – um dos periódicos cinematográficos mais importantes da história por encantar com sua técnica, fazendo das imagens do futebol seu grande destaque. A abordagem cinematográfica desse periódico foi, de forma não oficial, condizente com a proposta de leitura do Brasil feita pelo projeto de propaganda política do regime militar que procurou se distanciar dos tipos clássicos de propaganda.

Os grupos que atuavam com intenção de uma ação eficaz do Estado no meio cinematográfico, na década de 50, no campo do cinejornalismo, pretendiam criar um cinema equiparado ao tipo da indústria praticado pelos Estados Unidos, o que era evidenciado pela influência desenvolvimentista no setor. O Brasil apresentava condições ideais para novos empreendimentos com um Estado capaz de viabilizar um projeto de Brasil, contemplando um grande número de empresários que se lançam à construção de um novo país, mais moderno e que deveria ser divulgado. A imprensa, a televisão e o cinema passam a ser importantes veículos nessa empreitada; em função disso, novos nomes e empresas surgem.

A política desenvolvimentista de JK foi uma condição para o surgimento da "Carlos Niemeyer Produções Ltda" e do cinejornal *Canal 100*: ambos surgem durante a construção de Brasília, aliás, vários cinejornais são desenvolvidos para cobrir o nascimento da nova

* Paulo Roberto de Azevedo Maia, Mestre pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

capital. Porém, esse vinha para se estabelecer como o maior periódico cinematográfico, desde o *Cinejornal Brasileiro* de Vargas.

Carlos Niemeyer foi o idealizador e produtor do *Canal 100*, deve-se a ele o desenvolvimento de um periódico que ficou em exibição nas telas de todo o país por 27 anos (1959-1986). Ele não era do meio cinematográfico e a sua entrada no universo do cinema aconteceu por acaso.

Carlos Niemeyer era conhecido na aeronáutica pela sua participação na Segunda Guerra Mundial. Grande parte das classes média e alta da cidade do Rio de Janeiro o conhecia como um grande boêmio, aliás, tratava-se de um dos maiores. Sua fama de conquistador – ele teria namorado Carmem Miranda por um curto período na década de 40 – e de rei da noite foram reforçadas com a fundação do clube dos Cafajestes, grupo de amigos da zona sul carioca que organizava a agitação da região. Rui Castro assim o definiu: *“Homem em permanente estado de Carnaval, ele já incendiou festas, coquetéis, arquibancadas, boates, praias, ruas e bairros inteiros do Rio”*. (CASTRO, 1999).

Niemeyer começou a viver uma nova etapa de sua vida ao deixar a carreira de militar e passar a trabalhar na aviação civil. A experiência como piloto fez com que conhecesse, na década de 50, o cineasta Jean Mazon. Esse contato parece ter sido de fundamental importância para fazer nascer o ideal cinematográfico no produtor do *Canal 100*. De piloto, logo se transforma em cooperador nas produções de Mazon e, aos poucos, vai adquirindo gosto pelo cinema. Segundo Niemeyer, o espírito de aventura da aviação pode ser comparado a fazer cinema no Brasil: *“No meu tempo voar era coisa de valente, de pioneiro. O nosso cinema ainda está nessa base”*.¹

A afirmação se torna mais verdadeira quando existe preconceito. O cinejornalismo era visto como uma forma inferior de se fazer cinema, principalmente quando o realizador não tinha tradição no ramo, o que lhe conferia o título de mero cavador, sem nenhuma preocupação estética e social. O realizador do cinema de atualidades foi, desde o início do século XX, reconhecido como um arrivista disposto a tudo para conseguir dinheiro, não era, portanto, considerado um artista; longe disso, era a escória, aquele que tirava do

¹ Entrevista de Carlos Niemeyer no artigo “Flamengo, samba e Caju. É Carlinhos”, de Marco Aurélio Jangada, Revista *Placar*, Rio, 15/01/71.

cinema o título de sétima arte. Ser cavador era, no meio cinematográfico, o exemplo maior, da falta de consciência.

O *Canal 100* surgiu em um momento de fecunda produção engajada, como é caso do Cinema Novo, que criticava a falta de ação do cinema de entretenimento, despreocupado com a força da arte como instrumento de mudança social. O periódico de Carlos Niemeyer não ficou isento de críticas. Levar notícias às telas com um forte caráter de entretenimento, utilizando velhos temas dos informativos cinematográficos como o futebol em destaque era algo impensado pelos que achavam que a produção de cinejornais era sem valor estético. Além disso, a crítica política da esquerda negava o cinema alienado, distante dos grandes temas e das mudanças que seriam necessárias para superar sua condição de país dependente do terceiro mundo. Esse tipo de discurso teve força na produção engajada oriunda dos Centros Populares de Cultura da UNE.

Oswaldo Caldeira, que acompanhou a trajetória do *Canal 100*, afirma que o preconceito fez com que Carlos Niemeyer fosse renegado pela comunidade cinematográfica:

Se alguém achou o nome de Carlinhos Niemeyer, do *Canal 100*, em alguma enciclopédia de cinema, me diga, pois eu não consegui achar. Por quê? Eu acho que muito preconceito tem impedido que isso que acabei de dizer seja dito com todas as letras. Preconceito de toda ordem, o maior deles contra o esporte mesmo. Como se o futebol focalizado apenas como esporte, enquanto show, enquanto espetáculo, fosse uma coisa insuficiente, fosse uma coisa menor. Como se ele pudesse ser considerado como um tema nobre apenas a partir do momento em que estivesse associado a uma abordagem social, sociológica, psicanalítica, antropológica, política, seja lá o que for. (CALDEIRA, 2005: 33)

A imagem do boêmio, burguês, despreocupado com a vida nacional fez com que se fortalecesse o preconceito contra Carlos Niemeyer:

Acho que Niemeyer é subestimado por causa disso, por puro preconceito, e porque Carlos não era um diretor de cinema, não era um intelectual na acepção mais restrita e corrente do termo. Carlos Niemeyer estava fora desse perfil, era um cara rico, do lendário "clube dos cafajestes", um *bon vivant*, um cara que não

tinha nada a ver com os intelectuais, era um "mero" produtor de cinejornal.
(CALDEIRA, 2005: 33)

Caldeira afirma que o preconceito era levado ao extremo a ponto de provocar um isolamento da equipe do *Canal 100* daqueles que "realmente faziam cinema", esse entendido como forma superior de arte. Seu comentário exemplifica bem a forma com que a equipe de Niemeyer chegou a ser tratada:

Uma vez eu estava comendo com o pessoal do Canal 100 no Bismarck - onde eles almoçavam diariamente - e entrou um grande produtor de cinema e me perguntou ao pé do ouvido: "Oswaldo, o que você está fazendo no meio dessa gente, essa mesa não conta". Era o desprezo pelo pessoal dos cinejornais.
(CALDEIRA, 2005: 33)

As dificuldades de se fazer cinema no Brasil e as retaliações sofridas dentro da própria comunidade cinematográfica, não impediram a sétima arte de ganhar cada vez mais importância. Ela deixava de ser apenas uma distração, mero lazer, para se tornar um negócio rentável que poderia aliar prazer e lucro. Assim, Carlos Niemeyer, contando com amizades poderosas e o prestígio até mesmo de um parente próximo, Oscar Niemeyer, arquiteto de Brasília, não teve dificuldades para conseguir um patrocínio do Estado, o que viabilizou o *Canal 100* durante toda sua existência.

Com o apoio estatal, não houve como o *Canal 100* deixar de crescer. Beneficiando-se dos recursos provenientes do Estado, já no governo JK, Niemeyer começou a fazer reportagens sistemáticas do avanço do parque automobilístico e acompanhar a vida presidencial. De qualquer forma, o interessante não é o fato de se conseguir patrocínio, mas principalmente o fato de se manter um patrocínio por tanto tempo. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil foram, de forma alternada, os investidores no empreendimento cinejornalístico. Dentro dessa perspectiva, o *Canal 100* pode ser visto, como afirma Jean Claude Bernardet (BERNARDET, 1976: 26), mais um cavador a procurar recursos.

O apoio estatal não foi à única fonte de recursos para as investidas cinematográficas da produtora de Carlos Niemeyer. Muitos filmes de encomenda foram

realizados, o que colaborou em muito para viabilidade financeira da empresa. Aliás, a produtora de Niemeyer foi criada a partir da compra do espólio da Líder Cine-jornal.²

A empresa se notabilizou por um caráter pluralista, sem posicionamento ideológico claro. Não existia, dentro da produtora de Niemeyer, um ideal direitista ou esquerdista, o posicionamento ideológico não era uma preocupação. O que prevalecia era o ideal de acumulação de capital, ou seja, o mesmo ideal dos cavadores do início do século XX. Assim, foi possível uma produção que atendesse grupos de tendências diferentes. Um exemplo é a realização do documentário *Os Sem Terra* que abordava a questão da reforma agrária, a pedido do governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, e acontecia, ao mesmo tempo, em que eram produzidos filmes de conteúdo conservador como *A Boa Empresa*, discurso favorável à boa imagem do patrão com claro interesse de ocultar os conflitos nas relações de trabalho e *Asas da Democracia*,³ uma apologia a Força Aérea Brasileira, ambos encomendados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES.

O IPES era uma organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, fundada em 1961, que desenvolveu intensa propaganda anticomunista através de cursos, conferências públicas e artigos publicados em jornais. Apesar de ser uma instituição de cunho civil, muitos militares faziam parte de seus quadros, a saber: Golbery do Couto e Silva, João Baptista Leopoldo Figueiredo, João José Batista Tubino, Heitor Aquino Herrera, Nelson Reynaldo de Carvalho. Os empresários de destaque eram Israel Klabin, Antônio Gallotti, José Ermírio de Morais e Gilbert Hubert Jr, além de profissionais liberais, como Mário Henrique Simonsen, Cândido Mendes, Jorge Oscar de Melo Flores e Paulo Assis Ribeiro. (CORRÊA: 2005: 26).

O IPES nasceu tentando se distanciar do modelo clássico dos grupos anticomunistas. A experiência do IBAD⁴, que acabou chamando muita atenção com a

² Depoimento de Carlos Niemeyer para Luiz Octávio Câmara de Mello Coimbra em dezembro de 1986. Ver: COIMBRA, Octávio Câmara de Melo. *Canal 100: Um cinejornal e a memória social*.1988. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 73.

³ Essas observações são feitas a partir da leitura do roteiro dos filmes *A Boa Empresa* e *Asas da Democracia* elaborada pela equipe do *Canal 100*.

⁴ O Instituto Brasileiro de ação Democrática – IBAD – foi fundado em maio de 1959 e passou a receber contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros, críticos do estilo populista de JK, tinham como objetivo o combate ao comunismo no Brasil e participação no debate econômico, político e social do país. O IBAD pretendia uma ação efetiva política: produziu e difundiu grande número de programas de rádio e de televisão e matérias nos jornais, com conteúdo anticomunista. A organização foi, a partir de 1961, um agente

abertura de uma CPI para investigar suas atividades, fez com que o tom da nova organização fosse outro: procurar desenvolver estratégias de convencimento utilizando recursos e meios variados como a imprensa e até mesmo o cinema, mas sem manter influência direta e pública na política. A organização fez dura oposição ao governo Goulart e foi um dos grandes incentivadores do golpe militar de 1964.

Os filmes da produtora de Niemeyer para o IPES, produzidos entre 1962 e 1964, tinham o intuito de cultivar os valores capitalistas, católicos e militares e contavam com a direção de Carlos Niemeyer, além da tradicional narração de Cid Moreira que se tornaria clássica nas edições do *Canal 100*.⁵

O futebol foi o tema preferido do *Canal 100*. Depois do noticiário, era esse assunto que finalizava cada edição, trazendo imagens surpreendentes, diferentes daquelas trazidas pelos outros periódicos cinematográficos e da televisão. O Maracanã lotado em dia de Fla-Flu ou o último jogo da seleção brasileira eram de encher os olhos dos espectadores. A última partida do técnico João Saldanha no comando da seleção brasileira em 1970 exemplifica a importância do cinejornal. Em um Maracanã, quase no escuro, foi possível salvar a partida e ver Pelé fazer um gol memorável, graças às lentes de Niemeyer.

O início dos anos 80 trouxe grandes mudanças, tanto para realidade política brasileira quanto para os cinejornais, e o fim do governo militar coincide com o fim do *Canal 100*. A experiência do jornalismo cinematográfico atingia um desgaste limite. Sem o auxílio econômico das instituições governamentais não era mais possível manter um cinejornal em um mundo dominado pela televisão.

Muitos anos se passaram desde a última exibição do *Canal 100* em 1986. Carlos Niemeyer morreu em 1999. O acervo do cinejornal se encontra na empresa Carlos Niemeyer Produções que agora é comandada pelos seus familiares. O *Canal 100* se converteu em uma experiência histórica, forte na memória coletiva e representativa no sentido de exaltar imagens do Brasil em três décadas.

de conciliação entre deputados golpistas e militares. Em 1963, passou por uma série de investigações com a abertura de uma CPI e acabou sendo fechada pelo poder judiciário. CHIAVENATO, Júlio José, *O Golpe de 64 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Editora Moderna, 1994, p.32.

⁵ Uma referência à ligação das produções Carlos Niemeyer com o IPES pode ser visto no livro: DREIFUSS, Rene. *A conquista do Estado*, Petrópolis, Editora Vozes, 1985. Ver também O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPES (1962/1963) / Marcos Corrêa. -- Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Referências bibliográficas

AQUINO, Maria Aparecido de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**. Bauru, EDUSC: 1999.

CALDEIRA, Oswaldo. Garrincha, Alegria do Povo – futebol, tema de filme?” In: MELO, Victor Andrade de, PERES, Fabio de Faria. **O esporte vai ao cinema**. Rio de Janeiro: Editora do Senac/RJ, 2005.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 1964 e a ditadura militar**. São Paulo: Editora Moderna, 1994.

COIMBRA, Octávio Câmara de Melo. **Canal 100: Um cinejornal e a memória social**.1988. 116 f. Dissertação (Mestrado em Historia) – Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CORRÊA, Marcos. **O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPES (1962/1963)**. Campinas, SP:[s.n.], 2005.

FILHO, Ciro Marcondes. **O Capital da notícia**. São Paulo, Editora Ática, 1989.

FILHO, Kleber Mendonça. O Canal 100 Captou o Imaginário do Futebol. Disponível em: <www.cf.uol.com.br/cinemascope/artigo.cfm?CodArtigo=60>. Acesso em: 23 mai. 2004.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)**. 1996. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SAMPAIO, Walter. **Jornalismo Audio Visual: Rádio, Tv e Cinema**. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

Escritos autobiográficos e escrita da história: historiografia e relatos sobre o período militar brasileiro*

Telma Dias Fernandes**

A despeito do receio de valorização da dimensão individual, as biografias não perdem o efeito de encantamento sobre os historiadores. Os limites e os riscos nos são bem conhecidos; nem por isso, a tarefa é menos instigante. Já muito longe dos embates contra a influência positivista na história, sobremaneira refutada pelas mais diversas correntes historiográficas, nós, historiadores, ainda tememos o debruçar sobre biografias ou narrativas confessionais, memorialísticas.

Quaisquer que sejam os traços que individualizem os testemunhos e nos possibilitem uma inscrição que pulverize a experiência humana podem significar o abandono do território próprio do historiador. O nosso temor é um atávico e visceral: de sermos banidos do reino da ciência e de não sermos mais socialmente necessários. Ainda assim, os relatos de vidas, escritos ou não por quem as vive, atravessam as narrativas historiográficas. Escritas confessionais parecem emprestar fidedignidade ao relato historiográfico e torna nossos desconhecidos personagens figuras mais próximas de nós mesmos.

Essas práticas de produção de si podem ser entendidas como englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita – como é o caso das autobiografias e dos diários –, até a da constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de

* Este texto é parte dos resultados de uma pesquisa em fase de finalização que problematiza aspectos de uma historicidade do período autoritário militar brasileiro (1964/1985), a partir do cruzamento entre história e literatura. Neste texto, não abordo com profundidade questões teóricas e sim teço comentários acerca das representações produzidas por Herbert Daniel, um dos autores enfocados na pesquisa.

** Doutora, Professora do Departamento de História na Universidade Federal da Paraíba, UFPB.

objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar em coleções. [...] Em todos esses exemplos do que se pode considerar atos biográficos, os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas. (GOMES, 2004:11)

Esse temor não impede que a historiografia apresente vários exemplos, inclusive de tendências historiográficas diversas, que tratam das biografias como fontes e como modos de problematizar a história. A escolha pelas escritas de si em suas facetas plurais aproximam os historiadores da literatura, das práticas com testemunhos orais e de uma valorização das sensibilidades na história.

A partir, principalmente da década de 1970 do século XX, a historiografia ocidental tem revelado facetas de uma dinâmica de resignificações que permeiam o ofício dos historiadores. Não sendo possível negar as subjetivações presentes na história, não sendo possível omitir do ofício de historiador a narrativa e o nexos próprio à arte da escrita, restou a necessidade de pensar e reconfigurar o que faz e com que fazem – os historiadores – a história.

Essas novas emergências epistemológicas possibilitam novas visibilidades para o que antes era interdito aos historiadores. O sensível pode ser tão fundante para pensarmos a historicidade quanto a produção e o governo ou a diplomacia. Podemos nos ocupar das lágrimas, paixões, saberes e odores, amor, erotismo, corpo e biografias ou autobiografias. Estas últimas estão, sobremaneira, inscritas nas tecituras das sensibilidades e concorrem para a emergência dos sentidos que atribuímos à vivência.

Os registros de memórias dos indivíduos modernos são, de forma geral e por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas. Seu valor como documento histórico, é identificado justamente nessas características, e também em uma qualidade decorrente de uma nova concepção de verdade, próprias às sociedades individualistas. Sociedades que separaram o espaço público do privado, a vida laica da religiosa, mas que, em todos os casos, afirmaram o triunfo do indivíduo como um sujeito voltado para si, para sua razão e seus sentimentos. Uma sociedade em cuja cultura importa aos

indivíduos sobreviver na memória dos outros, pois a vida individual tem valor e autonomia em relação ao todo. E dos indivíduos que nasce a organização social e não o inverso. (*idem*, p: 13)

Histórias de vidas ganham notoriedade em momentos de maior dramaticidade social e ou individual. O período marcado pela experiência da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) tem suscitado muitos relatos de memórias, ficções confessionais, filmes, documentários e textos de historiadores. Muitos desses relatos (ficcionais ou não) remetem com muita intensidade para um exercício catártico. Alguém poderia questionar: será que todos os escritos não compartilham dessa condição de operar catarses? É possível, até mesmo para a narrativa dos historiadores, considerando o quanto do indivíduo participa da produção do ofício. Entretanto, esses momentos limites da experiência individual/social encontram, nesse exercício, a possibilidade de sobreviver à dor e ao espanto e de denunciar o que se considera como socialmente inaceitável. “A humilhação é uma experiência da impotência” (ANSART, 2005:15) e do sofrimento, continua este autor. As experiências vivenciadas nos momentos de autoritarismo são atravessadas por humilhações. Contar, recontar, (re)atribuir sentidos para reminiscências, jogar com a memória são formas de continuar vivendo.

O período da história brasileira posterior ao golpe militar de 1964 e até alguns anos pós-abertura política oficial conheceu momentos de profundas violências, violências e sob diversos matizes: contra a liberdade cidadã e contra a liberdade física por meio de torturas sobre os que eram aprisionados como subversivos. Uma violência que atingiu a muitos: militantes e seus parentes, amigos e amores; não militantes alienados das atrocidades que se perpetravam, mas que viviam numa relação de sociabilidade entranhada de autoritarismo. Em *Casulo das águas*, uma dona de casa expressa o medo e a raiva:

Essa vida tá uma loucura, meu Deus! Esse medo dentro da gente, esse clima pesado, esse ar de morte, cheirando à morte e sangue. O dinheiro não dá para mais nada. Reclamar não se pode. É tanto medo enfiado dentro da boca da gente, que a gente se borra só de pensar que está pensando que as coisas estão uma merda [...] desconfiada, desconfiando de todo mundo, até da sombra [...], a qualquer momento podem invadir a sua casa e matar seus filhos, ou você e seu

marido. [...]. E fica aquele silêncio morno e incômodo, compartilhado por todos nós, nenhuma palavra [...]. (ALMEIDA, 1983:89)

A violência dos governos militares não se constituiu apenas na tortura física e nas prisões; era também moral, ética e estética. Era uma experiência do perverso.

Alguns meses depois, Marcelo saiu de casa pela primeira vez. Fazia então um ano que não vira o sol ou pessoas na rua. [...] Custou muito para conseguir sair e sentir-se seguro. No início, tremia de pânico – e não era absolutamente medo da polícia ou de ser reconhecido, apenas. A multidão era um monstro ruidoso e devorador. (DANIEL, 1984:233-234).

O momento mais crucial dessa história de restrições parece pertencer mesmo ao período pós 1968, com o AI5 e até a Abertura Política, que trouxe de volta muitos exilados, mas não parece pertencer a um projeto social pertinente a um grupo dotado de uma essência da maldade. A experiência de momentos autoritários aponta para uma historicidade, uma cultura histórica que se constrói nas dobras de um sentido autoritário de sociabilidade e isto está bem delineado na literatura de Herbert Daniel.

Essas histórias dos que viveram todos ou quase todos – seus anos de juventude sob as tensões da ditadura militar suscitam o interesse do contemporâneo. As narrativas de si, nas suas variadas facetas, foram recorrentes durante os anos logo posteriores ao movimento de abertura que, paulatinamente, devolveu aos expurgados pelo sistema ditatorial civil-militar, o direito a cidadania brasileira, mas que, por si só, não garantiu a resignificação da experiência dos autoritarismos e exílios. Os relatos parecem dizer em linhas e entrelinhas, em ditos e insinuados o quanto aquelas pessoas logravam compreender as razões pelas quais se viram mobilizados pelas causas revolucionárias ou se poderiam não ter militado, ter adormecido. Falar de si era como liberar um dispositivo que permitisse a compreensão da experiência turbulenta. A possibilidade de construir vidas depois de tantas mortes anunciadas, mesmo para os que se mantiveram vivos.

Se falar ou escrever sobre si é um dispositivo crucial da modernidade - como postulado por Giddens, Calligaris, Tourraine, entre outros -, uma necessidade cultural, o ato biográfico faria parte do processo de reconstrução de si e do

mundo, [...]. O sujeito inventaria maneiras de narrar a si para repovoar um mundo abandonado pela voz da tradição e inaugura uma aventura pela qual o sujeito moderno aprende a si dizer, criando as condições de sua existência. (NÓBREGA, 2006:107)¹

Neste artigo, teço considerações acerca de um relato entre os que fazem parte de uma pesquisa mais ampla, que privilegia narrativas – em forma de ficção, ou em forma de memórias, com traços autobiográficos –, sob o enfoque da relação desses autores com o autoritarismo civil-militar. Busco problematizar aspectos da historicidade que cartografa esse período. Trato de um romance de Herbert Daniel *Meu corpo daria um romance*.

Escritor de uma *escrita de si*, memorialística, ele se permitiu virar o estilo literário pelo avesso. A sua é uma literatura rizomática, permitindo a produção de uma reflexividade aberta.² No início do livro *Meu corpo daria um romance*, como aviso preliminar, afirma:

A armação do corpo do livro:

*reunir sombras e elipses onde se delineiam noções de corpo

- portanto de política.

*visitar um porão de encantos e ferimentos, mas um porão com direitos a janelas para assombros, banalidades e novas linhas de fuga: para o horizonte.

*viajar sem temer escalas, em veículos que sejam frações impróprias. Estas não correspondem aos capítulos, parcelamentos ou estações ... Marcadas por fraturas, são eixos da espiral, ou correntes de muitos elos, que atravessam de ponta a ponta a narrativa. Frações: memória, ficção e fragmentos. (DANIEL, 1984:10)

¹ Esta citação faz parte da Tese de Doutorado de NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros, quando esta trata de uma emergência da modernidade no sentido da construção do sujeito moderno. Apropriei-me, entretanto, do sentido de repovoar o mundo de sentidos, quando as referências perdem os nexos compreensivos. O que me parece constituir grande parte das experiências dos militantes em movimentos de resistências que permaneceram vivos e deram depoimentos sobre as suas experiências.

² Quanto ao conceito de rizomático ver: DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Vol.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

Escreveu obras de ficção e libelos políticos. Militou no Partido dos Trabalhadores (PT) e no Partido Verde (PV); também contra a discriminação das pessoas portadoras do HIV. Quando militante contra o regime civil-militar, participou de vários grupos de resistência armada e, muitas vezes, foi caçado pela repressão da qual conseguiu sempre escapar. Nem ele sabe muito bem como

Cláudio e Daniel, por uma sorte fantástica, escaparam por pouco da prisão. Todo o resto da família sofreu a repressão. E muito violentamente. Queriam a todo custo saber de Daniel – e ninguém poderia dar nenhuma informação. Aqueles familiares sofreram uma tortura desmesurada. E quanto mais provavam no seu susto o desconhecimento, mais parecia aos torturadores estarem blefando. (DANIEL, 1984:234)

Permaneceu no Brasil um tempo ainda como clandestino e deixou o país passando pela Argentina, França, Portugal até voltar à França e ser oficialmente um exilado.

Desistiu das reuniões dos exilados de esquerda. Pra ele, o sectarismo e o dogmatismo não mudaram com o exílio dos militantes de esquerda, e não se reconhecia mais naquela espacialidade, que entendia agora como uma armadilha, uma seita. Outros exílios o mobilizaram, sentia-se estrangeiro em si mesmo. Emudecera a linguagem afetiva e o passaporte para um reencontro com seus afetos passou a constituir sua prioridade. Tal decisão não implicou abandono das causas sociais: Daniel se fez engajado até sua morte em decorrência do HIV.

Durante o período de resistência aos governos militares, para aqueles que se envolviam com a luta armada, com a revolução proletária -, pensar os afetos, os papéis culturalmente construídos para homens e mulheres era algo de somenos importância. Antes das filigranas, como eram interpretados os afetos, (ou sentimentos pequeno-burgueses) era preciso casa, comida, trabalho. E era mesmo preciso casa, comida e trabalho. Também educação, saúde. Mas não sem lazer, mas sem abdicar do lúdico e da libidinagem. A luta de classes não contemplava todas as relações autoritárias; essas perpassavam a convivência familiar, o ambiente educacional, as relações amorosas. No exílio, escrevendo sobre o seu envolvimento e dos seus “companheiros” de militância, Daniel expressa essa angústia:

Quis extirpar o sexo antigo. Aos poucos, naquele ano, adotei um sexo futuro, novo, que naquele instante se tornava pura abstinência. A última vez que trepei com alguém deve ter sido em meados de 67. Abstinente, passei toda a clandestinidade. Sete anos (Não posso deixar de escrever o prometido elogio à punheta, senão dificilmente poderei fazer alguém compreender a minha clandestinidade. Porque creio que se tivesse apagado meu sexo nunca teria acreditado na militância. Um militante sem sexo é um totalitário perigoso. Um punheteiro é apenas um confuso ingênuo e esperançoso) [...]. Com meu sexo militante e transcendente bastaria, eu me afirmava, o gozo do corpo abstrato, o corpo do guerrilheiro heróico em conjugação heróica com a utopia. Negava-me aos esquisitos prazeres da terra e combatia fisicamente pela criação da Grande Terra do Prazer. (DANIEL, 1984:164)

Negou todas as suas paixões por companheiros de militância, Ângelo, Renzo e até mesmo por Cláudio que se tornou seu companheiro por duas décadas e até sua morte. Em dado momento da vida de revolucionário, Daniel resolveu negar todo o sexo compartilhado já que não seria aceito e não se aceitava fora da sexualidade hetero.

Parte significativa da juventude nos anos 1970/1980 tencionava a criação de mundos plurais e com outros padrões de normatividade, inclusive no sentido de absorver diversidades, perfis multifacetados. Sofriam, existencialmente, a ousadia de (re)criar sentidos. Podiam aderir à militância política, mas se viam exprimidos pela normatividade que lhes tolhiam os comportamentos sexuais dentro e fora dessa militância. E não só sexuais, mas também uma normatividade dos cânones artísticos ou das prerrogativas revolucionárias: arte clássica ou engajada. Mais que em outros momentos, o mundo da segunda metade do século XX, pensando especialmente na experiência da sociabilidade brasileira, vivenciou suas perspectivas predominantes atravessadas pelos maniqueísmos: esquerda / direita; clássico / engajada; moral / imoral.

Em *Meu corpo daria um romance*, Herbert Daniel constrói diversos planos narrativos que vão formando uma colcha de retalhos, um mosaico maleável apontando para várias possibilidades de associações.

[...] Posso contar todo um romance de conflitos entre minhas vontades e meu desejo, ou seja, um romance com uma tessitura política – que exclui, portanto,

uma trama regular e linear. Posso contar um romance que apresenta capacidades em confronto com poderes, exercícios físicos, através das variações do meu corpo. (DANIEL, 1984:277)

Desse relato, emergem suas lembranças de infância e adolescência: a relação familiar e amorosa, a descoberta de uma sexualidade não normatizada socialmente, e que conhece interdições nas mais diversas sociabilidades, inclusive na militância política. Esta última parece significar para o próprio Daniel a chance de esconder-se do desejo. Como militante ele projetava a aspiração de um mundo mais justo e se fazia injusto com o seu desejo de amar.

As histórias desses corpos subjetivadas em um corpo plural não se constituem em denúncia social direta, nem propõem respostas às interdições, venham essas interdições dos sentimentos do autor ou dos nichos de sociabilidade pelos quais circulara. O livro foi escrito no exílio, na França, e publicado depois do seu retorno ao Brasil. A sua narrativa emerge como um olhar posto sobre sua própria memória entrelaçada com o seu presente. Fala de tudo, de si e do outro. De outro livro de Daniel, o primeiro autobiográfico que escreveu – *Passagem para o próximo sonho* – retirei sua autoapresentação:

Herbert, nome de pia e registro; Daniel, nome de guerra que pegou. Estudante de Medicina na UFMG; 1,64m; crítico de cinema no rádio, Belô; dispensado do exército (regular) por insuficiência física (miopia? pé-chato?); autor de teatro estudantil; cabelos muito enrolados, olhos castanhos e semicerrados, chato nariz; vice-presidente do DCE da UFMG; gordinho; militante sucessivamente da Polop, Colina, Var-Palmares e VPR; clandestino durante seis anos, sem nunca ter sido preso; homossexual, já não mais clandestino; assaltante de banco, puxador de carro, planejador de sabotagem, guerrilheiro em Ribeira, seqüestrador de embaixador (em número de dois), remanescente; leitor, sempre, sempre; escritor de panfletos, aprendiz de ginasta; tímido não dançarino; jornalista em Portugal, em revista feminina; em Lisboa, estudante de Medicina reincidente; casado com homem, claro, homossexual; calça 39, usa 40; massagista, garçom, caixa, leão-de-chácara, gerente, porteiro de saunas de pegação de viados, em Paris, capitale de France, voilà; discurseiro, falador trilingüe inveterado, pensante tanto quanto, com sotaque - não se nasce em Minas impunemente. Descoberta de saber fazer quase nada de quase tudo: ocupação de vagabundo.

Penúltimo exilado em Paris: escapou da "anistia". Sem indulto (escapou por insulto), foi prescrito: reparou em vida alheia. Escritor. (Disponível em:<<http://reocities.com/Athens/acropolis/7051/exilio1.html>>. Acesso junho 2011).

Seu retorno ao Brasil foi custoso, não recebeu anistia, coube-lhe esperar a prescrição de suas penas e mais um pouquinho pra atender a burocracia. Passagem de ida ou de volta? "(Digo às vezes volta. Mas essa é um restolho da ilusão. Sempre se vai)" (DANIEL, 1984:348). Passou por aeroportos: Paris, Genebra. Aeroporto do Rio:

Tremia cada vez mais, mas não queria chorar.

O rapaz do computador, quando a máquina apitou, bateu de novo os dados. Novo apito. Ele me diz:

-Você estava lá fora NE?

-É

-Você saiu naquela época, na foi?

- Foi.

Um tempo. Ele me encarava ternamente. E declamou:

- Tempos duros aqueles heim?

Uma lágrima rolou nos olhos dele. Ele saiu apressado para ir buscar não sei quem que poderia resolver rapidamente o meu caso. Aquela lágrima foi a melhor recepção que já tive na vida. Não sei quem é aquele amigo. Mas é um amigo que amo muito. (DANIEL, 1984:330)

As pertinentes argumentações de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1996) quanto à "ilusão biográfica", sobremaneira discutida e citada em várias obras historiografias, coloca em pauta o risco de se perceber, nas histórias de vida, uma cronologia, um projeto coerente.

A presença do imponderável, da não resposta, das alteridades é intensa nos escritos ficcionais de Herbert Daniel, seja na construção narrativa seja nos sentidos de vida atribuídos aos seus personagens. A literatura de Herbert Daniel já dimensiona um lugar da multiplicidade e do relato de si como forma de interação com a memória.

Compartilho a perspectiva de cruzamento da história e literatura como uma prática relacional entre duas construções de saberes, não a literatura como um documento histórico no sentido de documento portador de um nicho de informações. Tanto quanto a história, a literatura estabelece uma interface entre passado e presente e produz uma compreensão das interpenetrações temporais/espaciais. Somos obreiros no âmbito das simbologias e nestes ofícios atribuímos sentidos para as experiências.

A autobiografia, mesmo quando narrada através do recurso à arte literária, revela uma tensão entre o presente e o passado do protagonista e o inscreve em temporalidades, historicidades plurais. O personagem que diz de si mesmo o que deseja que de si fique registrado também revela possibilidades das espacialidades nas quais vive/viveu. Esse campo de tensão, a partir do qual os historiadores podem problematizar a relação entre o passado e o presente não se deixa ver com nitidez de uma equação matemática. Se o protagonista/narrador exprime aspectos das sociabilidades da qual fez/faz parte também exprime o que os diferencia, singulariza.³

Não temos um projeto fechado nas histórias de vidas, uma cronologia pré-estabelecida; também não os temos na história. Escritos como os de Herbert Daniel participam da prática de problematizar, historicamente, a experiência da ditadura militar no Brasil e perceber as pluralidades nem sempre visíveis. São momentos de uma reflexividade que permitem a emergência de alteridades e a desnaturalização dos eventos ou do que deles se diz.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru (SP): EDUSC, 2007.

ALMEIDA, Márcia de. **Casulo das águas**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

³ Sobre a relação entre personagem/narrador e a historicidade que representa ver, entre outros, BOURDIEU, P (2005); LEVI, G (1996); ALBUQUERQUE JÚNIOR (2007)

ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (orgs). **Sobre a humilhação. Sentimentos, gestos, palavras.** Uberlândia: RDUFU, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.M. & AMADO, J. (org). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de autoanálise.** Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1990.

_____. **A história ou a leitura do tempo.** Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte (MG): 2009.

CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para uma história do presente.** São Paulo: EDUSC, 1999.

CORBIN, Alain. Território do vazio. **A praia e o imaginário ocidental.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

DANIEL, Herbert. **Meu corpo daria um romance.** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

_____. **Vida antes da morte.** Rio de Janeiro. Tipografia Jaboti, 1989.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia.** Vol.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de e GONÇALVES, M. A. **Anos 70: ainda sob a tempestade**. Rio de Janeiro: Aeroplano: Senac Rio, 2005.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org). **26 poetas hoje**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1976.

LEVI, G. Os usos da biografia. In: FERREIRA, M.M. & AMADO, J. (Org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MACHADO, Ana Maria. IN: ALMEIDA, Márcia de. **Casulo das águas**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (orgs). **Sobre a humilhação. Sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: RDUFU, 2005.

NÓBREGA, Elisa Mariana Medeiros. **Histórias de confissões e de leituras: a emergência histórica das edições GLS**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

PAZ, Octávio. **Labirinto da solidão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura – o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: UNICAMP, 2003.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do livro, 1990.

Atuação do IHGB do Rio de Janeiro no cenário cultural republicano: Ditadura civil-militar, 1969-1972

Jessica Suzano Luzes*

Introdução

Este trabalho apresenta reflexões a respeito do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) do Rio de Janeiro na República, em especial no período da ditadura militar (1969-1972). Para tal, analisaremos a atuação do IHGB a partir das discussões e deliberações internas do Conselho Federal de Cultura, órgão responsável pelas políticas oficiais de cultura da Ditadura Militar.

Transformações na produção científica do IHGB

Alguns pesquisadores¹ têm se preocupado em contextualizar as atividades do IHGB, apontando as transformações na estrutura interna do IHGB e na produção científica. Com isso, buscam compreender as diferentes atuações na cultura brasileira conforme o momento histórico.

Lilia Moritz Schwarcz (SCHWARCZ, 1989:5) entende o IHGB como um espaço de saber característico do século XIX e alternativo perante outros estabelecimentos contemporâneos “como os museus de história natural, as academias de direito e de medicina, entre outros...”

* Jessica Suzano Luzes, Pós-graduada em Arte e Cultura pela Universidade Cândido Mendes, UCAM.

¹ GOMES, Ângela Maria de Castro (2009), GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (1988), SCHWARCZ, Lilia K. Moritz (1988).

Com a concretização da Independência política, em 1822, desenvolvem-se instituições responsáveis por auxiliar a organização do Estado Nacional Brasileiro, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SIAN) e o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB).

De acordo com Schwarcz (SCHWARCZ,1989:07), a SIAN, criada em 28 de fevereiro de 1827, auxiliaria o Estado Nacional Brasileiro a realizar a “centralização do país e seu desenvolvimento enquanto Nação”. Ainda dessa fonte é a informação de que, a partir das reuniões dos membros do SIAN surgiu a idéia de uma “associação científica destinada a coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos necessários à história e geografia do Brasil”, o IHGB, cuja primeira sessão ordinária data em 1º de dezembro de 1838.

Manoel Salgado Guimarães (GUIMARÃES, 1988) afirmou que tanto o SAIN quanto o IHGB desenvolveram projetos de natureza global, procurando viabilizar a integração das diversas regiões do país.

Desta forma, ressaltou que o IHGB do Rio de Janeiro não se mantinha isolado, pois pretendia manter vínculo com as instituições congêneres, quer nacionais, quer internacionais; assim, construía um discurso não apenas de um estabelecimento carioca, mas principalmente como representante oficial diante de outros discursos tidos como parciais.

Schwarcz (SCHWARCZ, 1989:07) analisou a produção científica do IHGB, e destacou que de 1838 até a primeira década da República, o instituto tinha os textos de geografia como a sua segunda maior produção científica.

Estes documentos eram utilizados em conflitos diversos, litígios em andamento na época, que envolviam demarcação de territórios. Como por exemplo, a disputa pela região do Acre, que envolvia diversas nações estrangeiras, cuja contenda fora dada a favor do Brasil, integrando tal território à Nação brasileira, causa esta defendida pelo barão do Rio Branco, sócio efetivo do IHGB.

Desta maneira, constatamos que tal instituto, muita das vezes, produzia pesquisas a favor de questões imperiais, sendo utilizadas até em conflitos exteriores. Logo, este sempre fora financiado pelo Estado Imperial, conforme assinalou Guimarães:

Cinco anos após a sua fundação, as verbas do estado Imperial já representavam 75% do orçamento do IHGB, porcentagem que tendeu a se manter constante ao longo do século XIX. Tendo em vista, para a realização de seus projetos

especiais, tais como viagens exploratórias, pesquisas e coletas de material em arquivos estrangeiros, o IHGB se via obrigado a recorrer ao Estado com o pedido de verbas extras, pode-se avaliar como decisiva a ajuda do estado para sua existência material. (GUIMARÃES, 1988: 9)

Tal aproximação foi apontada por Ângela de Castro Gomes (GOMES, 2009) como causa de problemas organizacionais e políticos do IHGB, no início da República, haja vista o estreito vínculo com o regime monárquico e com o próprio Imperador Dom Pedro II.

É interessante destacar que o início da República² é marcado pelo intenso debate entre intelectuais em torno da imagem do novo regime, havendo disputas para alcançar o imaginário popular, e recriá-lo dentro dos valores republicanos.

José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1990) afirmou que intelectuais dotados de diferentes concepções de república buscavam expandir suas percepções para o mundo extraelite, enfocando um público de baixo nível de educação formal. Para alcançá-los, adotaram, ao invés de discursos requintados, sinais universais, de 'leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos'.

Esse autor acrescenta que o imaginário social é um dos elementos relevantes para a legitimação de qualquer regime político, alcançando as 'aspirações, medos e esperanças de um povo'. Sendo assim, a manipulação deste é fundamental em momentos de transformação política e social, nos quais se redefinem as identidades, objetivos, e se reorganizam o passado, presente e futuro.

Neste novo regime político, segundo Gomes (GOMES, 2009), os sócios do IHGB passaram a reformular a produção do conhecimento histórico. Ela revela ainda que, apesar das dificuldades vivenciadas pela instituição, o IHGB era um local relevante para a época, já que neste eram realizadas discussões sobre como deveria ser a história, e importantes reflexões sobre possíveis projetos de futuro que buscavam a modernização do país.

² Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século. (Carvalho, 1990:9)

Diferenciou a produção histórica construída na monarquia, cujas discussões eram direcionadas ao imperador, da República, na qual se assumiram outros compromissos, conforme se verifica no trecho:

Exatamente por isso, como ocorreu em inúmeros casos de formação de Estados nacionais 'modernos', o destinatário dos discursos científicos era outro, o que ganhava especial força no caso da história do Brasil, por seu sabido e acreditado valor pedagógico. Sem descurar da educação das elites governantes, que tinham muito o que aprender com os 'heróis' e os grandes eventos da história privada, o interlocutor privilegiado da narrativa era o próprio 'povo brasileiro', a ser criado em um movimento simultâneo ao da construção de uma história, em que ele era também um protagonista, além de destinatário.(GOMES, 1990: 13)

Neste segmento do texto, Gomes apresenta um aspecto inovador, o povo como interlocutor privilegiado, contudo salientou que não houve uma ruptura total, pois os sócios desejavam manter como característica central a relação entre o saber erudito da história e seu 'valor pedagógico, ou pragmático' nos anos iniciais da República.

Esta relação era considerada pelos sócios da instituição, como a principal distinção entre a história e as ciências sociais, já que aquela tinha como 'missão' fazer conhecer o 'passado comum' de uma nação e, desta forma, incentivar o amor à pátria de seus cidadãos.

Desta maneira, tais intelectuais³ são considerados 'profissionais' responsáveis pela produção de bens simbólicos, fundamentais à consolidação de regimes políticos modernos, que se estruturam cada vez menos no uso da força.

Sendo assim, uma das tarefas do historiador é a produção de um 'passado comum' a uma determinada sociedade, elaborando referenciais que garantam a 'origem', e 'continuidade' no tempo, muita das vezes à revelia das mudanças que possam ter efetivamente ocorrido.

³Gomes (2009- 26) mencionou que a noção de intelectual não definida, na época, não tem caráter negativo para a sociedade brasileira e para seus intelectuais, já que "mesmo na Europa do século XIX, onde há muito existiam instituições como universidades, museus, arquivos, associações literárias e científicas, essa distinção em andamento."

Gomes (GOMES, 2009) constatou que nas três primeiras décadas do século XX, o IHGB passou por um sistemático investimento político e intelectual que buscava reerguer a instituição e reconduzir as discussões sobre a 'produção da história e das memórias nacionais'.

O investimento em políticas públicas de cultura no período da Ditadura Militar (1964-1984)

A literatura⁴ tem mostrado que o investimento maior na área da cultura se encontra nos períodos autoritários, em especial, na Era Vargas (1930-1945) e a Ditadura Militar (1964-1984).

Em 30 de novembro de 1937, temos a criação da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁵, agência federal de proteção ao patrimônio, período em que a Educação e Cultura tornam-se responsabilidade do governo federal.

A história do SPHAN costuma ser definida em três fases. A primeira de 1937 a 1967. Uma segunda seria de 1967 a 1979, gestão de Renato Soeiro, não muito lembrada pela historiografia do patrimônio, é tida como continuista da fase anterior. A terceira fase, de 1979 a 1982, dirigida por Aloísio Magalhães é classificada como renovadora, onde novas frentes são adotadas, como a valorização da cultura popular.

José Reginaldo Gonçalves (GONÇALVES, 1996) examinou os discursos políticos de Rodrigo de Melo Franco de Andrade e do antigo Sphan (Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), no período de 1937 até final da década de 1970, ressaltando o empenho deste para a preservação da tradição brasileira, entendida como singular por ser resultado da interação de índios, africanos e europeus. E a renovação ideológica e institucional desta política, defendida por Aloísio Magalhães, que ao invés de valorizar a

⁴Miceli (1984), Gomes (2000), Lippi (2008), Calabre (2009)

⁵ Atentamos a variada denominação referente a tal órgão. De 1946 a 1970 mudou para Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); no período seguinte, 1970 a 1979, recebeu o nome de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); entre 1979 a 1990, tornou-se Secretaria (SPHAN) que em 1990 foi extinta por decreto, e passou a funcionar como Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC) até 1994; deste ano em diante, voltou a ser Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

“tradição”⁶, o passado, enfatizava a forma como as populações locais lidavam com sua realidade.⁷

Gonçalves alertou que desde o período imperial já havia discussões sobre a identidade nacional, sendo que no século XIX enfocava-se a ideia de raça, mas no início do século XX passou-se a valorizar questões culturais, buscando a ‘brasilidade’, ‘essência’, a ‘identidade’ da nação brasileira.

É interessante destacar, que nesta análise, as narrativas, algumas vezes, opostas tratam-se de diferentes estratégias de atuação no cenário cultura, conforme se observa no trecho:

“A partir da segundo metade dos anos setenta, a narrativa assumida por Rodrigo e pelo antigo SPHAN veio a ser desafiada por Aloísio e seus seguidores, que faziam uso de uma nova estratégia de narração da identidade nacional brasileira e, conseqüentemente, assumiam uma concepção diversa do patrimônio cultural. As posições assumidas nesse debate podem ser interpretadas como efeitos de diferentes estratégias de autenticação da identidade nacional.” (GONÇALVES, 1996: 37)

Ao investigarmos o período da ditadura militar (1964-1984) verificamos que esta estimulou a construção institucional de uma política de cultura em finais de 1960 e início de 1970, especialmente nas gestões dos ministros da educação e cultura Tarso Dutra, Jarbas Passarinho e Ney Braga. (MICELI, 1984)

O Conselho Federal de Cultura (CFC) foi instituído pelo Decreto nº 74, de 21 de novembro de 1966, cuja atribuição principal era a elaboração da política nacional de cultura.

⁶Como Rodrigo, Aloísio defende a formação brasileira em ameríndios, africanos e europeus. Contudo, os ameríndios e os africanos não estão inseridos numa lógica de evolução universal em direção à civilização, mas sim como formas de vida social e cultural atuais, diversificadas e em constante alteração.

⁷Aloísio Magalhães não enfatizava apenas a “tradição”, remetendo ao passado, mas principalmente o presente, chegando a substituir a noção de ‘patrimônio histórico e artístico’ de Rodrigo pela noção de ‘bens culturais’ (Magalhães [1979] 1984:40-44). Os bens culturais referem-se à produção do cotidiano da população, sendo necessária a aproximação dos profissionais que lidam com o patrimônio com as populações locais, e desta forma o entendimento da forma como estes constroem a sua realidade.

Integravam tal Conselho, historiadores, literatos e antropólogos pertencentes, principalmente, à Academia Brasileira de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A questão do patrimônio é enfatizada no decreto de criação do CFC, conforme se verifica nos estudos de Lia Calabre (CALABRE, 2009) a respeito das atribuições do Conselho em relação às organizações da área cultural:

[...] conceder auxílio às instituições culturais oficiais e particulares de utilidade pública, tendo em vista a conservação e a guarda do seu patrimônio artístico e biográfico e a execução de projetos específicos para a difusão da cultura científica, literária e artística, [...] (Decreto-lei nº74, de 24 de novembro de 1966, artigo 2º, alínea e)

Além disto, Calabre (CALABRE, 2009) menciona a existência de um artigo especial para a Câmara do Patrimônio, que considerava não apenas o patrimônio edificado, sendo também objetos de atenção acervos e documentos bibliográficos, como por exemplo, os preservados pelos institutos históricos e geográficos espalhados pelo país.

O CFC estava dividido em quatro câmaras: artes, letras, ciências humanas, patrimônio histórico e artístico nacional, sendo que também havia uma comissão de legislação e normas exercendo o papel de uma quinta câmara. Inicialmente havia vinte e quatro membros designados pelo presidente da república, distribuídos por tais câmaras.⁸

Calabre (CALABRE, 2006) afirma que, já na segunda metade do ano de 1972, o órgão passava por dificuldades financeiras, fazendo com que inúmeros projetos não fossem apoiados na íntegra, chegando a negar auxílio para a maioria destes. Mesmo com problemas, o CFC teve um papel relevante, no que se refere à vida cultural do país, pois ajudou na regularização e institucionalização da cultura brasileira, ocasionando em mudanças significativas nos programas e políticas culturais.

⁸ Cada uma delas recebia solicitações diversas como: pedidos de auxílio, reconhecimento, apoio, estudos, etc. Essas eram distribuídas, sendo analisadas pelas respectivas áreas. Após uma avaliação inicial, emitiam-se pareceres para serem votados em reunião plenária.

No mapa demonstrativo dos convênios celebrados entre CFC e o IHGB, no período de 1969 a 1970, encontramos um total de 11 convênios, sendo que sete eram para a manutenção e custeio do Instituto.

	Objetivo	Valor
1	Despesas Administração e manutenção	150.000,00
2	Custeio e Administração	150.000,00
3	Custeio	3.000,00
4	Administração do Instituto	80.000,00
5	Custeio do Instituto	70.000,00
6	O Brasil no Quatipartitu	10.000,00
7	Comemoração do Sesquicentenário Independência do Brasil	15.000,00
8	Publicação de Obras referentes ao Sesquicentenário da Independência	73.145,00
9	Pesquisas Históricas	6.000,00
10	Custeio e administração	140.000,00
11	Administração e custeio	40.000,00

Fonte: Mapa demonstrativo dos convênios celebrados pelo Conselho Federal de Cultura no período de 1969-1972. Conselho Federal de Cultura - Ministério da Educação e Cultura

A investigação minuciosa dos convênios⁹e dos pareceres publicados nos periódicos¹⁰permite a análise dos intelectuais envolvidos e de seus argumentos. Como exemplo, podemos mencionar o convênio de 1969¹¹, cuja finalidade era o aumento de subsídio ao IHGB do Rio de Janeiro, sob a alegação de que tal estabelecimento se encontrava em crise.

⁹ Os processos, ofícios expedidos e recebidos, correspondências expedidas e recebidas, memorandos, pareceres, telegramas, portarias e convênios estão arquivados no Palácio Capanema, sendo higienizados, avaliados, identificados, descritos, organizados e acondicionados pela equipe, da qual eu fiz parte, orientada pela historiadora Lia Calabre, Chefe do Setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa.

¹⁰O CFC editou mensalmente a revista Cultura, entre 1967-1970, este divulgava as diretrizes do MEC e os artigos dos membros do Conselho, e em 1971, este periódico fora nomeado de Boletim do Conselho Federal de Cultura.

¹¹Foram encontrados o convênio e a prestação de contas no Palácio Gustavo Capanema e o parecer na Revista Cultura, do Conselho Federal de Cultura (CFC) - Ministério da Cultura e da Educação (MEC) no ano 3, 1969 – Mês de Agosto. Número 547 - Processo nº 853/69 - Auxílio.

No processo, Américo Jacobina Lacombe¹², presidente do IHGB, mencionou documentos históricos no seu apelo, como o *Almanaque Laemmert*¹³. Conforme se constata no trecho:

[...] à guisa de justificativa do interêsse que o Conselho deve dispensar ao caso, dois documentos significativos, um, fotocópia de página do Almanaque Laemmert para 1868, em que o Instituto figura entre as entidades subvencionadas pelo poder Público, com 7 contos de réis, entre a Biblioteca Nacional e a Academia de Medicina, e outros trecho do Relatório do Ministro do Império em 1855, em que as suas atividades se capitulam entre as dos órgãos da administração nacional; porque, em verdade, sempre teve o seu relevo de uma instituição diretamente amparada pelo Estado. (Processo nº 853/69 – Auxílio)

Neste trecho, o IHGB buscou rememorar o seu lugar historicamente junto ao Estado, ressaltando estar entre os estabelecimentos resguardados aos cuidados do Estado deste desde o Brasil Império. A Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CPHAN) aprovou tal pedido, sendo este relatado por Hélio Vianna, conselheiro, que, no parecer final, o CFC defendeu a ampliação do subsídio ao IHGB alegando a “importância considerada indispensável para a subsistência, durante o ano, de tão benemérito estabelecimento, ligado através de 130 anos de trabalho à vida cívica e cultural da Nação.”¹⁴

¹² Américo Jacobina Lacombe fora convidado pelo Ministro Gustavo Capanema a ser diretor da Casa de Rui Barbosa em 1939. Esta fora inaugurada em 1930, sendo na sua origem era apenas um museu, destinado a guardar a memória do ilustre brasileiro que ali viveu de 1895 a 1923. Ficou na direção até 1967, quando se dá a transformação desse órgão do antigo Ministério da Educação e Cultura em Fundação. A partir de então, tornou-se presidente desta Fundação até 1993. Como presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, transformou o museu, destinado a preservar a antiga residência, os móveis, a biblioteca e o arquivo do grande brasileiro, posteriormente tornou-se centro de pesquisas e editora.

¹³ Almanaque administrativo, mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro (1848-1889) Este era uma revista de notabilidades profissionais, comerciais e industriais e continha a relação dos nomes de fazendeiros, comerciantes, negociantes, vereadores e membros da guarda nacional. Citações e referências a documentos eletrônicos. Online: disponível na Internet via: www.crl.edu/content;pindex.htm.

¹⁴ Revista Cultura, do Conselho Federal de Cultura (CFC) - Ministério da Cultura e da Educação (MEC) no ano 3, 1969 – Mês de Agosto.

Em 1969, a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico era formada por Pedro Calmon (presidente), Afonso Arinos de Melo Franco, Augusto Meyer, Hélio Vianna, Dom Marcos Barbosa e Renato Soeiro.

Destes seis conselheiros, três ocupavam duas funções no CFC, ou seja, pertenciam tanto a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico a Comissão de Legislação e Normas, sendo que dois eram sócios do IHGB: Afonso Arinos de Melo Franco e Pedro Calmon.¹⁵

Maria Madalena Diegues Quintella (MICELI, 1984:115) desenvolveu um estudo sobre as elites culturais no Brasil. Em sua pesquisa, Quintella optou por instituições que atuavam em diferentes campos do saber, e que possuíam períodos de vida diferentes no panorama cultural, como o IHGB e o CFC. Nesta investigação, a autora procurou compreender a correlação entre o tipo de instituição e as metas culturais a que elas se propunham.

Para ela, as instituições relativamente antigas, como IHGB, tendiam a uma autoculturação – voltam-se para si mesmas, girando esta introspecção em torno de seus membros.

Desta forma, o IHGB “reverencia o passado para legitimar sua posição no universo cultural” (*idem, ibidem*, 133), e uma das formas de garantir este prestígio era salvaguardar fontes inacessíveis, protegendo assim documentos que continham informações sobre o passado da Nação.

Desta forma, o IHGB vive de sua memória e para a preservação de seu patrimônio cultural. Enquanto as mais recentes, como o CFC, demonstram maior exteriorização e, sobretudo, se dedicam a “conciliar seus objetivos com os objetivos públicos”. (*idem, ibidem*, 116)

Considerações finais

Neste estudo pretendemos mostrar os contextos de maior investimento em políticas culturais: ditadura Vargas (1930-1945) e a ditadura militar (1964-1984). Segundo Gonçalves (1996), nestes momentos temos a elaboração de diferentes concepções de

¹⁵ *Idem.*

patrimônio, havendo preocupações e atividades específicas, implicando assim em diferentes formas de atuação das instituições.

Ao enfatizarmos o período da ditadura militar em fins da década de 1960 e início da década de 1970, verificamos que o órgão responsável pelas políticas públicas de cultura da ditadura militar, o CFC, considerava os documentos do IHGB enquanto patrimônio a ser resguardado pelo Estado.

Desta forma, o IHGB recorria ao CFC buscando diversos tipos de auxílio, sendo que no período de 1969 a 1972, encontramos, em sua maioria, pedidos referentes ao custeio e manutenção da Instituição.

Referências bibliográficas

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

_____. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. **Estudos Históricos**. Número 37 Rio de Janeiro, 2006.

_____. Políticas culturais no Brasil: Balanços e perspectivas. RUBINO, Antonio (org.) **Políticas culturais no Brasil**. Edufba Salvador, 2007.p. 87-107.

_____. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p.75-92.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: MG: Argumentvm, 2009.

MICELI, Sérgio. (org). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel/Idesp, 1984.

OLIVEIRA, LúciaLippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos**, nº1, 1988. p. 5-27.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Os Guardiões da Nossa História Oficial - os Institutos Históricos e geográficos brasileiros**. São Paulo: IDESP, 1989.

Historiografia dos intelectuais no Brasil Contemporâneo

Ana Marília Carneiro*

As últimas décadas do século XX foram palco de novas abordagens na história dos intelectuais, notadamente na historiografia francesa. Esse novo fôlego de renovação da história dos intelectuais se situa no movimento de renovação da história política e da chamada Nova História Cultural. Nessa configuração, o estudo dos intelectuais se deu a partir de novas contribuições e desafios teóricos metodológicos, como a noção de sociabilidade e geração, as questões postas pela história do tempo presente, as novas reflexões acerca das relações dos intelectuais com o Estado e o papel das “elites culturais”. O objetivo é perceber, através de um panorama historiográfico, de que maneira a produção brasileira dialogou com essa literatura produzida sobre os intelectuais, sobretudo no domínio da política, delineando que tipo de abordagens e perspectivas foram manipuladas com o propósito de examinar as especificidades da intelectualidade brasileira.

A própria noção de *intelectual* é tributária da tradição francesa e gestada em uma configuração espacial e temporal específica. Vale lembrar que estamos tratando da concepção de intelectual moderno, que começa a se configurar na segunda metade do século XIX, tendo como um dos seus pressupostos fundamentais a conformação de um espaço público e da imprensa. Naturalmente, as diversas conjunturas históricas ao longo do século XX conformaram gerações intelectuais distintas; no entanto, procura-se aqui primeiramente delinear a noção de *intelectual* a partir de alguns aspectos invariantes.

A referência clássica nos estudos sobre intelectuais remete ao caso Dreyfus, famoso episódio ocorrido em fins do século XIX envolvendo Alfred Dreyfus, judeu, capitão do

* Ana Marília Carneiro, especialização em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.

exército francês acusado injustamente por crime de espionagem política. As contradições que envolveram seu julgamento provocaram grande polêmica na sociedade francesa, polarizando a opinião pública. Um marco importante desses debates é a publicação de uma petição que viria a se tornar um manifesto intelectual: *J'accuse*, do escritor Émile Zola, onde os assinantes demandavam a revisão do processo de Dreyfus em nome da justiça. Aqueles que defendiam Dreyfus ficaram conhecidos como *dreyfusards* (esquerda progressista), e foram designados pejorativamente pelos *antidreyfusards* (direita conservadora) como intelectuais.

A descrição desse caso é importante na medida em que traz à tona aspectos importantes na definição de *intelectual*. O primeiro deles é a questão da existência de uma esfera pública: o termo *intelectual* é vinculado à ideia de intervenção no espaço público.

Se as primeiras décadas do século XX constituíram-se em um importante marco pra conformação de uma espécie de intelectual francês, as décadas de 1950 e 1960 também representam a gestação de outro tipo de intelectual, que se pode chamar de político-revolucionário. Pode-se dizer que Jean-Paul Sartre se tornou um símbolo por excelência desse modelo de intelectual engajado. Apesar dos contextos distintos e processos particulares de cada região, a intelectualidade francesa e brasileira desse período partilhou de muitos referenciais comuns.

Proponho uma reflexão sobre a intelectualidade brasileira da década de 1960 e 1970, mais precisamente, de uma cultura revolucionária partilhada em grande medida pelos meios intelectuais de esquerda. Nessa análise, pretendo perceber de que maneira a historiografia brasileira consegue dialogar com a literatura, principalmente francesa, produzida sobre os intelectuais. Nesse sentido, os intelectuais brasileiros e sua proposta revolucionária através do teatro, literatura, artes plásticas, cinema, música, estavam articulados em um movimento contestatório mais amplo, cujo marco simbólico foi justamente o maio de 1968 na França.

Os historiadores Jean-François Sirinelli e Pascal Ory (SIRINELLI; ORY, 2002: 218-224), para assinalar a amplitude e a intensidade tomada pelo movimento, percebe no Maio de 1968 a formação de uma "internacional das referências". Os movimentos, dos quais o maio francês se tornou a expressão mais difundida, ocorriam em diversas partes do globo e se interligavam de múltiplas formas. Atitudes, experiências e visões de mundo que assumiram formas diversas, propostas distintas e alcances variados, encampadas,

basicamente por setores diversos da juventude de esquerda. Maio de 1968 configura-se em um momento emblemático aonde se cruzam mais do que referências culturais; de forma mais ampla, conforma-se uma nova maneira de ver e agir sobre o mundo, a recusa das hierarquias, da autoridade, de poderes instituídos. Tratar de 1968 implica em não se aprisionar a um limite cronológico preciso, mas simboliza a compreensão de um espírito de época de âmbito mundial; partindo dessa concepção de balizas móveis, podemos pensar também o contexto da guerra do Vietnã, a Revolução Cubana de 1959, a Primavera de Praga, o movimento hippie e pacifista nos EUA. Naturalmente, não podemos afirmar que esse horizonte de expectativas conformado por 1968 foi hegemônico; ocorreram, simultaneamente, outras propostas e visões de mundo que não exprimiram esse viés contestador – podemos citar aqui a produção da bossa nova e da jovem guarda, em que parte significativa dos seus integrantes não assumiram um tom politizado.

O Brasil da década de 1960 vivenciou essa atmosfera revolucionária através do sentimento de possibilidade de mudanças profundas na sociedade brasileira, apostando em uma modernidade alternativa àquela proposta pelo capitalismo norte-americano ou pela modernização conservadora impelida pela ditadura civil militar instaurada no país. Alguns artistas-intelectuais, em geral militantes ou simpatizantes da esquerda, foram os porta-vozes dessa possibilidade de transformação. A arte revolucionária passou a ser produzida como instrumento privilegiado para agir no espaço público e na política, como meio de se atingir a revolução social. Em particular, os escritores, dramaturgos, cineastas e demais artistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) tinham como objetivo a popularização da arte, procurando expressar os supostos interesses do povo. Na esquerda mais radicalizada, essa proposta carregava consigo a concepção de uma vanguarda que teria como tarefa a conscientização do povo para a emancipação.

Ao longo da sua obra, o sociólogo e historiador Marcelo Ridenti (RIDENTI, 1993; 2000; 2010), inspirado na formulação teórica de Raymond Williams, se vale do conceito de “estruturas de sentimentos” para pensar, especialmente referindo-se às artes, o surgimento de um imaginário crítico – a *brasilidade revolucionária* – nos meios artísticos e intelectuais brasileiros nas décadas de 1950 e 1960 e depois sua transformação e (re)inserção institucional a partir de 1970 (década que assiste ao declínio dessa expressão político-ideológico-identitária). Pode-se dizer que a *brasilidade revolucionária* seria uma forma peculiar de articular uma identidade nacional brasileira com um projeto de

revolução socialista ou nacional-democrático cuja ocorrência foi notada por Marcelo Ridenti em amplos setores da esquerda. Uma visão de mundo gestada antes da resistência à ditadura, tendo um período de incubação entre 1946 e 1964, quando diversos artistas e intelectuais brasileiros estavam à frente de uma proposta revolucionária para o Brasil. Em particular, os membros do PCB foram agentes expressivos na construção da brasilidade revolucionária. De acordo com Ridenti, somente na década de 1960,

paradoxalmente junto com o desenvolvimento da indústria cultural e com o crescimento das possibilidades de institucionalização profissional nos meios intelectualizados – a brasilidade revolucionária chegaria ao apogeu como construção de artistas e intelectuais, consolidando-se como estrutura de sentimento. (RIDENTI, 2010: 12)

Algumas das manifestações na década de 1960 mais expressivas do meio artístico e intelectual que carregavam um teor contestatório seriam as obras clássicas produzidas no início do Cinema Novo: *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos; *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha; *Os Fuzis*, de Ruy Guerra; a dramaturgia produzida pelo Teatro Oficina e pelo Teatro de Arena (autores como Augusto Boal, Oduvaldo Vianna Filho, Gianfrancesco Guarnieri e peças e espetáculos como *Arena conta Zumbi*, *Arena conta Tiradentes* e o show *Opinião*) e também a obra de Dias Gomes; na música, a canção engajada de Edu Lobo, Geraldo Vandré e depois – em claro desacordo em algumas questões mais ortodoxas, embora partilhando uma espécie de substrato subversivo –, os tropicalistas e os mutantes; na literatura. Todas essas produções, à sua maneira, imbuídas se um sentimento de nostalgia e de mal-estar com o presente procurava no passado uma raiz popular para construir uma nova nação, muitas delas idealizavam o homem do povo, sobretudo do campo, como símbolo da revolução brasileira. Os temas recorrentes eram a denúncia da exploração e da pobreza, sobretudo no campo, a condição de vida subumana dos camponeses; a reforma agrária, a conclamação do povo brasileiro a lutar em uma revolução, ao lado dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e da América Latina.

Esses anseios tinham como pano de fundo mudanças que estavam em curso na sociedade brasileira. O Brasil foi o palco de um acelerado processo de urbanização entre os anos de 1950 e 1970, quando a maioria da população, antes difusa na zona rural, se

concentra nas cidades. Em 1964, com a derrubada de Goulart pelo golpe civil-militar, se instaurava um dos períodos mais repressivos da história brasileira; as manifestações depois de 1968 no Brasil (ano em que a ditadura recrudescia a repressão, com a instauração do AI-5) passaram a ser pautadas pelo combate contra a ditadura. Foi em 1968 que ocorreu a *passeata dos cem mil*, quando estudantes, professores, intelectuais tomaram as ruas para protestar contra a ditadura. Também em 1968, fortaleciam-se as demandas do movimento estudantil, pelo ensino público e gratuito e por amplo acesso ao ensino superior. Essa proposta contestatória estava ligada a mudanças comuns que ocorriam no cenário internacional, que incluíam a luta pelo acesso ao ensino superior por uma camada mais ampla da população, mas também o surgimento da televisão e a incorporação de eletrodomésticos na vida cotidiana, o aumento das camadas médias, a urbanização, a liberação sexual.

Algumas considerações interessantes podem ser extraídas da leitura de Ridenti. Primeiramente, o autor chama atenção para a aproximação de afinidades entre os artistas e a política na América Latina: “no campo literário, houve um processo de conversão dos escritores em intelectuais, no sentido de se tornarem homens públicos. Eles se valiam de revistas político-culturais para difundir suas ideias para um público amplo” (RIDENTI, 2010: 97). No Brasil aconteceu algo semelhante, não só no campo literário. Em diversas áreas os artistas passaram a ter um estatuto de intelectual, como Caetano Veloso e Chico Buarque. A *Revista Civilização Brasileira*, de grande tiragem, principalmente depois do golpe de 1964, passou a publicar debates de escritores, cineastas, dramaturgos e outros artistas.

Ao trazer a noção de intervenção no espaço público para pensar a concepção do artista-intelectual, Ridenti traz a tona um dos elementos fundamentais da configuração do intelectual moderno.

Nesse sentido, de acordo com Sirinelli (SIRINELLI, 1998: 261), sob o signo de *homens de cultura*, estão reunidos os criadores culturais (os que participam da criação artístico-literária) e os mediadores culturais (aqueles que difundem os conhecimentos dessa criação). Essas elites culturais se definiriam principalmente pelo reconhecimento (pelos pares e pela sociedade) e pela sua capacidade de ressonância e de amplificação, ou seja, pelo seu poder de influência. Naturalmente, nem todo mediador cultural é um intelectual. Importa, além de se tratar de uma elite cultural, pensarmos a principal função social a ser desempenhada pelo intelectual: a intervenção no espaço público.

A noção de engajamento articulada à noção de elites culturais fica mais clara na definição de intelectual proposta por Sirinelli: a primeira definição de intelectual, mais ampla, de natureza sociocultural, abrange mediadores e criadores culturais, articulados em torno da produção, difusão e recepção da cultura. Nessa categoria estão o jornalista, o escritor, o professor secundário, enfim, todos aqueles que produzem e divulgam conhecimento. A segunda definição, mais estreita, de natureza política, é baseada na noção de engajamento do intelectual na vida da cidade. As duas definições parecem ser complementares; Sirinelli afirma que a acepção política não é autônoma da sociocultural, uma vez que as duas englobam tanto a notoriedade e a especialização, atribuições sociais que o intelectual põe a serviço de uma causa. Nesse sentido, “o debate entre as duas definições é em grande medida um falso problema, e o historiador do político deve partir da definição ampla, sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo” (SIRINELLI, 1996: 246). Vale ressaltar que a aproximação entre intelectuais da década de 1960 e as culturas políticas de esquerda se constitui uma relação contingente de uma configuração específica, e não essencial. Embora a concepção de intelectual moderno, tributária da tradição francesa, esteja associada à esquerda progressista francesa envolvida no caso Dreyfus (os *dreyfusards*), a natureza do engajamento e perspectiva de intervenção na sociedade, seja conservadora, reformista ou revolucionária, não qualifica a condição de intelectual.

Ao comentar o engajamento de artistas-intelectuais através da veiculação das suas ideias em uma revista, Ridenti remete a um conceito caro à história dos intelectuais: as *estruturas de sociabilidade*, expressão desenvolvida por Sirinelli. As estruturas de sociabilidade seriam as redes aos quais os intelectuais aderem, como uma revista, um conselho editorial, os partidos políticos, manifestos, abaixo-assinados, bares, cafés, saraus, cine-clubes, etc. Esses lugares, naturalmente, variam de acordo com cada época e o grupo de intelectuais específico. O estudo de uma revista, por exemplo, poderia ser abordado a partir de duas dimensões: além de permitir um estudo do espaço de sociabilidade e das relações afetivas, servem como lugar para análise do movimento das ideias que se propagam em determinada época. Na década de 1960, embora tenha já perdido muito da sua influência de anos anteriores, o PCB pode ser tratado como um lugar de sociabilidade de muitos artistas-intelectuais. Na mesma época, a Editora Civilização Brasileira e seus

periódicos conseguiram formar um espaço de discussão acessível aos intelectuais de esquerda.

Ao tratar os artistas-intelectuais da década de 1960, embora não empregue o termo, Marcelo Ridenti empreende um estudo que poderia ser pensado a partir do conceito de *geração*, elaborado por Sirinelli. Para o autor, a brasilidade revolucionária compartilhada por artistas e intelectuais na década de 1960 não surgiu do nada, tem raízes na década de 1920, foi tributária de experiências anteriores, herdeira de lutas sociais diversas que envolveram anarquistas, comunistas, positivistas, tenentistas e outras inspirações intelectuais e políticas, e teve o seu amadurecimento no final dos anos 1950. A ideia de geração permite trabalhar justamente com a ideia da incubação, gestação. Aprofunda a noção de processo, dando-lhe sentido em um conjunto específico de atores sociais que correspondem a um mesmo parâmetro de idade, partilham experiências e pode ser “compreendida no sentido de estrato demográfico, unido por um acontecimento fundador que por isso mesmo adquiriu uma existência autônoma” (SIRINELLI, 1996: 255). O conceito de geração, para além da proposta de Sirinelli, articulada em redes locais, permite pensar os intelectuais em 1960 no Brasil em diálogo com outros intelectuais fora do país. Havia um trânsito, não só de pessoas (Glauber Rocha morou em Havana, Jorge Amado passou um longo período na União soviética, Caetano Veloso morou em Londres, etc), mas de ideias que não ficavam encerradas no interior das fronteiras nacionais. A geração de 1960 no Brasil estava em sintonia com os intelectuais de outros países que se preocupavam com questões semelhantes, como intelectuais europeus de esquerda, como os filósofos Jean Paul Sartre, Louis Althusser, Michel Foucault e Hebert Marcuse ou o cineasta comunista Pier Paolo Pasolini.

Na historiografia brasileira que trata sobre os intelectuais nesse período, percebe-se o estabelecimento de um relativo consenso em relação ao declínio, a partir de 1970, dessa geração de artistas-intelectuais brasileiros que estiveram, nos anos 1960, marcados pela arte engajada. A partir da década 1970, aos poucos o sentimento revolucionário que animava o cenário artístico intelectual foi perdendo força, começou a se conformar a um novo ambiente. Os motivos dessa mudança – ou crise, para alguns – são de diversas ordens, mas, de modo geral, seriam relativos à modernização conservadora promovida pelo regime militar, à inserção do bem cultural em uma sociedade capitalista e mercantilizada, à cooptação/institucionalização do intelectual de esquerda.

Esse sentimento de crise foi uma questão posta também na França. Sirinelli questiona a ideia de crise dos intelectuais franceses de esquerda, mas assinala uma mudança ou mutação. De acordo com o historiador, a partir da década de 1970, as grandes ideologias que alimentaram o debate francês conheceram um refluxo, desencadeando uma crise política, intelectual e cultural, conduzindo a uma reconfiguração ideológica e identitária de um modelo que havia sido dominante por muitos anos entre o meio intelectual de esquerda. Alguns dos sintomas dessa crise envolviam o recuo do marxismo, o desgaste dos modelos revolucionários de Cuba e China, a reavaliação do fenômeno totalitarista, ao poder de influência crescente da mídia na vida social. Para Sirinelli, a essa “depressão ideológica dos intelectuais de esquerda – até então dominantes na França, veio somar-se ao longo dos anos 1980, a uma crise identitária ainda maior, porque dizia respeito à categoria como um todo” (SIRINELLI, 2009: 50).

Pode-se perceber que alguns sintomas apontados por Sirinelli também estiveram presentes na recomposição da paisagem intelectual brasileira. Um dos mais próximos é a questão do aparecimento da indústria cultural e da mercantilização da arte. Sirinelli afirma que durante muito tempo a era do impresso, suporte privilegiado de expressão do intelectual da linha *dreyfusardiana* do início do século XX e do intelectual revolucionário, passa por uma mudança em fins do século XX, e agora tem concorrer com a dimensão da mídia. Ocorre uma mudança em larga escala dos meios de difusão e mediação cultural. A leitura de Yves Zarka (2010) para esse fenômeno é a do mundo tomado por predadores-midiáticos, do descrédito do discurso intelectual, as obras culturais são reduzidas a mero entretenimento e a espetacularização pasteurizada da cultura bombardeia os cidadãos (tornados consumidores) inertes através da tela da televisão. No entanto, a leitura de Sirinelli não retira da imprensa, rádio, televisão, ou da internet a possibilidade de se constituírem como potenciais veículos de contestação e espaço de engajamento intelectual.

Passemos mais detidamente para as interpretações desse fenômeno na sociedade brasileira.

Marcos Napolitano problematiza a tese que aponta o estabelecimento da hegemonia da indústria cultural sobre a cultura engajada devido a essa perplexidade paralisante que toma conta dos intelectuais de esquerda no pós-golpe e ao isolamento do artista-intelectual do resto da sociedade. A produção e inserção do artista-intelectual de

esquerda, cada vez mais vinculado a formas mercantilizadas não seria resultado somente da mudança que sofreram os espaços em que tradicionalmente transitavam esses intelectuais, como círculos literários, universidades, instituições da burocracia oficial; muito menos de uma “cooptação” pelas classes dominantes e pelas empresas. Esse processo seria mais complexo, e envolveria a crise político-ideológica do intelectual acerca da sua função na sociedade e, ao mesmo tempo, o aumento da demanda de profissionais, artistas e técnicos por parte da indústria cultural.

Em relação à noção de cooptação dos intelectuais no âmbito da indústria cultural, para Marcos Napolitano “não houve cooptação, como processo estrutural e massivo, em função de um isolamento do artista intelectual. A ida ao mercado parece ter sido parte de uma estratégia, nem sempre de consequências satisfatórias do ponto de vista político, por parte do artista de esquerda” (NAPOLITANO, 2004: 315). Essa é a mesma linha de argumentação partilhada por Marcelo Ridenti, que, ao analisar a relação dos artistas-intelectuais com o PCB, descarta a noção de cooptação dos intelectuais pelo partido como instrumentos para fins políticos e empreende uma análise mais complexa dessa dinâmica. Por um lado, muitos intelectuais aderiam ao partido porque acreditavam que esse era um caminho viável para contestar a ordem estabelecida. Por outro, a questão da cooptação, via de mão única, cai por terra quando se pensa que a adesão ao partido muitas vezes beneficiava o artista-intelectual, que emprestava o seu prestígio ao partido e se favorecia com as redes de contatos internacionais, com as possibilidades de divulgação da sua obra em países comunistas. Esse foi o caso de Jorge Amado, que ao mesmo tempo em que – como filiado ao PCB – emprestava seu nome ao partido, teve sua obra divulgada em diversos países de orientação comunista; no fim de 1940, com a proibição do PCB, através do partido conseguiu exílio e viajou por vários países europeus, beneficiando-se das relações estabelecidas com outros intelectuais.

Em meados dos anos 1970, com a indústria cultural desenvolvendo-se a passos largos, começava a se delinear a possibilidade da institucionalização e inserção de muitos artistas-intelectuais revolucionários da geração de 1960 em diversas áreas. Em grande medida essa indústria cultural – muitas vezes com apoio estatal – estava disposta a comercializar os produtos culturais de oposição à ditadura, a exemplo do grande sucesso dos festivais de canção veiculados pela televisão, em emissoras como Globo e Record. A música conhecida como hino de resistência contra a ditadura, *Pra não dizer que não falei*

das flores, de Geraldo Vandré, foi exibida pelo Festival da Canção de 1968, promovido pela Rede Globo.

A dinâmica dessas mudanças que estavam em curso envolvia relações ambíguas também com o governo militar. Alguns artistas-intelectuais colaboraram com instituições governamentais, como a Embrafilme, e muitos filmes, ao mesmo tempo em que eram financiados pela Embrafilme, eram censurados pelo Departamento de Censura às Diversões Públicas.

Outros artistas-intelectuais foram acusados de se vender aos meios de comunicação, notadamente à Rede Globo. Esse foi o caso do dramaturgo comunista Dias Gomes, que se tornou um grande roteirista de novelas de sucesso para Globo. Naturalmente, partilho aqui da compreensão de que sua inserção na emissora não o impediria, necessariamente, de assumir uma postura crítica e engajada, de interferir na esfera pública. Obviamente, essa relação entre autonomia intelectual e inserção na grande mídia como forma de atingir a esfera pública é sempre carregada de tensões. Com efeito, é importante notar que muitos dos temas tratados em suas novelas eram tidos como progressistas, e incomodavam o regime militar.

Em parte, a reacomodação institucional dos artistas-intelectuais aos poucos minaria os seus anseios revolucionários. O artista-intelectual de esquerda, principalmente comunista, passa a reavaliar a sua função social perante o povo. Nos anos 1980 há um deslocamento da ideia de vanguarda intelectual, na medida em que a revolução passa a ser encarada como iniciativa que deve ser assumida pelas classes populares, operários, sindicalistas.

Na verdade, em fins da década de 1970 e início da de 1980, o cenário brasileiro está completamente mudado, envolvido em um controvertido processo de distensão política. O país já era predominantemente urbano, o movimento pela anistia ganhava impulso, os temas dos produtos culturais estavam mudando, o nacional popular estava superado, o partido comunista foi legalizado, a esquerda empreendeu uma autocrítica. Enfim, a sociedade brasileira ganhava nova feição, assim como desaparecia, aos poucos, a conformação do artista intelectual de esquerda.

Apesar de muitas questões ainda precisem ser discutidas mais detidamente buscou-se, através desse ensaio, explorar algumas das especificidades dos artistas-intelectuais brasileiros a partir das questões colocadas pela historiografia produzida sobre

o tema. Em grande medida, dialogar com os conceitos teórico-metodológicos e preocupações apresentados pela historiografia francesa sobre os intelectuais serve também para pensarmos a experiência brasileira.

Referências bibliográficas

NAPOLITANO, Marcos. Engenheiros das almas ou vendedores de utopia? A inserção do artista-intelectual engajado no Brasil dos anos 70. In: 1964-2004, 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. **Anais do seminário UFRJ, UFF, CPDOC, FAPERJ**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, p. 309-320.

ORY, Pascal e SIRINELLI, Jean François. La fin d'un siècle? 1968-...In: **Les intellectuels en France**. De l'Affaire Dreyfus à nos jours. Paris: Armand Colin: 2002, p. 215-241.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60?. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (org.). **Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França**. São Paulo: Cortez, 2003, p.197-212.

_____. **Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960**. Tempo Social: revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 1, São Paulo, 2005.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

_____. Os intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 231-263.

_____. Os intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas. In: MAUAD, Ana Maria; AZEVEDO, Cecília. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2009, p. 47-57.

_____. A sociedade intelectual francesa no limiar de um novo século. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (org.). **Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França**. São Paulo: Cortez, 2003, p.185-196.

ZARKA, Yves Charle. La destitution des intellectuels. In: **La destitution des intellectuels et autres réflexions intempestives**. Paris: PUF, 2010.

ISBN 978-85-288-0299-3



9 788528 802993